

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES**

**FENONOMIAS, ECONOMIA PLURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM
ESTUDO NA FEIRA DE ARTESANATO DO LARGO DA ORDEM EM
CURITIBA - PR**

CURITIBA

2004

ROGÉRIO SILVEIRA TONET

**FENONOMIAS, ECONOMIA PLURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM
ESTUDO NA FEIRA DE ARTESANATO DO LARGO DA ORDEM EM
CURITIBA - PR**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de mestre. Curso de
Mestrado em Administração do Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Maurício Serva

CURITIBA

2004

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
I INTRODUÇÃO	01
1.1 UM MUNDO EM CRISE	01
1.1.1 Uma Nova Razão Para um Novo Modelo	01
1.1.2 Alternativas a uma Sociedade Centrada no Mercado	02
1.1.3 A Sociedade Multicêntrica, a Economia Plural e o Desenvolvimento Local	03
1.1.4 Retomando uma Atividade por Tempos Esquecida	04
1.1.5 Estrutura da Dissertação	04
2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	06
2.1 TEMA E DELIMITAÇÃO DO TEMA	06
2.2 JUSTIFICATIVAS	07
2.3 PROBLEMA DE PESQUISA	08
2.4 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	08
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
3.1 ARTESANATO	10
3.1.1 O Artesanato através dos tempos: Notas Históricas	11
3.1.2 O Saber Local: Conexões entre Cultura Popular, Ciência, Folclore e Artesanato	16
3.1.3 A Atividade Artesanal – Classificações, Características e Particularidades	20
3.1.4 A Atividade Artesanal: Trabalho, Autonomia e Liberdade	22
3.1.5 O Artesanato no Brasil	26
3.1.6 Curitiba e a Feira de Artesanato do Largo da Ordem	26
3.2 PARADIGMA PARAECONÔMICO E SOCIEDADE MULTICÊNTRICA	28
3.2.1 Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais: Lei da Adequação dos Requisitos e o Design dos Sistemas Sociais	38
3.2.2 Racionalidade	43
3.2.2.1 Racionalidade Instrumental	45

3.2.2.2 Teoria da Ação Comunicativa – Habermas	47
3.2.2.3 Racionalidade Substantiva – Guerreiro Ramos	50
3.2.2.4 Complementaridade entre Razão Substantiva e Teoria da Ação Comunicativa	48
3.2.2.5 Organizações Substantivas	55
3.3 Desenvolvimento Local e Economia Plural	57
3.3.1 Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Humano – A condição social como referência	60
3.3.2 Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local	62
3.3.3 Economia Plural e Sociedade Multicêntrica	69
3.3.3.1 O Território como Referência	75
3.3.4 Por uma relação entre a Identidade Local e o Desenvolvimento	77
3.3.5 Conexões entre o Paradigma Paraeconômico, a Economia Plural e o Desenvolvimento Sustentável	79
4 METODOLOGIA	88
4.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	88
4.1.1 Categorias analíticas e definições constitutivas	88
4.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	89
4.2.1 Delineamento da pesquisa	89
4.2.2 População e Amostra	89
4.2.2.1 Caracterização dos entrevistados	90
4.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	93
4.3.1 Dados Primários	93
4.3.2 Dados Secundários	95
4.4 PESQUISA DE CAMPO	96
4.4.1 Categorias analíticas e construção do Quadro de Análise	96
4.4.1.1 Categoria de análise: Razão substantiva	96
4.4.1.2 Categoria de Análise: Fenonomia	98
4.4.1.3 Categoria de análise: Desenvolvimento Local	99
4.4.2 QUADRO DE ANÁLISE	100
5 ANÁLISE DOS DADOS	102
5.1 RACIONALIDADE SUBSTANTIVA	102

5.1.1 Satisfação individual	103
5.1.2 Valores e objetivos	109
5.2 FENONOMIAS	116
5.2.1 Tecnologia: Oficina (ateliê)	117
5.2.2 Tamanho: até cinco elementos	118
5.2.3 Cognição: personalístico	119
5.2.4 Tempo: “de salto”	122
5.2.5 Espaço: “sócio-aproximador”	124
5.2.6. Características das fenomenias	126
5.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL	129
5.3.1 Social	130
5.3.2 Ecológico	133
5.3.3 Econômico	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
6.1 IDEALISMO OU UMA VIDA EM SOCIEDADE POSSÍVEL	142
6.2 INDICAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS	143
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
8 ANEXOS	152

RESUMO

A grande diversidade de atividades que não são valorizadas pelo mercado e pelos estudos econômicos formais é o foco deste estudo. Estas atividades podem representar grandes oportunidades para a geração de emprego e renda, e, portanto, de desenvolvimento das comunidades onde ocorrem. Baseado nas teorias do Desenvolvimento Local, da Economia Plural e no Paradigma Paraeconômico e na Sociedade Multicêntrica de Guerreiro Ramos, este trabalho tem como objetivo demonstrar a possibilidade da existência de projetos de desenvolvimento baseados em sistemas sociais simples, as fenomenias, que levam em conta as capacidades, vocações e recursos locais, e que sejam, conforme Sachs, soluções que atendam simultaneamente as dimensões social, ecológica e econômica das comunidades. Neste contexto o artesanato surge como objeto de estudo exemplar, onde foi possível observar as conexões entre as teorias citadas e os aspectos culturais e emancipatórios existentes nesta atividade. A metodologia qualitativa empregada na pesquisa teve como ponto de partida a pesquisa empreendida e do quadro proposto por Serva (1996) para o estudo da racionalidade substantiva nas organizações. O tema central comum a todas estas teorias é a crítica à sociedade atual, que é denominada por Guerreiro Ramos de “sociedade centrada no mercado”, e assim, todos estes temas entrelaçam-se na busca por respostas aos problemas que esta sociedade acabou por criar.

ABSTRACT

The great diversity of activities that doesn't have value by the market and for the study of formal economies is the focus of this study. These activities can represent great opportunities for the creation of new income and jobs and is equally important for playing a vital role in the social well-being of the communities where they occur. Based on the theories of Local Development, Plural Economy and Paraeconomic Paradigm and the Multicentric Society by Guerreiro Ramos, this work has the objective of demonstrating the possible existence of projects of development based on simple social systems and phenonomies that considers the capacities and vocations and local resources, that conform to Sach's solutions which attends, simultaneously, to the social, ecological and economic dimensions of the community. In this context the craft appears as the object of this study and where it is possible to observe the connections between accepted or quoted theories and cultural aspects and the freedom created by these activities. The qualitative methodology employed in this research was initiated with the adopted research and the aspects proposed by Serva (1996) for the studies of the substantive rationality in the organizations. The central theme common in all these theories is the criticism of current society which, is named by Guerreiro Ramos as "society focused on the market", and so, all of these themes are intertwined with the search for the answers to the problems that society has already created.

I INTRODUÇÃO

1.1 UM MUNDO EM CRISE

A crise de 1929 gerou a necessidade de serem criadas novas formas de desenvolvimento e o resultado foi o surgimento do modelo Keynesiano-fordista de desenvolvimento. O mundo hoje vive novamente em crise, o Keynesianismo que, segundo o próprio John Maynard Keynes, era uma solução temporária exauriu sua capacidade (Hunt e Sherman, 2000, p.168). Com a redução do Estado com o conseqüente desaparecimento do *welfare state* e as sucessivas crises, como as do petróleo na década de setenta e as crises financeiras nas décadas de oitenta e noventa, o resultado foi o desemprego, aumento da pobreza e miséria, precarização das relações de trabalho e o aumento das desigualdades sociais. Com isso o impasse é retomado e pode-se indagar sobre qual será o modelo de desenvolvimento que poderá substituir o modelo atual, solucionando suas limitações e de que forma isso pode ser alcançado?

Uma solução global para este dilema, parece à primeira vista difícil, para não dizer impossível, devido às grandes transformações que ocorreram no mundo desde a década de 30, além de ser temerosa a opção por uma “solução final” e das possíveis implicações totalitárias que poderiam advir de tais movimentos.

A idéia de não seguir por este caminho, de um modelo genérico de desenvolvimento que pudesse ser utilizado ao redor do mundo, mas de identificar as capacidades e recursos em cada localidade soa muito mais razoável e menos agressivo.

1.1.1 Uma Nova Razão Para um Novo Modelo

As discussões sobre racionalidade percorreram um grande caminho e suas origens remontam a Antigüidade Clássica dos filósofos gregos como Platão e Aristóteles. Mais recentes são as considerações de vários outros pensadores, sociólogos e filósofos que retomaram o assunto, e dentre estes destaque especial merece Max Weber que classificou as racionalidades em quatro tipos, entre as quais aqui trataremos, a racionalidade instrumental, ligada ao cálculo com vistas

determinados fins e a racionalidade substantiva, onde os valores se sobrepõem aos fins.

Juntam-se a estes, Guerreiro Ramos, que descreve em “A Nova Ciência das Organizações” como a razão substantiva poderia ser alternativa à racionalidade instrumental, dominante nas Organizações e base da Burocracia (conforme Weber), antes defendido como o tipo de razão que traria o melhor desempenho e resultados ótimos.

Serva (1996) faz a ligação desta vasta literatura com a “Teoria da Ação Comunicativa” de Jürgen Habermas para demonstrar a possibilidade do agir onde “[...] os participantes não se orientam primariamente para o próprio êxito, antes, perseguem seus fins individuais sob a condição que seus respectivos planos de ação possam harmonizar-se entre si sobre a base de uma definição compartilhada da situação” (Habermas, 2001[a], p. 367, trad. livre), e traça um quadro de análise onde estão listadas as categorias que caracterizam e identificam a existência desta racionalidade nas organizações baianas que estudou.

Seguindo este caminho iniciado por Serva, Matta (1998) e Fraga (2000) testaram este modelo em uma cooperativa médica e em uma empresa industrial, respectivamente.

1.1.2 Alternativas a uma Sociedade Centrada no Mercado

A sociedade capitalista atual referencia tudo aos valores do mercado fundado na razão instrumental, atribuindo assim a produtos, serviços, o valor do trabalho e por conseqüência, até mesmo valor ao próprio sujeito, segundo a importância da função destes no interior deste sistema. Todos estes, ficam então à mercê do mercado, ao qual os mais fervorosos defensores do liberalismo econômico se referem como sendo uma divindade supra-social, quase um “deus mercado”, que soluciona todos os problemas e traz riqueza a todos.

Este pensamento, baseado na “mão invisível” de Adam Smith, tem se demonstrado ineficaz na solução dos problemas, pois não considera o egoísmo e a ganância humana como sendo peças em um jogo onde a concorrência perfeita seria possível. As fusões entre empresas, o monopólio, o oligopólio e o cartel subvertem esta lógica onde o mercado irá solucionar os impasses econômicos, a oferta e a

procura encontraram seu ponto de equilíbrio, e como consequência o preço e os lucros seriam justos. Assim, ao invés de solucionar os problemas econômicos, a mão invisível leva a sociedade a trabalhar pelo mercado, e não com o mercado ou através do mercado. O mercado passa a ordenar a vida do sujeito, colonizando todos os aspectos da vida em sociedade. Seguindo esta lógica a burocracia encontra seu “tipo ideal” em uma sociedade onde a eficiência, concorrência e vantagem competitiva são máximas levadas a ferro e fogo.

Dentro deste ambiente hostil de concorrência desenfreada, Guerreiro Ramos (1989) sugere uma sociedade de enclaves, onde o mercado seria apenas um dos enclaves onde se desenrolam as atividades humanas. O mercado é um enclave legítimo, no entanto, a exacerbação de seu poder leva a uma desumanização das relações sociais.

Dentre os vários aspectos da vida social, neste trabalho pretende-se destacar a Feira de Artesanato do Largo da Ordem como um enclave significativo, objeto passível de interesse científico e de relevante importância social e econômica.

Um estudo desta feira, relacionando a racionalidade presente a um modelo de desenvolvimento possível de ser identificado, seria de grande importância para a avaliação da possibilidade de uma transformação gradual da sociedade, de uma sociedade onde o valor do homem é dado pelo mercado, para uma sociedade onde o valor do mercado é limitado pelas políticas traçadas pela sociedade e de acordo com os objetivos traçados por esta.

1.1.3 A Sociedade Multicêntrica, a Economia Plural e o Desenvolvimento Local

Diante a esta perspectiva de crise instaurada, emergem da sociedade e da academia novas alternativas para fazer frente a este ambiente que se torna cada vez mais hostil à vida do cidadão comum. Guerreiro Ramos, em 1981 já visualizava uma sociedade onde a diversidade de opções de ocupação por parte dos indivíduos fosse grande o suficiente para que estes tivessem a liberdade e autonomia para decidirem as atividades que estivessem de acordo com seus objetivos de vida. Este pensamento, que para Guerreiro Ramos é o paradigma paraeconômico, hoje é retomado sob a alcunha de economia plural, especialmente por teóricos europeus.

Junta-se a esta discussão o conceito de desenvolvimento local, descendente

direto do ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, que advoga a conservação dos recursos naturais de forma a servirem a sociedade com um mínimo de dano ao ecossistema local.

Estas três teorias estão intimamente ligadas, como poderá ser visto no decorrer do trabalho, principalmente por privilegiarem uma dimensão esquecida pelos planejadores do desenvolvimento econômico baseado nas estruturas burocráticas e nos avanços tecnológicos: a dimensão humana do desenvolvimento.

1.1.4 Retomando uma Atividade por Tempos Esquecida

O artesanato, como poderá ser verificado no decorrer deste texto, pode ser uma atividade onde podem ser encontradas algumas das características da racionalidade substantiva listadas. O trabalho artesanal é por sua própria natureza, um trabalho autônomo, onde as etapas do trabalho são conhecidas e praticadas em sua totalidade pelo artesão, assim, a decisão e criatividade estão literalmente em suas mãos.

Dentro desta perspectiva do trabalho como libertação do sujeito esta dissertação tem o objetivo de continuar esta investigação sobre racionalidade e desenvolvimento de forma inovadora, com a aplicação em uma comunidade de artesãos, o que possivelmente pode representar um campo fértil a este tipo de racionalidade substantiva e a introdução do tema desenvolvimento local, já que a atividade artesanal é tida como geradora de emprego e renda, disseminadora da cultura local e não agressiva ao meio ambiente.

1.1.5 Estrutura da Dissertação

A presente dissertação está estruturada em sete partes, sendo que a primeira contém a introdução, relatando um panorama geral da problemática que envolve o tema desta dissertação.

Segue a esta uma caracterização da pesquisa, contendo a descrição dos objetivos geral e específico, as justificativas teórica e prática e as questões que este trabalho pretende responder.

A terceira parte é dedicada à apresentação da fundamentação teórica, onde

estão as definições e as discussões sobre os três grandes blocos teóricos de que trata esta dissertação: a) atividade artesanal, que compreende entre outros, os seguintes assuntos: distinção entre arte popular e arte culta, tipos e características do artesanato e a atividade artesanal como opção de trabalho, autonomia e liberdade; b) sociedade multicêntrica, paradigma e racionalidade: contendo os tipos organizacionais de Guerreiro Ramos, os conceitos, tipos de racionalidades, racionalidade substantiva e racionalidade instrumental, além do modelo que será utilizado na análise dos dados; c) desenvolvimento local e economia plural: que discorrerá sobre os conceitos de sociedade civil, modelos e conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento local, a sociedade multicêntrica e a economia plural.

Na quarta parte, será descrito a metodologia e o delineamento de pesquisa, que será qualitativa, com a realização de entrevistas semi-estruturadas.

A quinta parte é reservada para a análise dos dados, daí seguem-se as considerações finais (sexta parte) e as referências bibliográficas.

2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo será apresentado o tema, as delimitações e a justificativa da escolha do tema, assim como os objetivos e justificativas.

2.1 TEMA E DELIMITAÇÃO DO TEMA

O tema proposto para esta dissertação é: “Fenonomias, Economia Plural e Desenvolvimento Local: um estudo na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR”.

O tema apresentado tem seu foco no estudo do tipo organizacional apresentado por Guerreiro Ramos, as fenonomias, e a racionalidade substantiva como estando presentes na atividade artesanal e nos artesãos que expõe seus trabalhos na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR com vistas a relacionar o desenvolvimento local e os conceitos da economia plural neste contexto.

A feira oferece um ambiente *sui-generis*, por representar por suas características como a arte, o imprevisto e a informalidade uma alternativa aos padrões impostos pelo sistema vigente, onde a formalidade e o caráter padronizado e serialista pode ser verificado em todas as fases ou processos, seja na fabricação dos bens até no atendimento telefônico ao consumidor.

A teoria que serve de base a este estudo sobre as fenonomias está descrita no Paradigma Paraeconômico e suas formas organizacionais, que é oferecido por seu idealizador Guerreiro Ramos. Subjacente a este está à racionalidade substantiva, que é um composto complexo que se refere à coincidência das questões levantadas por Guerreiro Ramos (1989) em sua teoria da vida humana associada, onde destaca a racionalidade substantiva como uma forma alternativa à racionalidade instrumental, e as idéias de Jürgen Habermas, que em sua Teoria da Ação Comunicativa também estuda a razão e propõe de forma análoga a razão comunicativa, como base para chegar-se ao entendimento entre os atores. Da complementaridade entre estas duas teorias, torna-se possível à proposição do modelo de análise sistematizado por Serva (1996, 1997[a]) que aqui será utilizado.

A partir destes autores pode-se então empreender as discussões sobre o paradigma paraeconômico, a economia plural e o desenvolvimento local. Neste

contexto destacam-se as fenomenias como sistemas sociais e legítimas formas de expressão e opção de ocupação e sustento.

2.2 JUSTIFICATIVAS

Conforme apresentado anteriormente, o modelo de desenvolvimento criado para solucionar a crise dos anos trinta tornou-se obsoleto e já não tem força suficiente para fazer frente aos novos e complexos problemas da sociedade no início do Séc. XXI.

Um novo modelo desenvolvimentista, com o objetivo primordial de atacar os problemas sociais, é necessário diante do agravamento da crise em suas várias formas: fome, pobreza, precariedade da saúde, saneamento e habitação, analfabetismo, entre outros.

Um grande modelo de desenvolvimento, que pudesse ser “exportado” ou “importado”, como foi o idealizado por Keynes, já não é mais possível devido às grandes disparidades e a própria complexidade dos sistemas políticos, sociais e econômicos nos e entre os países.

Dentro desta ótica, propõe este trabalho que um modelo de desenvolvimento que solucionará as mazelas que o capitalismo impôs não poderá fazer uso da mesma lógica que criou estes problemas. As bases racionais que estão em vigência atualmente criaram estes problemas e este tipo de racionalidade não servirá para solucioná-los.

Uma forma de desenvolvimento baseada em capacidade e habilidades do individuo e nos recursos e na vocação da região onde este está inserido parece, então, ser uma proposta mais razoável e neste contexto. O artesanato surge como um objeto de estudo exemplar para testar este tipo de relação, que leva em consideração o meio-ambiente, a cultura local e a habilidade dos indivíduos, desta forma em sintonia com os conceitos da economia plural, do paradigma paraeconômico e do desenvolvimento local.

De acordo com o apresentado até aqui e com a base teórica que acompanha este, propõe-se como justificativa teórica:

Fomentar a discussão acadêmica sobre os seguintes temas: a) formas alternativas de trabalho e de organizações; b) racionalidade em organizações

produtivas e baseado nestas: c) desenvolvimento local e economia plural.

A justificativa prática seria:

Apresentar esta relação entre formas organizacionais alternativas, racionalidade, artesanato e desenvolvimento local, como alternativa viável de melhoria da condição de vida, de libertação do trabalho regido pelo mercado fundado na razão instrumental como referência central e do desenvolvimento das comunidades, onde respeitadas suas especificidades possam ser instaladas articulações deste tipo.

Após tratar dos aspectos do tema de pesquisa, gostaríamos de apresentar o problema de pesquisa, como fruto de reflexões empreendidas a partir deste tema.

2.3 PROBLEMA DE PESQUISA

A partir dos conceitos que envolvem o tema, o problema de pesquisa que temos a propor é:

“Quais as relações existentes entre as fenomias, economia plural e desenvolvimento local na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR?”

2.4 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo geral da pesquisa é: “Verificar a existência e as relações entre as fenomias, economia plural e desenvolvimento local na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR”.

Decorrentes deste objetivo geral, os objetivos específicos podem ser descritos da seguinte forma:

- Verificar a existência de organizações do tipo fenomias na feira de artesanato em estudo.
- Verificar a presença de racionalidade substantiva na atividade artesanal e nas relações entre os feirantes da citada feira de artesanato;
- Verificar elementos do conceito de desenvolvimento local no empreendimento “Feira de Artesanato”;
- Verificar as relações entre desenvolvimento local, economia plural e a sociedade multicêntrica;

- Analisar estas relações e traçar conclusões que possam propor explicação plausível para o fenômeno do desenvolvimento local baseado em uma razão substantiva e em organizações classificadas como sendo fenomenias.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta parte do presente trabalho, serão descritos os principais conceitos e definições que serviram de base para a pesquisa que foi empreendida. Estes conceitos dizem respeito a: a) atividade artesanal; b) O Paradigma Paraeconômico, do qual emerge a sociedade multicêntrica e a discussão sobre racionalidade substantiva; e c) desenvolvimento local e economia plural.

3.1 ARTESANATO

O artesanato é uma das atividades mais antigas do homem e, juntamente com a caça e a pesca, ocorre desde os primórdios da civilização. Inicialmente foi a elaboração de objetos, cuja utilidade significava por vezes a sobrevivência da comunidade, seja pela utilização direta, como vasos para o estoque de água e as armas primitivas, para a obtenção de alimento; seja para a perenização dos usos e costumes da comunidade onde se desenvolvia (Cunha et al., 1994). Um exemplo desta importância é dado pelas peças recuperadas em sítios arqueológicos, que desvendam mais que a utilidade pura e simples de um objeto como um prato ou um vaso, pois pode indicar um estilo de vida, a organização de uma sociedade ou elementos estéticos e simbólicos, importantes para aquela comunidade. Estas pesquisas arqueológicas demonstram que a atividade artesanal remonta há pelo menos meio milhão de anos, já que sítios arqueológicos encontrados no oriente, revelaram que o Homem de Pequim já conhecia o uso do fogo e dominava as habilidades para fabricar instrumentos de quartzo e grés (Razera Neto, 1979).

O significado etimológico da palavra artesanato vem da raiz *arte* que remonta o século XIV, e deriva italiano em *artigiano* e do francês *artisan* e referia-se ao artista plástico. Mais a diante será tratada esta distinção entre o artesão e o artista, bem como a diferença entre arte popular e arte culta.

Este capítulo tratará da história do artesanato, sua importância na cultura local, as distinções entre arte e artesanato, o artesanato como parte do folclore, as conexões entre o artesanato e o saber local, o artesanato como manifestação da sabedoria popular local. Parte-se então para uma classificação das atividades artesanais e de suas especificidades e características e, por fim, será feita uma

pequena citação da importância econômica do artesanato, o artesanato como gerador de emprego e renda.

3.1.1 O Artesanato através dos tempos: notas históricas

O artesanato está presente nas mais remotas formas de organização social, tanto por seu caráter utilitário, como pelo seu simbolismo, conforme remarcado nos parágrafos anteriores. Inicialmente rudimentar e utilitário, o artesanato através dos tempos ganha importância social, preservando e evocando as tradições da comunidade onde foi produzido. Nos primórdios, o artesanato apresentava padrões gráficos e de forma ligados à natureza, zoomorfos ou fitomorfos, ou seja, imitando animais e plantas. Os motivos e grafismos evoluíram através dos tempos, sempre guardando as características locais, por exemplo, a cultura oriental chinesa produziu várias peças durante séculos e estas são facilmente distinguidas entre as produzidas no antigo Egito ou na Grécia. Os motivos abstratos e geométricos surgiram mais recentemente, devido à evolução da arte (Razera Neto, 1979).

O artesanato na Antigüidade clássica era, juntamente com a agricultura e o comércio, a base da economia de vários povos, como na comunidade ateniense, embora seu trabalho não tivesse o devido reconhecimento (Cunha et al., 1994). Fossaert (1981) diz: “o artesão é o herói da história grega, mas um herói anônimo... admirado em sua obra, mas, ignorado ou desclassificado em sua pessoa”.

Um ponto interessante a ser levantado neste momento é a organização dos artesãos. Na Grécia, por exemplo, os artesãos eram trabalhadores especializados por ofícios, enquanto no Egito, a classe organizava-se em corporações, inclusive com a cobrança de taxas para o exercício da atividade (Cunha et al., 1994), por outro lado, em Roma existiam as confrarias de artesãos que poderiam ser classificadas como corporações ou associações e que estas poderiam ser mistas, agregando patrões, empregados e escravos, sendo então chamadas de *Solidatia*, ou organizações do tipo *Collegia*, nas quais organizavam-se os trabalhadores livres de várias categorias profissionais. Enquanto as *Solidatia*, ganharam importância política e transformaram-se em associações com fins eleitorais (Oliveira, 1987).

Durante a Idade Média, o artesanato passa a ser praticado nas manufaturas ou oficinas, onde o trabalho poderia ser livre ou servil. Este tipo de tutela sobre o

trabalho acabou por configurar um tipo de pré-capitalismo, tendo nesta época inclusive formas primitivas de crédito e serviços bancários (Cunha et al., 1994). Nas cidades medievais, o artesanato se desenvolve como um serviço doméstico, nos castelos, mosteiros ou em comunidades aldeãs. É nesta época que o artesão passa a ser considerado um trabalhador independente que, sozinho, ou com uma pequena quantidade de auxiliares em sua oficina, produzia artigos de utilidade, em um modo rudimentar de indústria. Com efeito, artesão é então o empreendedor da idade média, já que sozinho idealiza o produto, adquire as matérias-primas necessárias à sua fabricação e executa o trabalho até o produto acabado.

O modo de comercialização destes produtos acabou por fazer surgir a “Feira”, ou seja, naquela época a “praça do mercado” era invadida pelos artesãos que ofereciam vendendo e/ou trocando seus produtos e matérias-primas.

Muito embora possa transparecer o artesanato como forma de liberdade, nessa época, segundo Fossaert (1981), com a expansão das exportações e devido ao interesse do Estado em recolher impostos, criou-se um sistema de dependência do artesão em relação ao comerciante que negociava a produção. O artesão, quando da impossibilidade de adquirir a matéria-prima necessária para o trabalho, aceitava encomendas dos atravessadores que, por sua vez, lhe forneciam a matéria-prima. Deste modo o artesão passava a fornecer toda a sua produção para um único comprador, ficando à mercê de suas regras.

Cunha et al. (1994) apontam a decadência do artesanato datando a metade do séc. XVIII e expõem como causa desta decadência o aumento da exigência de um comércio de massa, no qual a quantidade é mais importante que a qualidade e o artesão, por não ter capacidade para fazer frente a este tipo de expectativa, acabou por quase desaparecer.

A Revolução Industrial veio para atender estas necessidades do mercado, com as indústrias, produzindo grandes quantidades e reduzindo os custos unitários dos bens, popularizando-os. O artesanato então passou a perder espaço e sua importância econômica foi diminuída drasticamente.

No Brasil a atividade artesanal remonta à colonização, por volta do Séc. XVI. Sobre as influências que caracterizam o artesanato brasileiro, Frota (2003) propõe que as atividades folclóricas, incluídas aí o artesanato, são o resultado do contato entre índios, negros e brancos ao longo de quatro séculos. Apenas a partir do século

XIX houve fluxo significativo de europeus não portugueses, além de asiáticos, o que modificou ainda mais determinadas regiões do país. Como exemplar pode ser citada a região sul, que recebeu grande quantidade de imigrantes alemães e italianos.

Frota (2003) cita a importância no período colonial, das corporações de artífices, nas cidades do ouro em Minas Gerais e sua ligação com irmandades e ordens de cunho religioso. Continua a autora a narrar que, em fins do séc. XVIII e início do séc. XIX, começa a surgir ainda em Minas Gerais a noção de autoria entre os artesãos de grande destaque, alçados então à condição de artistas, pois ainda não eram precisos os limites entre estas atividades. Como maior expoente da época Aleijadinho (1738-1814) deve ser lembrado, além de Costa Athayde (1762-1830), o Mestre.

A produção de bens nas sociedades, sejam destinados ao autoconsumo ou destinados à venda, tem no artesanato seu início e desenvolvimento, sendo possível distinguir as sociedades segundo o artesanato que produz, conforme pode ser visto em Fernandes (apud Cunha et al., 1994) que classifica as sociedades em que se desenvolve o artesanato de acordo com sua complexidade socioeconômica através da divisão do trabalho, em:

- Sociedade pré-artesanal: caracteriza-se por sobreviverem da caça, pesca e coleta de frutos. O trabalho se desenvolve sem divisão entre o fazer e o pensar. A autora declara que o trabalho destes povos serve a basicamente três necessidades: sobreviver, abrigar-se e conviver/procriar.
- Sociedade proto-artesanais: são sociedades ainda extrativistas, apesar de já contarem com algum tipo de pastoreio e agricultura rudimentares que as fixa a determinado local. Destas novas atividades surge a necessidade de ferramentas como machados e enxós. O fato de deixarem de serem nômades fez com que dispusessem de mais tempo para trabalhos mais elaborados, desenvolvendo assim a cerâmica, cestaria e algum tipo de tecelagem. Este trabalho artesanal poderia ser feito individual ou coletivamente, o que denotaria, segundo a autora, um tipo de divisão simples do trabalho. Neste tipo de sociedade já é possível identificar algum tipo de simbolismo e religiosidade que se expressa na escultura e pintura.
- Sociedades artesanais consolidadas: pode ser subdividida em dois tipos, o primeiro chamado de “sociedade artesanal isolada”, onde o artesão passa a

ser um especialista em tempo integral e para isso recebe alimentos; e a “sociedade artesanal agrupada”, onde um grupo de artesãos passa a atuar em conjunto, formando corporações.

- Sociedade artesanal manufatureira: decorre da sociedade artesanal agrupada, onde ocorre a divisão social do trabalho, através da especialização dos membros, cada qual para determinada tarefa. Segundo a autora, esta surgiu da necessidade de grandes quantidades de produtos ou na consecução de tarefas muito grandes, como a construção de um barco. A equipe formada por Mestres-artesãos e aprendizes adquire a matéria-prima, transforma-na e a comercializa. O consumidor é normalmente alguém conhecido, em geral de classe social diferente e espera ver nos produtos que compra códigos culturais que identifiquem a sociedade na qual está inserido.

Outro tipo de discussão sobre a classificação, a origem e a importância do artesanato produzido em determinada sociedade é a distinção entre arte e artesanato. Seria a arte superior ao artesanato, por serem peças mais elaboradas e únicas, direcionadas a um público específico? Ou seria o artesanato mais importante por representar a cultura popular e por isso mesmo estar endereçado ao público em geral?

A arte e o artesanato confundem-se na história, por sua gênese comum, no trabalho manual com vistas a suprir necessidades básicas (Read, 1978, p.32-33), conforme exposto nos parágrafos anteriores. Puppi (1992) fala sobre o fato de não haver distinção entre artista e artesão: “naquela época o artista era sobretudo um artífice, um homem disposto a empregar seus conhecimentos técnicos e sua sensibilidade em qualquer empreendimento, disposto a ser arquiteto, escultor, pintor, artesão indistintamente, segundo o que necessitasse”.

A distinção entre artista e artesão (e conseqüentemente entre arte e artesanato) só ocorre no Renascimento, quando membros da aristocracia, os mecenas, passaram a patrocinar pintores e escultores. Surge também nesta época o conceito de “Belas Artes”, como classificação das artes ditas “Eruditas”.

No entanto, Pedrosa (1995, p. 321) pergunta: “Arte culta e arte popular – O que significa esta distinção?” e utiliza o argumento da fonte comum das artes. Segundo o autor, a distinção entre a arte popular e arte culta, ou erudita, nasce com a sociedade capitalista e carrega a divisão de classes em seus conceitos. A arte

culta, para Pedrosa (1995, p.321), é “um dos aparelhos ideológicos em que se apóia o poder da burguesia”, e o artista carrega os valores da sociedade burguesa. Ainda segundo o autor, o “artista” só existe na arte culta e “quem faz arte popular não é artista, dificilmente um criador, mas apenas um artesão”.

No sentido dado por Pedrosa, pode se entender que o artesão, como ator social, é de certa forma superior ao artista, já que é portador da “arte popular”. Ressalva deve ser feita, já que esse autor declara no mesmo artigo que a arte sempre esteve a favor do dominador, mesmo nas sociedades pré-capitalistas, onde não havia a distinção de arte popular e erudita. Para tanto cita a fusão entre arte e religiosidade existente no antigo Egito, onde o faraó-deus era retratado simbolicamente representando a autoridade sobre o povo e na Idade Média, onde as imagens do catolicismo tinham em seu significado uma mensagem que deveria ser entendida por todos, inclusive pelos iletrados.

No entanto, somente na Idade Média a arte e o artesanato ganham valor econômico e o artesão é elevado em sua condição social. O artesão na Idade Média é o mestre em sua especialidade (metalurgia, marcenaria, cutelaria, por exemplo) e está organizado em manufaturas ou oficinas, onde o trabalho se desenvolve. No entanto, com a Revolução Industrial e a divisão entre o trabalho intelectual e o manual, o artesanato, a rigor a gênese da indústria, foi relegado a segundo plano. Nesta linha, Arantes comenta:

“Nas sociedades industriais, sobretudo nas capitalistas, o trabalho manual e o trabalho intelectual são pensados e vivenciados como realidades profundamente distintas e distantes uma da outra. [...] Essa dissociação entre ‘fazer’ e ‘saber’, embora a rigor falsa, é básica para a manutenção das classes sociais, pois ela justifica que uns tenham poder sobre o labor dos outros” (Arantes, 1988, p. 13-14).

A divisão entre o saber e o fazer não existem nas atividades consideradas artesanais e sequer nas consideradas artísticas, portanto, as indagações de Porto Alegre (1985, p.10) são as mais coerentes com os objetivos, no âmbito deste trabalho:

“Onde ficam os ‘artistas’? Onde ficam os ‘artesãos’? Submergidos no interior da sociedade, sem reconhecimento formal, esses grupos passam a ser vistos de diferentes perspectivas pelos seus intérpretes, a maioria das vezes engajados em

discussões que se polarizam entre cultura erudita x popular”. (Porto Alegre, 1985, p.11).

Carneiro (1965, p. 08), concordando com a tese levantada, comenta: “Tomamos como ponto de referência à cultura burguesa quando consideramos antigo, arcaico ou tradicional o dado folclórico”. O discurso dominante acaba por determinar o status da produção cultural, como segue:

“Toda discussão sobre fronteiras entre ‘arte’ e ‘artesanato’, entre ‘artista’ e ‘artesão’, a partir do discurso dominante, carece de sentido dentro da perspectiva do individuo que exerce essa atividade, pois ele raramente separa a instância do trabalho manual ou mecânico (‘artesanal’) do trabalho intelectual e confere a ambos igual dignidade”. (Porto Alegre, 1985).

Existe ainda a pecha de que o artesanato não seria contemporâneo, mas antigo ou arcaico. Carneiro opõe-se a isso:

“Se, com efeito, o folclore não exprime a realidade atual, limitando-se a repetir o passado, como explicar o interesse de tipo solidário que desperta nas camadas populares, tanto na sua criação como na sua execução? A não ser que admitamos que a noção de passado é idêntica em todos os homens –e que em todos os homens haja o mesmo sentimento de amor e de respeito pelo passado” (Carneiro, 1965, p.22).

A seguir, veremos algumas possíveis conexões entre a cultura popular, ciência, folclore e artesanato, como produção de uma determinada sociedade e por isso mesmo, reflexo dos saberes desta sociedade.”

3.1.2 O Saber Local: Conexões entre Cultura Popular, Ciência, Folclore e Artesanato

O título acima faz claramente menção ao livro: “O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa”, do antropólogo Clifford Geertz (2001) e faz muito sentido no âmbito deste trabalho. Na obra de Geertz, o capítulo: “A arte como sistema cultural” expressa exatamente o que se tenta tratar aqui, ou seja, a expressão por meio da arte dos valores culturais surgidos no âmbito da comunidade, em sua localização geográfica delimitada. Conforme Geertz (2001, p. 145): “O sentimento do individuo, [...] surge em vários outros segmentos da cultura deste

povo: na religião, na moralidade, na ciência, no comércio, na tecnologia, na política, nas formas de lazer, no direito e até na forma que organizam sua vida prática e cotidiano”. O autor alega também que a arte é uma das expressões no contexto da vida humana.

Geertz (2001, p. 146) é especialmente importante em termos dos objetivos deste trabalho está ligado, quando afirma que: “[...] este processo de atribuir aos objetos de arte um significado cultural é sempre um processo local” e exemplifica distinguindo as concepções sobre o que é arte na China e no Islã ou em Nova Guiné.

Geertz, citando Matisse, diz que: “os meios através dos quais a arte se expressa e o sentimento pela vida que os estimula são inseparáveis”. E mais a diante (2001, p. 149) explica: “A compreensão desta realidade, ou seja, de que estudar arte é explorar uma sensibilidade; de que esta sensibilidade é essencialmente uma formação coletiva; e de que as bases de tal formação são tão amplas e tão profundas como a própria vida social [...]”.

Existem ainda muitas discussões sobre o que seria a distinção entre Cultura Popular e Folclore. Segundo Ferretti (2002), existe uma certa confusão entre os estudiosos do tema, enquanto alguns consideram Cultura Popular como sendo equivalente ao Folclore, outros já discordam desta idéia, diferenciando o Folclore de Cultura Popular e equiparando esta a Cultura de Massa. Carvalho (1992) afirma que, a partir da década de 60, esta discussão começa a perder força com as mudanças ocorridas nas ciências sociais, que acabaram por diluir as preocupações em classificar ou criar tipologias para definir e diferenciar o que é povo e o que seria a cultura popular.

A palavra Folclore vem da expressão criada por William John Thoms, *Folk-Lore*, que significa literalmente: a sabedoria do povo. O artigo de Thoms, publicado na revista *The Athenaeum*, em Londres a 22 de agosto de 1846, defendia a idéia de que o patrimônio advindo da sabedoria popular deveria estar sob esta chancela (Câmara Cascudo, 1972). Apesar da riqueza e precisão do termo, Ferretti (2002) afirma que o mesmo encontra-se desgastado e com conotações pejorativas. Por isso muitos se referem à Cultura Popular como sendo uma forma “mais moderna” de designar o folclore. No entanto, o uso de cultura popular provoca também confusões, podendo significar no sentido lato, cultura de massa, neste caso abarcando desde as

manifestações que surgem da vivência da comunidade até as produções artísticas “popularescas”, produzidas industrialmente e difundidas através da mídia. Canclini (1983) propõe a expressão “Cultura do Povo” na tentativa de clarear esta tão complicada guerra conceitual.

Câmara Cascudo (1972) comenta como o folclore se desenvolve nas sociedades: “O folclore é uma cultura viva, útil, diária, natural. (...) O folclore é o uso, o emprego imediato, o comum, embora antiqüíssimo. (...) É preciso que o motivo, fato, ato, ação, seja antigo na memória do povo; anônimo em sua autoria; divulgado em seu conhecimento e persistente nos repertórios orais ou no hábito normal” (Câmara Cascudo, 1972).

O artesanato, conforme as definições e características que se encontram no próximo item, é parte do folclore, surge então da sabedoria popular, assim refletindo os usos, costumes e servindo às necessidades da comunidade onde se encontra. Folclore seria, segundo a Carta do Folclore Americano, de 1970: “conjunto de bens e formas culturais tradicionais, predominantemente de caráter oral e local, e que se apresentam inalteráveis em seus modos de apresentação” (Coelho, 1999).

Importante também é notar que o artesanato, como objeto de estudo, possibilita uma verdadeira abordagem multidisciplinar, devido a sua natureza. O *Folk-Lore* como saber advindo do povo é de riqueza inesgotável para as pesquisas científicas. Vejamos a seguir alguns exemplos de estudos e ramos da ciência que foram utilizados nos estudos sobre o Folclore.

Uma das possíveis causas deste interesse por parte das ciências, principalmente as sociais, quanto ao Folclore, pode ser levantada de acordo com a explicação de Carneiro (1965, p. 15): “A vida social cria o Folclore, como cria as formas eruditas de expressão, à base da vida material, das relações de produção que se formam entre os homens – no nosso caso, na sociedade burguesa. O Folclore e as formas eruditas exprimem, o primeiro empiricamente, as segundas cientificamente, essas relações de produção – e os antagonismos sociais que engendram”.

Carneiro (1965, p. 61) declara que existia à época uma ‘pendenga’ entre folclore e antropologia, sendo que alguns tratavam os estudos folclóricos como sendo uma parte da antropologia, enquanto outros como sendo uma ciência autônoma. A carta do Folclore, que consolidou as resoluções do I Congresso de

Folclore, datada de 1951, declara expressamente que:

“O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como parte integrante das ciências antropológicas e culturais [...] Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore” (CARTA DO FOLCLORE, apud Carneiro, 1965).

Os estudos sobre folclore no Brasil já ocorrem desde o início do século passado. Silvio Romero (1851-1914) é considerado o fundador desses estudos no país, apesar de ter sido antecedido por Celso Magalhães (1884-1879) que viveu em uma época quando o folclore não era considerado pela ciência, e sim como sendo uma parte da literatura (Carneiro, 1962).

Romero escreve principalmente sobre a poesia popular, e é tido como pioneiro, já que sua abordagem apresenta uma visão mais científica, filiada ao positivismo, da vida popular (Cavalcanti et. al., 1992). A Romero se junta Amaral (1948) na busca por uma seriedade científica nos estudos sobre o tema, em seu artigo “Os estudos folclóricos no Brasil”, no qual reclama sobre a falta de critérios e de base científica dos estudos: “... Ora, são feitos por mero diletantismo ou passatempo, sem objetivo, sem método e sem seguimento; ora por simples literatura, [...] ora por outros instintos não só estranhos à pura investigação, como nocivos a ela...”. Concordando ainda Mario de Andrade (1949) ressalta a falta de cientificidade dos estudos desenvolvidos à época.

Cavalcanti et. al. (1992) relatam que o próprio Mario de Andrade no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo criou o curso de formação de folcloristas, ministrado por Dina Lévi-Strauss, que levou à criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, colaborando para a reversão do quadro de amadorismo que se apresentava. Para tanto, lançou mão das sociedades de antropologia, geografia, história e sociologia, que poderiam policiar e orientar os trabalhos sobre folclore.

Paralelamente a estes movimentos foram criadas em 1933 a Escola de Sociologia e Política de São Paulo; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934 e a Universidade do Distrito Federal em 1935, trazendo consigo a atuação de professores e pesquisadores estrangeiros e com

estes um novo instrumental teórico e prático, dando grande impulso às ciências sociais. A influência francesa veio da USP, onde existia a ênfase no estudo teórico. Entre os estrangeiros desta escola destacaram-se Lévi-Strauss e Roger Bastide; entre os seguidores destes, nomes como de Florestan Fernandes e de Maria Isaura Pereira de Queiroz. A influência americana veio da Escola de Sociologia e Política, com Donald Pierson, Herbert Baldus e Emílio Willens e tinha como foco principal a pesquisa em centros urbanos. No Rio de Janeiro havia a atuação da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia e da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil (Cavalcanti et al., 1992).

A seguir veremos algumas características e classificações do artesanato, importantes para estabelecer parâmetros para a pesquisa proposta neste trabalho.

3.1.3 A Atividade Artesanal – Classificações, Características e Particularidades

Inicialmente será necessário caracterizar o artesanato. Martins (1976) declara que:

“O artesanato se caracteriza pelo tratamento dado ao material empregado durante a fase de criação plástica e não pela função da peça na comunidade (lúdica, utilitária, religiosa, etc.), nem por suas características particulares (rusticidade, apuro), nem pela natureza do estímulo ou motivação que presidiu à ação humana de fazer o objeto (recreação, autoconsumo, interesse comercial, etc.), nem pela localização da oficina, perto ou longe de grandes centros de população (rural ou urbana)” (Martins, 1976, p. 05).

Ainda segundo Martins (1976, p.05), existem seis características do artesanato (itálicos do autor):

- manual: o contato é direto entre artesão e material empregado, sem considerar, naturalmente, pequenas intervenções de ferramentas ou aparelhos simples, não repetidores;
- os objetos resultam de *elaboração intelectual*, embora sem requinte, feitos segundo os padrões tradicionais, mas nunca em molde ou forma, nem mesmo em série;
- aqui se realizam *formas*, que podem ser apreciáveis ou suscetíveis de sê-lo, e *não simples produtos*.

- Emprega-se *material disponível*, gratuito ou extraído no lugar ou retalhos sobra aproveitável;
- *Doméstico* ou caseiro, conta com a participação da família;
- O artesão *não conhece a divisão do trabalho*, não se organiza para a produção; sozinho executa todas as parcelas necessárias à transformação.

No entanto, existem várias classificações de artesanato, que servirão para clarificar os conceitos. Neste trabalho serão utilizados os seguintes critérios de classificação da atividade artesanal, utilizados pelo PAP – Programa do Artesanato Paranaense (Cunha et al., 1994):

- Artesanato popular: obra feita à mão, baseada em motivos tradicionais e que se transmite, de geração em geração, com a utilização de matéria prima regional;
- artesanato artístico: expressa alguma maneira o sentimento estético individual de um autor com forte presença no imaginário e de caráter utilitário;
- artesanato utilitário: produz artigos sem caracterização artística especial, de uso cotidiano na comunidade;
- trabalhos manuais: objetos confeccionados a partir de materiais diversos. Geralmente obedecem a receitas ou moldes e são facilmente copiados. Podem ser utilitários ou decorativos. (Ex: peças em crochê, pintura em tecido, etc).
- “Industrianato”: objetos cuja matéria-prima é industrializada e sua produção é feita em série, utilizando, na maioria das vezes, moldes, formas ou máquinas. A criação pode ser direcionada por ondas temporárias de consumo. Sua cópia pode ser praticada, por não possuir identidades que garanta sua originalidade. Podem ser utilitários ou decorativos. (Ex: bonecas).
- produção alimentar caseira: produtos resultantes da matéria-prima natural, que passam por um tratamento especial e são transformados, manual ou mecanicamente, sob processos caseiros. (Ex: geléias, farinha de mandioca, etc).

Além deste tipo de classificação, segundo Martins (1976, p. 11) ainda podem ser classificados os produtos artesanais de acordo com:

- Matéria-prima utilizada: couro, linhas, fibras têxteis, bambu, barro ou argila, entre outros;
- local onde se desenvolve: pode ser rural ou urbano, por exemplo;
- procedência cultural: pré-histórico, indígena, folclórico ou erudito;
- destinação: utilitário, decorativo ou ornamental, religioso, lúdico ou recreativo, dramático, artístico, técnico, pedagógico ou terapêutico;
- formas e temas:
 - figurativos: com motivos antropomorfos, zoomorfos ou fitomorfos;
 - não figurativos: com motivos abstratos, amorfos ou polimorfos;
 - finalidade econômica: autoconsumo e de comércio.

Uma vez estabelecidos os critérios e possíveis classificações da atividade artesanal será possível então aprofundarmos um assunto muito caro a este trabalho, a atividade artesanal autônoma como libertação do sujeito das regras impostas pelo mercado e como atividade alternativa, possível de gerar renda para os excluídos do sistema de mercado.

3.1.4 A Atividade Artesanal: Trabalho, Autonomia e Liberdade

Como já demonstrado, há muito o artesanato existe como atividade, é atualmente regulamentada no Brasil, pela Lei N 1.089, de 1991, que:

“REGULAMENTA A PROFISSÃO DE ARTESÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art 1 - O exercício da profissão de artesão é livre em todo o território nacional.

Art 2 - Considera-se artesão aquele que exerce atividade predominantemente manual, nas diversas fases da formação do produto, transformando a matéria prima, bem como criando e produzindo obras que tenham expressão artística e cultural, podendo usar equipamento, desde que não automáticos ou duplicadores de peças.

Parágrafo único - Para efeitos do caput deste artigo, será considerado no âmbito profissional o aprendiz de artesão, que nesta condição poderá exercer suas atividades”.

Martins (1976, p.05) fala da importância do artesanato como alternativa de subsistência, chamando este tipo de artesanato como artesanato de sobrevivência. Este autor ainda destaca a ligação existente entre o artesão e o meio onde está

inserido, e como este se adapta ao meio, “especializando-se no ramo artesanal mais adequado, conforme a abundância do material encontrado no lugar e o estilo de vida”. Pedrosa (1995, p. 329) fala sobre o valor emancipatório do artesanato: “O artesanato só se torna revolucionariamente valioso quando contribui para romper a estrutura de classes e põe em questão o monopólio da atividade criadora da burguesia”.

A experiência artesanal citada por Pedrosa (1995, p. 329-330), e que na sua visão contribuiu com a emancipação de uma comunidade no Chile de Allende, é assim descrita:

“O crescimento da atividade criadora correspondeu, de maneira natural, ao avanço de uma classe. Desde o período da democracia cristã, existia uma cooperativa nacional que organizava a venda e a produção do artesanato: Cocema (Cooperativa Centro de Mães). A função desta instituição era, contudo, fundamentalmente comercial. Na realidade, servia de intermediária entre o artesão e o cliente, centralizando na capital a venda dos produtos. Sem deixar de lado esta função, importante, pois contribuiu para criar um mercado de que necessitava o povo desempregado, a Unidade Popular orientou em outros aspectos o sistema cooperativo. A popularidade que as produções artesanais adquiriram e o mercado interno e de exportação que se criou em torno delas, onde a demanda superava amplamente a oferta, permitiu não só o estímulo dessa atividade, como também a criação de numerosas pequenas indústrias e a incorporação, em forma de centros de mães ou comunidades de bairros, de novos setores à produção. Assim, por exemplo, formou-se em Ilha Negra, uma cooperativa de “tecelãs” que ficou famosa pelo impulso que lhe deu um dos moradores, que organizou uma exposição de seus trabalhos em Paris: Neruda. Durante três anos, todas as mulheres dos pescadores trabalhavam tecendo tapetes. Em outras regiões, desenvolveram-se, inclusive, vilas em torno de uma indústria, como é o caso de Toconao, ao norte do Chile, onde os habitantes se dedicavam ao talhe de estatuetas em pedra-sabão” (Pedrosa, 1995, p.229).

Pedrosa continua explanando sobre os efeitos do desenvolvimento desta atividade sobre a sociedade local e sobre os artesãos, dizendo que no Chile a condição dos artesãos foi modificada, a partir da expansão do artesanato e da valorização dos produtos que passaram a serem vendidos em butiques e galerias de arte.

A organização em cooperativas foi decisiva para a expansão da atividade, assim como para a libertação dos atravessadores, conferindo ao artesanato a possibilidade de refletir um verdadeiro caráter popular e de possibilidade efetiva de

ocupação, conforme Pedrosa:

“Com a organização das cooperativas artesanais, que se ocupam diretamente da venda, o artesão se liberta do comerciante dirigente intermediário. A redistribuição de renda durante a UP, que favorece os setores mais desprovidos cria um novo público. Isso terá um duplo efeito: de um lado, dá uma grande liberdade criadora ao artesão, pois o aumento da demanda garante sua subsistência e de sua família, sem que ele esteja sujeito ao um patrão que lhe impõe um tipo único de modelo; por outro lado, a difusão do artesanato entre setores mais populares contribui para a desalienação do ‘gosto’” (Pedrosa, 1995, p. 230).

A condição das mulheres também é considerada como modificada positivamente, segundo Pedrosa: “[...] a condição da mulher é profundamente afetada pelo desenvolvimento dessa indústria. Modifica-se sua condição no lar. A mulher do camponês ou do operário, antes dedicada exclusivamente aos mais duros trabalhos domésticos [...] descobre uma atividade que, além de libertá-la dessas necessidades, compensando-a economicamente com vantagens, dá-lhe um prestígio que afirma sua situação no lar, assim como no interior do grupo local e familiar”. (Pedrosa, 1995, p. 230).

Sobre a importância deste tipo de atividade, e da organização cooperativa que o caso apresenta, Pedrosa advoga que:

“[...] opera-se no Chile, como em toda sociedade em que o processo revolucionário começa apagar as diferenças de classe, uma ruptura na ideologia burguesa. A distinção entre artesão e artista se desvanece e o artesão assume a condição social de artista. Esta transformação atinge imediatamente outros setores. A universidade percebe que é oportuno preocupar-se com o artesanato e, nas escolas de arte, ele se torna uma das atividades de preferência” (Pedrosa, 1995, p. 230).

Corroborando com as idéias de Pedrosa, Ortiz (1980, p. 46) afirma que Gramsci inclui o folclore e a religião como subordinados ao conceito de cultura popular, como concepção de mundo e como forma de conhecimento que se contrapõe à cultura hegemônica. Para Barbero (1997): “(...) a originalidade da cultura popular residiria essencialmente em sua autonomia, na ausência de contaminação e de comércio com a cultura oficial, hegemônica”.

Carneiro (1965, p. 22), concordando com as afirmações de Barbero, diz: “O

folclore se projeta no futuro, como expressão das ‘aspirações e expectativas populares’ e da sede de justiça do povo”.

O Folclore, para Carneiro (1965, p. 13), é dialético, enquanto modifica a sociedade, é modificado pelas próprias interações que propicia. O folclore, nas palavras deste autor é “dinâmico em sua essência – está em constante transformação, dialeticamente *é e não é* o mesmo fenômeno ao mesmo tempo, como em geral acontece com todos os fenômenos sociais”. Carneiro (1965, p. 22) diz que os processos que produzem este constante reajustamento, adaptação do folclore às realidades do dia-a-dia, são processos essencialmente políticos, já que envolvem uma concepção de sociedade em seu conjunto e em consequência em suas ações.

Carneiro diz ainda que o Folclore, com efeito, se nutre dos desejos de bem-estar econômico, social e político do povo e, por isso, seria uma forma rudimentar de reivindicação social. Citando Gorki, Carneiro considera que somente uma criação genuinamente popular pode atravessar os séculos: “Como a criação, não somente do passado e do presente, mas também do futuro” (Carneiro, 1965, p. 23).

Carneiro (1965, p. 56-57) conclui que:

- O folclore reflete as relações de produção criadas entre os homens e que se modifica na medida em que estas relações variam na forma e substância;
- Que esse processo de adaptação é dinâmico, dialético, produto de ações e reações simultâneas e recíprocas que ocorrem permanentemente, portanto o conteúdo do Folclore se atualiza constantemente;
- Por ser uma interpretação da sociedade é um modo de influir sobre ela, sendo, portanto uma atitude política, tendo consequência sobre o futuro, como forma de reivindicação social.

Mills (1951), fala sobre o trabalho do artesão como sendo: “um meio de desenvolver a sua habilidade e, ao mesmo tempo, um meio de desenvolver a si próprio como homem”.[...] “O trabalho do artesão é a base de sua vida; ele não procura no lazer a evasão para um domínio separado do trabalho; traz para seus momentos de descanso os valores e as qualidades desenvolvidos e empregados nas horas de trabalho”. Estes elementos dizem respeito essencialmente à liberdade do trabalho artesanal. Mills conclui sobre a liberdade, dizendo que o trabalhador artesanal é “livre para começar o trabalho de acordo com os seus planos, e durante

a atividade há liberdade para modificar sua forma e técnica de criação” (Mills, 1951).

Finalizando esta seção: “Marx, em *Maquinaria e Indústria Moderna*, traz a idéia de artesanato como o homem possuindo os meios de produção e sendo a força motriz do processo produtivo. A relação do homem com o instrumento de fabricação era de tal proximidade que o mesmo poderia, caricaturalmente, ser uma extensão dos membros humanos”.(Bombonatti, 2003).

3.1.5 O Artesanato no Brasil

O artesanato no Brasil inicia-se já nos primeiros tempos da colonização, no séc. XVI. Desenvolveu-se a partir das matérias-primas inicialmente de cunho utilitário, passou a ser ornamentado com pedras e materiais existentes em abundância, principalmente em Minas Gerais e na Bahia. A qualidade do artesanato brasileiro era tamanha, que em 30 de julho de 1766 a atividade foi proibida por D. José I, devido à concorrência que a produção brasileira fazia, frente à portuguesa.

Atualmente o artesanato tem grande expressão na economia brasileira. Dados fornecidos pelo Sebrae (2003), tendo como fonte Ministério da Indústria e Comércio, mostram que o artesanato brasileiro responde por 2,8% do PIB (cerca de R\$ 28 bilhões, dados de 2001) e emprega cerca de 8,5 milhões de pessoas diretamente.

Quando os números do artesanato são combinados com os do turismo (atividades tidas como correlatas pelas agências citadas), os valores chegam a quase R\$ 40 bilhões e 14,5 milhões de pessoas empregadas diretamente.

O Sebrae (2003) estima que enquanto são necessários cerca de R\$ 150.000,00 para criar uma nova vaga na indústria automobilística, são necessários apenas R\$ 40.000,00 para criar uma nova posição em um hotel, R\$ 10.000,00 em um restaurante e cerca de R\$ 50,00 para garantir matéria-prima e ocupação a um artesão. O rendimento médio de um artesão, segundo o Sebrae é de 2 a 3 salários mínimos.

3.1.6 Curitiba e a Feira de Artesanato do Largo da Ordem¹.

A Feira de Artesanato do **Largo da Ordem** também conhecida como “Feira Hippie”, “Mercado das Pulgas” ou simplesmente “Feirinha” na região conhecida como Largo da Ordem, um centro histórico da cidade de Curitiba, acontece todo o domingo, desde a década de 70.

Inicialmente com poucas barracas e sendo iniciativa de alguns artesãos que encontravam ali local para expor seus produtos, hoje é um evento comercial de vulto, com artesanatos dos mais variados, além de congregar atrações artísticas e culturais. Neste local, acontecem paralelamente à feira: espetáculos circenses e de teatro, encontros/mostras de carros antigos, sebos (troca) de livros, discos usados e antiguidades.

A organização da feira atualmente está subordinada à Prefeitura Municipal, através da FAS – Fundação de Ação Social.

É necessário também rememorar as origens do local onde é produzido o artesanato e sua história, já que toda esta carga cultural está presente no artesanato geral produzido localmente.

Curitiba foi fundada em 1693, inicialmente como Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, e somente em 1721 passaria a chamar-se Curitiba. Em 1853, com a emancipação do Estado do Paraná, tornou-se capital.

A área central de Curitiba, ou Centro Histórico, remonta a essa época e inclui a região que compreende as atuais praças Tiradentes e Garibaldi e seu entorno. A Praça Garibaldi, no Largo da Ordem, que desde 1917 tem a denominação de Largo Coronel Enéas, era o centro político daquela época, palco de acontecimentos sociais, onde ocorriam passeatas e rodas de conversas. Ali estavam a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e o bebedouro (no centro do Largo da Ordem).

¹ Este histórico foi elaborado a partir de matéria do Jornal “InformAnav” da Associação dos Núcleos Artesanais de Vizinhança. REIS, J. **História da Feira de Artesanato de Curitiba**. Informanav – Órgão de divulgação da ANAV – Assoc. dos Núcleos Artesanais de Vizinhança, n. 11, Nov./Dez., 2002. Curitiba: Anav, 2002. e de documentos cedidos pela Casa da Memória, como: FUNDAÇÃO CULTURAL; **Largo Coronel Enéas: o popular Largo da Ordem, coração do Setor Histórico**. Curitiba, Fundação Cultural, s/d.; **Mercado das Pulgas: no Largo da Ordem tudo pode ser bom negócio**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro 17 de fevereiro de 1972.; **Feira de Artesanato na Praça Garibaldi**. Diário Popular, Curitiba, 19 de maio de 1985.; **Feira do Artesanato, atração dos domingos aos curitibanos**. Gazeta do Povo, Curitiba, 18 de março de 1990.

As feiras de artesanato a céu aberto existem em Curitiba desde o começo da Década de 70. Inicialmente na Praça Zacarias, com uma feira popularmente chamada de Feira Hippie aos sábados e contava com a participação de estudantes de arte e artistas conhecidos da época. Esta feira ainda acontece até os dias de hoje, no entanto já foi transferida para a Praça Tiradentes, posteriormente para a Praça Rui Barbosa e desde 1996 está no Mercado Central.

A Feira de Artesanato do Largo da Ordem, aos domingos, começou a acontecer em 1971, a partir de um projeto da Fundação Cultural de Curitiba, chamado “Projeto de Animação do Setor Histórico de Curitiba”. Ocorreu simultaneamente a outras transformações que estavam acontecendo no centro de Curitiba, como o fechamento da Rua XV e construção do calçadão, criação da Casa da Memória e do Teatro Paiol e do Centro de Criatividade, por exemplo.

A Feira de Artesanato do Largo da Ordem cresceu de tal forma que hoje se tornou o ponto de encontro do curitibano e atrativo turístico, devido à diversidade e a qualidade dos produtos ali expostos. Artesãos das mais diversas especialidades, antiquários, colecionadores, músicos, que oferecem seus produtos e apresentam-se todos os fins de semana. O comércio local foi modificado devido a este fluxo de pessoas. Hoje bares, restaurantes e mesmo barracas oferecem comidas típicas para os visitantes da feira.

O Largo da Ordem, apesar de ser o centro histórico da cidade de Curitiba, antes mal freqüentado, tornou-se um centro cultural, que abriga hoje a Fundação Cultural de Curitiba, o Teatro Piá, galerias de arte, lojas de artesanato, antiquários, o Memorial de Curitiba, a Igreja da Ordem (a mais antiga construção de Curitiba), o Museu de Arte Sacra, a Feira do Poeta, a Casa do Artesanato e livrarias.

Atualmente a feira conta com 1.080 expositores e ocupa a área que compreende a Rua Dr. Kellers, Rua Jaime Reis e Mateus Leme, iniciando nos arredores da Praça João Candido e indo até a av. Barão do Cerro Azul. Segundo estimativa da Prefeitura Municipal de Curitiba, cerca de 15.000 pessoas passam pela feira aos domingos.

A seguir veremos as propostas de Guerreiro Ramos para uma sociedade onde o artesanato pode inserir-se como uma das alternativas ao mercado fundado na razão instrumental.

3.2 PARADIGMA PARAECONÔMICO E SOCIEDADE MULTICÊNTRICA

A proposta de uma sociedade alternativa à de mercado apresentada por Guerreiro Ramos, funda-se principalmente na crítica de que a sociedade atual tem no mercado sua principal referência, e que esta dimensão única não é suficiente para abarcar todas as possibilidades de vida humana associada. Esta unidimensionalidade, em casos extremos, pode tornar a vida do indivíduo impossível, surgindo deformações de caráter conforme veremos a seguir.

Guerreiro Ramos com sua teoria de vida humana associada, propõe uma sociedade de muitos centros, ou “multicêntrica”, onde o mercado seria apenas um dos enclaves possíveis, mas não a referência totalizante onde tudo pode ser resumido a seu valor em moeda ou de sua utilidade. Certamente um grupo de amigos que se reúne com o intuito de jogar futebol em um fim-de-semana, ou as pessoas que participam de uma seita qualquer, não se encontram com o objetivo exclusivo de aumentar suas capacidades para servir ao mercado. Nestes grupos os valores que servem de guias para as atividades são diversos dos de mercado.

O autor ainda propõe que para cada tipo de objetivo, existirá um tipo de organização que se adaptará melhor, segundo suas características. Assim a proposta de Guerreiro Ramos tem em seu núcleo as seguintes premissas e propostas:

- A sociedade não pode prescindir de outros valores que não os de mercado, sob pena de tornar-se deformada, e os indivíduos que a compõe psicologicamente afetados.
- O mercado tornou-se a única referência valorativa e acabou por impregnar todas as atividades humanas com uma racionalidade altamente ligada às finalidades de cada ato e às funções que cada indivíduo pode desempenhar. Esta Racionalidade Instrumental que se disseminou por toda a sociedade não será certamente a base para uma sociedade que se propõe mais humanizada. A racionalidade proposta por Guerreiro Ramos é a Racionalidade Substantiva, que será tratada em profundidade ao longo deste capítulo;
- O modelo de homem criado pela revolução industrial e pela administração Tayloriana é o “Homem Econômico” motivado apenas pelo dinheiro e comporta-se como uma extensão das máquinas, ou melhor, como um recurso

da organização. Muito embora algumas outras teorias tenham tentado modificar este status, o homem impregnado pela racionalidade instrumental guia sua vida de acordo com suas capacidades ligadas ao trabalho, e mede seu próprio valor segundo valores de mercado. O modelo de homem proposto por Guerreiro Ramos é o Homem Parentético, que guia suas atividades não somente para a organização onde está inserido, mas também, para sua realização pessoal, através de sua tentativa de tornar-se autônomo.

- Para cada tipo de associação da vida humana, existirá um tipo de organização que dará suporte a estas. Cada um destes tipos organizacionais contará com determinadas características que se adaptam aos objetivos desta associação.

Colocados estes pressupostos como um resumo da idéia geral de Guerreiro Ramos, que servirá de base para nossas análises veremos a seguir os temas levantados, primeiramente devemos estabelecer qual o tipo de homem que estaria disposto e apto a participar de um projeto de sociedade diferente.

A construção de teoria de tal envergadura, como a que Guerreiro Ramos apresenta, culminando com o Paradigma Paraeconômico é um esforço de uma vida inteira. Assim, os diversos trabalhos anteriores estão referenciados em seu escrito final. Em artigo largamente divulgado, Guerreiro Ramos (1984), apresenta uma reavaliação da “a evolução da teoria administrativa, usando-se modelos de homem como seu ponto de referência”.

Nesse artigo, o autor relaciona a cada teoria administrativa, um modelo de homem. Inicialmente, trata sobre as imagens tradicionais de homem, aos quais denomina:

- Homem Operacional: o equivalente para a Administração do “Homem Sociológico”, para a Sociologia e do “Homem Econômico” para a Economia. Esta é a visão mais restritiva às possibilidades do homem. É o homem conformado, recurso da organização e que busca apenas na subsistência sua motivação. As características traçadas por Guerreiro Ramos (1984) do Homem Operacional são: i) passividade, onde a sua condição é de recurso organizacional e sua alocação ocorre de forma autoritária; ii) o treinamento é a técnica de “ajuste” do individuo aos padrões de maximização da produção; iii) o homem operacional é calculista, sua motivação do existe apenas quando vislumbra recompensas materiais, é isolado e independente dos outros

trabalhadores; iv) crença na administração como forma justa de decidir e alocar recursos; v) distanciamento do indivíduo de questões éticas relacionadas ao ambiente externo; vi) o local de trabalho é visto como área onde questões relacionadas à liberdade pessoal não cabem; vii) o trabalho como adiamento da satisfação.

- O Homem Reativo: visão de homem surgida a partir dos estudos de Hawthorne, que iniciou a chamada “Escola de Relações Humanas”. Segundo Guerreiro Ramos (1984) os humanistas: i) tinham uma visão mais sofisticada acerca das motivações humanas; ii) definiam a organização como sendo um sistema social aberto; e iii) não desconsideravam valores, sentimentos e atitudes como importantes aspectos que poderiam ter impacto sobre a produção.

Muito embora o homem reativo apresentasse um grande avanço sobre o homem operacional, os objetivos dos teóricos humanistas ainda não haviam mudado. Apesar de ampliar as possibilidades humanas, a finalidade do homem ainda era de produção e apenas a isto o homem reativo serve. A “Escola de Relações Humanas” então serviu para um melhor ajustamento dos indivíduos ao contexto do trabalho, oferecendo uma forma mais apurada de promover este ajustamento (Guerreiro Ramos, 1984).

O Homem Parentético, que mais interessa ao trabalho que ora se apresenta, não se apresenta como evolução dos modelos anteriores de homem, mas como uma ruptura neste caminho. O Homem Parentético tem por principal motivação sua liberdade, sua autonomia, e devido a esta busca teria desenvolvido as seguintes características, apontadas por Guerreiro Ramos, 1984: i) é participante da organização, sem, no entanto ter atitude de conformação; ii) consciência crítica altamente desenvolvida iii) habilidade de em uma atitude crítica que põe “em suspenso” ou “entre parênteses” (daí o termo parentético) a crença de um mundo comum, onde os critérios já estão dados. A atitude do Homem Parentético é então reflexiva quanto sua condição e pró-ativa quanto sua atuação, em contraposição às atitudes de indiferença do Homem Operacional e da reatividade do Homem Reativo.

O Homem Parentético dirigiria suas ações de acordo com a racionalidade substantiva, conforme visto aqui. Suas motivações vão além da simples cálculo utilitário de conseqüências e sua busca está ligada à realização pessoal e de sua

liberdade e autonomia. Devido a sua alta capacidade crítica ele consegue abstrair-se da rotina do dia-a-dia e agir como espectador, assim: “Ele é capaz de distanciar-se do meio que lhe é familiar. Ele tenta deliberadamente romper suas raízes e ser um estranho em seu próprio meio social, de maneira a maximizar sua compreensão desse meio. Assim, a atitude parentética é definida como a capacidade psicológica do indivíduo de separar-se de suas circunstâncias internas e externas” (Guerreiro Ramos, 1984).

O Homem Parentético encontra seu lugar nas organizações dos tipos “fenonomias” e nas “isonomias”, conforme veremos a seguir.

O Paradigma Paraeconômico e a Sociedade Multicêntrica.

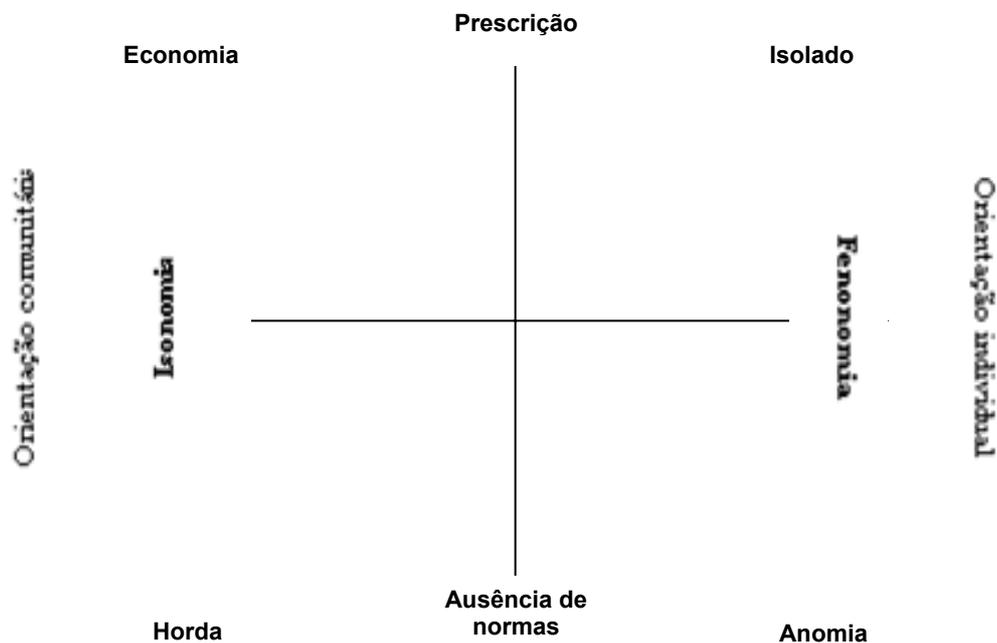
O ponto de partida para as análises de Guerreiro Ramos é a constatação de que a sociedade, a partir da Revolução Industrial, tornou-se uma sociedade unidimensional, que faz uso dos valores do mercado como sendo a única referência para todas as atividades humanas. Propõe então, o autor, a idéia de uma sociedade onde os indivíduos podem escolher entre as várias possibilidades de busca da auto-realização, através de vários padrões possíveis de interação social. A este modelo de sociedade, Guerreiro Ramos chamou de “Sociedade Multicêntrica”, lançando assim o um novo paradigma , ao qual chamou de “Paradigma Paraeconômico”, por confrontar-se à economia como centro de vida humana associada. Conforme o próprio autor:

“Ao contrário, primeiro e acima de tudo, o padrão paraeconômico parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há descontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais. Segundo, nesse espaço social, só incidentalmente o indivíduo é um maximizador da utilidade e seu esforço básico é no sentido da ordenação de sua existência de acordo com as próprias necessidades de atualização pessoal. Terceiro, nesse espaço social, o indivíduo não é forçado a conformar-se inteiramente ao sistema de valores de mercado. São-lhe dadas oportunidades de ocupar-se, ou mesmo de levar a melhor sobre o sistema de mercado, criando uma porção de ambientes sociais que diferem uns dos outros, em sua natureza, e deles participando. Em suma, o espaço retratado pelo padrão é um espaço em que o indivíduo pode ter ação adequada, em vez de comportar-se apenas de maneira que

venha a corresponder às expectativas de uma realidade social dominada pelo mercado” (Guerreiro Ramos, 1989, p.141-142).

A seguir a representação gráfica do paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos:

FIGURA 01: O PARADIGMA PARAECONÔMICO



Fonte: Guerreiro Ramos, 1989.

Para compreender o paradigma paraeconômico, a figura acima demonstra em duas dimensões onde as organizações enquadram-se, segundo:

- Orientação Individual e Orientação Comunitária.

A auto-realização do indivíduo pode ser buscada em vários tipos de ambientes convivenciais, onde o tamanho da comunidade, em número de pessoas pode variar, sendo alguns grandes ou de moderado tamanho e outros de pequenas dimensões.

- Prescrição e ausência de normas.

A prescrição de normas ou a ausência destas acabará por condicionar a auto-realização do indivíduo, principal foco deste da obra de Guerreiro Ramos, devido a

auto-realização estar diretamente ligada a autonomia do indivíduo. Existe uma relação inversamente proporcional entre o nível prescritivo de determinada organização e as oportunidades de realização pessoal. Isso é claro em ambientes altamente normatizados, notadamente as burocracias. Prescrição de normas na maioria das vezes significa a restrição de ação do indivíduo, reduzindo a possibilidade de escolha pessoal. Guerreiro Ramos (1989, p. 144) fala sobre a superorganização e a despersonalização do indivíduo totalmente imerso no mercado.

A superorganização a que se refere Guerreiro Ramos é a operacionalização exacerbada da sociedade moderna, onde cada objeto ou pessoa tem uma finalidade específica, uma função. Decorrente da superorganização da sociedade está à despersonalização do indivíduo o qual, como já tratado anteriormente, deve amoldar-se ou conformar-se às funções esperadas dele. Muito embora a prescrição de normas seja necessária em uma vida moderna complexa, o excesso acaba por limitar as possibilidades e opções individuais.

Guerreiro Ramos então propõe várias formas de associação da vida humana de modo a oferecer um leque diversificado de opções onde as pessoas poderiam buscar sua realização pessoal, sustento, dinheiro, entre outros objetivos de acordo com suas necessidades e objetivos próprios. Os tipos organizacionais, apresentados a seguir, como lembra o autor, são “Tipos Ideais” e, como tal, não serão encontrados em sua forma pura na sociedade, coexistindo na maioria das vezes como formas mistas.

Os tipos organizacionais apontados por Guerreiro Ramos (1989), são os seguintes:

- **Anomia e motim**

A anomia é descrita por Guerreiro Ramos como sendo uma situação onde a vida social desaparece. O termo deriva do conceito de Durkheim “Anomie” que definia a condição dos indivíduos que vivem à margem da sociedade, sobrevivendo sem normas ou compromissos e sem objetivos pessoais.

Quando esta ausência de normas é observada em grupos, dá o nome de motim e caracteriza-se pela falta do senso de ordem social.

- **Economia**

As Economias, como conceito interno do paradigma que se apresenta é o tipo de organização com objetivos claros de produção de bens e/ou serviços. São as

empresas modernas, onde os preceitos de produção e produtividade são largamente aplicados e estão inseridas em um ambiente competitivo regido pelo mercado. Neste ambiente certamente será predominante uma racionalidade do tipo instrumental e o modelo de organização será algum tipo próximo da burocracia conforme descrita por Weber. São características das Economias:

- A prestação de serviços ou o fornecimento de bens onde a influência dos clientes será mínima ou inexistente no tocante ao planejamento ou execução das atividades;
- A eficiência é o sustentáculo de suas atividades e pode ser medida com objetividade através dos lucros auferidos ou avaliada segundo um cálculo do tipo custo/benefício.
- Devido à alta especialização e à grande normatização característica destes tipos de organizações, podem e é especialmente desejável que assumam grandes dimensões em tamanho, medido segundo os recursos disponíveis (Humanos, instalações, materiais, entre outros) e em sua complexidade de acordo com a diversidade de operações, produtos e atuação em diversos mercados, por exemplo.
- As economias são formadas por trabalhadores assalariados, empregados. Guerreiro Ramos os denomina: “detentores de empregos”, avaliados segundo suas qualificações profissionais para o desempenho das atribuições e atividades para que foram contratados. As decisões que definem os direcionamentos de suas vidas pessoais, que neste contexto tornam-se carreiras, são definidas segundo o mercado.
- A difusão das informações é regulada, tanto internamente como ao ambiente externo à organização, segundo interesses organizacionais e até mesmo pessoais nos mais diversos níveis da Economia em questão, o que pode levá-la a equívocos na definição das prioridades, dos trabalhos a serem executados. Guerreiro Ramos (1989, p. 148) aponta a difusão das informações nas economias como sendo “o principal fator da lei de ferro da oligarquia, da lei de Parkinson, do princípio de Peter, da errônea localização de metas, e assim por diante”.

Guerreiro Ramos (1989, p. 148), arremata observando o poder das economias sobre os indivíduos na sociedade unidimensional: “O mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social. Na sociedade centrada no mercado, as economias são livres para modelar a mente de seus membros e a vida de seus cidadãos, de modo geral”.

- **Isonomia**

São os grupos de iguais, e baseia-se na idéia da democracia grega. São apresentados por Guerreiro Ramos, como sendo as associações, cooperativas e outros tipos de grupos, formais ou informais, onde os indivíduos podem buscar a sua realização pessoal. As características da isonomia são as seguintes:

- As prescrições são mínimas e o objetivo principal é realização pessoal dos membros. Estas prescrições são estabelecidas por consenso. Depende do comportamento e das relações interpessoais dos indivíduos participantes o sucesso deste tipo de associação, que pode ser observado pela boa convivência no grupo.
- A liberdade dos associados para desenvolver as atividades compensadoras é altamente autogrificante, sendo a própria participação e o relacionamento social generoso a principal compensação de sua atividade.
- As motivações estão ligadas às vocações pessoais, e não por aptidões ditadas pelo mercado. A ocupação distingue-se do trabalho e do emprego, no sentido em que a recompensa básica está na realização daquilo que está sendo feito; o lucro ou renda eventual seria apenas um efeito colateral da atividade. Tornando-se assim de menor (ou de nenhuma) importância a preocupação com conceitos como: produtividade ou maximização da utilidade.
- A isonomia como “tipo ideal” é uma comunidade onde todos participam da tomada de decisões, sendo a autoridade atribuída segundo a natureza dos assuntos e as habilidades de cada um.
- Uma Isonomia deve se basear em relações interpessoais primárias, o que leva a uma limitação em suas dimensões, sob pena de aumentar de tamanho, gerando relações de segunda, terceira ou quarta ordem, e acabar por tornar-se uma burocracia.

A isonomia é o *locus* da convivência humana, a sociedade dos iguais, onde todos tem vez e voz e podem com grande grau de liberdade buscar sua forma de conseguir a realização pessoal.

- **Fenonomia**

A fenonomia é um sistema social, onde um indivíduo ou um pequeno grupo de pessoas reúnem-se de forma mais ou menos estável ou esporadicamente, que permite aos seus membros o máximo de opção pessoal em um ambiente onde existem mínimas prescrições e tem as seguintes características:

- É o ambiente onde a liberdade de expressão ocorre em maior intensidade, através da liberação da criatividade, segundo as escolhas pessoais das atividades (plena autonomia).
- As obras escolhidas pelos membros das fenomenias são automotivadas, o que denota o alto grau de comprometimento e a seriedade com que será desenvolvida, por considerarem a importância daquele trabalho. Este tipo de atividade em muitos casos demanda maior empenho e esforço do que as atividades de uma rotina de trabalho comum. A rotina de trabalho escolhida livremente pelo membro é importantíssima para a boa consecução do trabalho, assim como a disciplina. Conforme Guerreiro Ramos (1989, p. 152): “Para desempenhá-las com sucesso, os indivíduos precisam desenvolver programas e regras operacionais próprios, jamais permitindo a si mesmo agir caprichosamente”.
- O resultado econômico possível das atividades em fenomenias ocorre incidentalmente, pois não é esta a motivação que leva os membros de uma fenonomia a empreender determinado trabalho. As possíveis valorações econômicas dos resultados são efeitos colaterais² à satisfação do indivíduo com a atividade. Guerreiro Ramos chega a afirmar (1989, p.157) que as fenomenias “são cenários sociais protegidos contra a penetração do mercado” e que estas “desafiam, ou ‘batem’, o sistema de mercado”. assim

² A rigor, colateral é correr ao lado, em paralelo, ou ainda, fato secundário. Neste texto apresenta-se “efeito colateral” como um efeito concomitante ao efeito principal. No caso das fenomenias o efeito principal esperado é a satisfação pessoal e o resultado financeiro ocorre paralelamente a este.

- O membro da fenomenia busca principalmente sua realização pessoal e sua liberdade de escolha, sua autonomia. No entanto isso não o leva a um isolamento social, do abandono da sociedade; pelo contrário, desenvolve uma consciência social apurada, visando tornar os outros indivíduos sensíveis quanto às várias possibilidades e às várias experiências que estão camufladas na sociedade de mercado.

As fenomenias foram identificadas por Guerreiro Ramos como o tipo de organização que se prestaria aos artistas e artesãos, como pode ser observado no trecho que segue:

“Há muitas pessoas normalmente envolvidas em atividades que qualificam como fenomenias e este é, por exemplo, o caso da mulher e do marido habilidosos, que reservam sistematicamente um canto da casa para planejar e produzir tapetes, cerâmica, pintura, bem como o das oficinas dos artistas, escritores, jornalistas, artesãos, inventores e assim por diante, que trabalham por conta própria” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 152).

- **O isolado**

O isolado é o indivíduo, que contrariamente ao anômico, que não têm normas, está comprometido com uma norma, criada por ele e que para ele é única, considerando o mundo como um ambiente incontrolável e sem solução. O isolado encontra então um lugar onde pode viver segundo esta crença principal. Apesar de poderem ser enquadrados nesta categoria os paranóicos, nem todo isolado é necessariamente um caso clínico como este. O autor exemplifica os empregados não participantes e os cidadãos que escondem suas convicções sistematicamente como isolados.

A seguir veremos como Guerreiro Ramos propõe a operacionalização destas organizações, ou sistemas sociais, segundo suas características e objetivos.

3.2.1 Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais: Lei da Adequação dos Requisitos e o Design dos Sistemas Sociais

Guerreiro Ramos apresenta sua proposta de sociedade multicêntrica como sendo um esforço planejado e intencional, onde a sociedade, entendendo suas razões para modificar seu status atual, deve direcionar seus esforços para a

ampliação das formas organizacionais, de acordo com uma razão substantiva, onde será possível a realização pessoal, a convivência e não necessariamente resultados esperados pelo mercado, como segue:

“A sociedade multicêntrica é um empreendimento intencional. Envolve planejamento e implementação de um novo tipo de estado, com o poder de formular e por em pratica diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias dos cidadãos. Uma sociedade assim requer também iniciativas partidas dos cidadãos, que estarão saindo da sociedade de mercado sob sua própria responsabilidade e a seu próprio risco” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 155).

Para tanto, os sistemas sociais deverão ser projetados ou desenhados segundo algumas regras, as quais o autor denominou “Lei da Adequação dos Requisitos”, pela qual o sucesso destes empreendimentos seria condicionado a tecnologia, ao tamanho, aos esquemas cognitivos utilizados, à ocupação e utilização do espaço e às medidas de tempo vigentes em cada um dos tipos apresentados, conforme veremos a seguir.

- Tecnologia: O tipo da tecnologia utilizada é suporte essencial em qualquer sistema social, e está presente como o conjunto de normas operacionais e dos instrumentos através dos quais as atividades acontecem. Sem a tecnologia adequada não existe a possibilidade da existência dos sistemas sociais. São exemplos de tecnologias como suportes de sistemas sociais as fábricas, as igrejas ou uma vizinhança. Enquanto o escritório e a fábrica são as tecnologias para as Economias, uma associação seria a tecnologia de uma Isonomia e uma oficina a tecnologia de uma Fenonomia.
- Tamanho: Uma das premissas muito difundidas no ambiente de mercado é que o desenvolvimento ou o sucesso de um empreendimento pode ser medido segundo o tamanho deste, ou seja, “quanto maior, melhor”. Para Guerreiro Ramos chama atenção para que a eficiência dos sistemas sociais não pode ser medida a partir desta premissa. Os sistemas sociais devem ter seu tamanho limitado segundo seus objetivos para que possam ser eficientes, conforme o autor:

“Arriscar-me-ei a propor três possíveis enunciações: Primeira, a capacidade de um cenário social para fazer face e para corresponder, eficazmente, às necessidades de seus membros exige limites mínimos ou máximos a seu tamanho. Segunda, nenhuma norma geral pode ser formulada para determinar, com precisão, antecipadamente, o limite de tamanho de um cenário social; a questão do tamanho constitui sempre um problema concreto, a ser resolvido mediante investigação ad hoc, no próprio contexto. Terceira, a intensidade das relações diretas entre os membros de um cenário social tende a declinar na proporção direta do aumento de seu tamanho” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 158).

Para as isonomias Guerreiro Ramos (1989, p. 160), aponta que seu tamanho deve ser moderado, e quanto as fenonomias: “As fenonomias são o menor tipo concebível de cenário social e uma fenonomia pode mesmo se compor de uma só pessoa, como é o caso do ateliê do pintor ou escultor. Parece, contudo, duvidoso, que uma fenonomia tenda a manter sua capacidade de sobrevivência, quando o número de seus membros exceder a cinco”.

- **Cognição:** Para identificar os sistemas cognitivos, Guerreiro Ramos lança mão e dois autores, Georges Gurvitch (1969), que em “Os Quadros Sociais do Conhecimento” discorre sobre os sistemas cognitivos dominantes em vários tipos de organizações e até culturas como quadros (*Frameworks*) sociais dos sistemas cognitivos. Gurvitch analisa, por exemplo, as diferenças entre as Igrejas e seus sistemas cognitivos, os sistemas cognitivos dos Estados, as famílias, e assim por diante. O segundo autor é Habermas, já que julga a classificação deste mais focada do que a de Gurvitch. Para Gurvitch as Massas, as Comunidades e as Comunhões são quadros para a análise dos sistemas cognitivos. Habermas os classifica em apenas quatro categorias mais específicas: funcional, político, personalístico ou deformado. Guerreiro Ramos explica:

“Para os propósitos deste capítulo, é bastante salientar que um sistema cognitivo é essencialmente funcional, quando seu interesse dominante é a produção ou o controle do ambiente; é essencialmente político, quando seu interesse dominante é o estímulo dos padrões de bem-estar social, em seu conjunto; é essencialmente personalístico (personalogic), quando o interesse dominante é o desenvolvimento do conhecimento pessoal. Um sistema cognitivo deformado é aquele desprovido de um único interesse central” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 160-161).

Segundo Guerreiro Ramos, estes sistemas podem coexistir de formas variadas em um mesmo sistema social, no entanto, em uma Economia o sistema cognitivo predominante será o funcional, nas Isonomias o sistema será o político, e nas Fenonomias será essencialmente personalístico. Nos grupos ou indivíduos anômicos, o sistema cognitivo será deformado.

- Espaço: O espaço é outro dos fatores que Guerreiro Ramos aponta como sendo dos mais importantes para o bom funcionamento dos sistemas sociais, conforme os propõe. O espaço desta forma pode ser arranjado de forma a facilitar ou dificultar a convivência entre os participantes dos diversos cenários, conforme assinala Steele:

“[...] (a) a capacidade das pessoas de percepção do meio-ambiente e de seu impacto sobre a própria pessoa, e (b) a habilidade desta para usar ou modificar o ambiente que a cerca, de modo que o mesmo a ajude a conseguir seus objetivos, sem erradamente destruir esse ambiente, ou reduzir o próprio senso de eficiência, ou o daqueles que tem em redor de si” (Steele, 1973, p. 113 apud Guerreiro Ramos, 1989, p. 162).

Outro autor citado por Guerreiro Ramos é o antropólogo Edward T. Hall, que por sua vez sistematiza a distinção que H. Osmond fez entre espaços sócio-afastadores (*sociofugal*) e sócio-aproximadores (*sociopetal*) (Hall, 1966, p.101). Os espaços sócio-aproximadores seriam os espaços onde seriam facilitadas as interações entre os indivíduos, e a sua antítese seria o espaço sócio-afastador. Os espaços sócio-afastadores, segundo Hall (1966, p. 103-104) são cada vez mais freqüentes na sociedade moderna. Os espaços reservados ao trabalho são sócio-afastadores, pois os administradores acreditam que a interação das pessoas no ambiente de trabalho pode diminuir a produtividade. Nas cidades os ambientes propícios à convivência são raros. Hall assinala que as cidades americanas são sócio-afastadoras e que isso separa os indivíduos “alienando-os uns dos outros” (Hall, 1966, p. 163), buscando uma solução, Hall diz: “O que é necessário é flexibilidade e coerência entre o plano e a função, de modo que haja uma variedade de espaços, e que as pessoas possam ser ou não envolvidas, conforme o exijam a ocasião e o estado de espírito” (Hall, 1996, p. 103-4).

O espaço é, como visto até aqui, mais importante ainda quando se trata de

sistemas sociais dos tipos fenonômico e isonômicos, uma vez que estes se prestam à expressão do indivíduo e à convivência entre iguais, respectivamente, como afirma:

“O tratamento do espaço em relação aos sistemas sociais constitui, certamente, um dos meios de estimular a atmosfera psicológica apropriada a seus objetivos específicos. Tópicos como solidão, privacidade, reserva, intimidade, anonimidade, território pessoal órbita individual e outros são pontos a levar em conta, na definição do espaço dos sistemas sociais, particularmente isonomias e fenonomias. Aparentemente, espaços sócio-aproximadores, de preferência aos sócio-afastadores, deveriam prevalecer nas isonomias e fenonomias, da mesma forma que em cenários projetados para ressocializar indivíduos anômicos. Em razão da natureza de suas atividades, as economias são sistemas que em os espaços sócio-afastadores devem prevalecer, embora com alcance limitado espaços sócio-aproximadores sejam também funcionalmente necessários em tais cenários” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 166-167).

- Tempo: Retomando Gurvitch (1964), Guerreiro Ramos expõe que o tempo também, tanto em medida quanto em sensação, difere em cada ambiente, de acordo com a atividade do indivíduo, a convivência e reciprocidade interpessoal, e seus objetivos. A tipologia de dimensões temporais dos sistemas sociais, sob o ponto de vista paraeconômico, seria uma tipologia como segue: tempo serial, linear ou seqüencial; tempo convivial; tempo de salto – *leap time*-; tempo errante.
 - Tempo serial: é o tempo que prevalece nas economias; é o tempo do cronômetro, das horas marcadas e da produtividade medida em peças por hora. Este tipo de tempo, segundo Guerreiro Ramos, é frustrante ao trabalhador, já que não oportuniza a ele a possibilidade de satisfação que envolva uma experiência de tempo que não seja pré-estabelecida.
 - Tempo convivial: é uma experiência de tempo onde vale o que o indivíduo ganha em relacionamento com as pessoas. É o tempo predominante na Isonomia e não pode ser quantificado, mas é altamente gratificante por evitar as pressões que impedem a realização pessoal.
 - Tempo de salto: é o tempo predominante nas fenonomias. É uma

experiência temporal pessoal onde o ritmo e a qualidade refletem a intensidade do anseio do indivíduo pela criatividade e o auto-esclarecimento. É o momento da criação, da criatividade e pode acontecer isoladamente ou em grupos onde os indivíduos estão na mesma sintonia diante da mesma idéia. Conforme Guerreiro Ramos:

“A ocorrência de tempo de salto é freqüente nos informes sobre progressos marcantes conseguidos por pessoas criativas, inclusive inventores, reformadores, administradores, cientistas, novelistas, pintores e poetas. Em suas carreiras, um padrão pode ser configurado: a) em geral, são pessoas que apreciam e sabem como trabalhar com elas mesmas, sozinhas (coisa que as fenomenias se destinam a proteger); b) parecem ter uma nítida compreensão daquilo que devem fazer; c) mantêm-se ocupadas, como se fossem mantidas por uma compulsão interior (o que constitui um indicador fundamental do tempo de salto), que os capacita a realizar coisas que estão além do alcance das pessoas comuns” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 171).

- Tempo errante: é o tipo de tempo das pessoas anômicas, onde o tempo não é moldado por escolhas pessoais, mas por situações e circunstâncias que as levam a viver sem destino e sem objetivos.

Assim, o quadro abaixo demonstra um resumo dos requisitos inerentes a cada cenário social proposto por Guerreiro Ramos:

QUADRO 01: CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS SOCIAIS

Requisitos	Tecnologia	Tamanho	Cognição	Espaço	Tempo
Tipo Org.					
Economia	Fábrica / Escritório	Grande	Funcional	Sócio-afastador	Serial
Isonomia	Associação	Moderado	Político	Sócio-aproximador	Convivial
Fenonomia	Oficina / Ateliê	Pequeno (até cinco)	Personalístico	Sócio-aproximador	De salto

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Guerreiro Ramos, 1989.

A seguir serão apresentados os conceitos ligados à racionalidade substantiva,

tema muito caro a Guerreiro Ramos e especialmente importante para o reconhecimento das relações que aqui se pretende demonstrar.

3.2.2 Racionalidade

Conforme visto na introdução, a questão da racionalidade permeia as discussões filosóficas desde há muito tempo. No entanto, somente com o Iluminismo e a sistematização da ciência o tema passou a ser discutido em termos mais concretos e ganhou grande impulso.

O próprio ideal iluminista de libertar o homem da ignorância acabou favorecendo o uso da razão sobre os mitos e a cultura tradicional. A este fenômeno Weber chamou de “desencantamento do mundo” que, para alguns, transparece erroneamente como “desilusão”, mas na verdade, no sentido dado pelo pensador alemão, é desencantamento, como desmistificação, o triunfo da razão sobre a magia. Esta posição de Weber é criticada por Habermas, por considerá-la simplista.

O Iluminismo foi um movimento que ia de encontro aos dogmas e crenças religiosas que regiam a vida em sociedade. Segundo Oliveira (1993) a idéia então dos iluministas era revolucionária e de libertação das pessoas, através da libertação do “homem da ignorância, dos mitos, fortalecendo o saber e o uso da razão como instrumento emancipatório. Libertar o homem equivale a torná-lo consciente de sua realidade e responsável pelo seu próprio destino. A razão iluminista, da forma como fora concebida originalmente, conduziria, portanto, a humanidade à autonomia e à autodeterminação”. No entanto, a autora continua este raciocínio ressaltando que este saber idealizado pelos iluministas acabou por direcionar-se para a ciência e a técnica, em detrimento do potencial emancipatório que carregava. Assim, a razão iluminista tornou-se a razão instrumental e serve não ao ser humano, mas apenas à manutenção do poder através da dominação e repressão.

As críticas mais severas a este tipo de razão, que impera no mundo desde então, veio do grupo do Instituto de Pesquisas Sociais, mais conhecido como “Escola de Frankfurt”. Os frankfurtianos dedicaram-se então a criticar a ciência, a razão instrumental dominante e os problemas e contradições do capitalismo.

Oliveira (1993), citando Marcuse, escreve que o capitalismo se sustenta através de uma aliança entre a ciência e a técnica, as forças produtivas e a política e

estas coligações estão a serviço dos interesses que dirigem os acontecimentos sociais. Desse modo, este tipo de razão tem valor ideológico e parcial desfazendo a idéia de neutralidade da razão.

Weber é outro autor é referenciado como tendo contribuído para o estudo da racionalidade. Em sua obra *Economia e Sociedade*, Weber diferencia a racionalidade em quatro tipos, entre eles a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. Apesar de ter uma forte presença nas ciências sociais, o autor é criticado pelos dois pensadores que fundamentam este projeto: Guerreiro Ramos e Habermas.

A crítica de Guerreiro Ramos diz respeito à falta de profundidade da análise weberiana sobre o assunto e a ter fundamentado seus estudos apenas na racionalidade formal/instrumental:

“Na verdade, ele foi incapaz de resolver essa tensão empreendendo uma análise social do ponto de vista da racionalidade substantiva. De fato, a *Wertrationalität* é apenas, por assim dizer, uma nota de rodapé em sua obra, não desempenha papel sistemático em seus estudos. Se o fizesse, a pesquisa de Weber teria tomado um rumo completamente diferente”. (Guerreiro Ramos, 1989, p. 5-6).

A análise de Serva (1996) faz ressaltar duas passagens sobre a crítica de Habermas aos conceitos weberianos de racionalidade. A primeira diz respeito à tentativa de Weber de universalizar as suas considerações através do processo “universal de desencantamento”, quando analisa a história das grandes religiões. A segunda crítica, apesar de reconhecer uma maior amplitude no trabalho sobre a racionalidade em Weber, aponta que este apega-se apenas à razão com relação a fins para orientar quase a totalidade de seu trabalho.

Importante é ressaltar a relevância auferida por Guerreiro Ramos do estudo da racionalidade no âmbito das ciências sociais e, por conseqüência, nos estudos organizacionais. Segundo o sociólogo, a racionalidade prescreve ordenação da vida pessoal e social do sujeito e por isso seria um conceito básico para qualquer ciência social (Guerreiro Ramos, 1981, p.23).

Neste momento será necessário esmiuçar os tipos de racionalidade que se pretende usar neste projeto, a racionalidade instrumental em contraposição à racionalidade substantiva.

3.2.2.1 Racionalidade Instrumental

A racionalidade instrumental é, para Weber, a racionalidade que supõe a escolha racional dos meios para chegar a fins determinados. É o cálculo utilitário de conseqüências em última análise.

Tida por Weber como sendo a racionalidade ideal para o alcance da máxima eficiência, esta forma de racionalidade acabou por tornar-se predominante na sociedade atual e está presente em sua forma extrema nas organizações burocráticas nas quais se sustenta a sociedade capitalista.

“Decisivamente, o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do Direito Racional. A tudo isto se deve ainda adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional da economia” (Weber, 1980, p. 169).

Os críticos do sistema capitalista, como Habermas e Guerreiro Ramos, autores os quais tratamos neste trabalho, tecem suas críticas à hegemonia do sistema vigente, em parte, pela disseminação indiscriminada desta racionalidade.

Os elementos que caracterizam a **ação racional instrumental** no âmbito da organização, de acordo com Serva (1996, p. 342-343), são os seguintes:

- **Cálculo:** projeção utilitária das conseqüências dos atos humanos;
- **Fins:** preocupação com metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento do poder);
- **Maximização de recursos:** busca da eficiência e da eficácia máximas, no tratamento de recursos disponíveis: humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou de tempo;
- **Êxito e resultados:** preocupação com o alcance em si mesmo de padrões, níveis, estágios, situações, considerados como vencedores em processos competitivos em uma sociedade centrada no mercado e no lucro;
- **Desempenho:** valorização de performances individuais elevadas na realização de atividades, com ênfase em projeções utilitárias;
- **Utilidade:** consideração de que o caráter utilitário deva ser a base das interações entre os indivíduos ou grupos;

- **Rentabilidade:** medida de retorno econômico dos êxitos e resultados pretendidos;
- **Estratégia interpessoal:** influência planejada de um indivíduo sobre outro indivíduo ou grupo, a fim de atingir resultados previamente estabelecidos, com base na antecipação de reações ou sentimentos frente a estímulos e ações planejadas.

A seguir veremos uma como a teoria da ação comunicativa de Habermas pode apresentar-se como uma teoria de ação complementar às idéias de Guerreiro Ramos.

3.2.2.2 Teoria da Ação Comunicativa - Habermas

Guerreiro Ramos não conseguiu implementar seus estudos demonstrando-os empiricamente. Esta intenção externada em sua última obra e seu intuito de intensificar os estudos em busca de comprovação da existência de níveis de racionalidade substantiva nas organizações e sobre os sistemas sociais acabaram interrompidos. Serva continuou o trabalho de Guerreiro Ramos, mas importava para implementar a empreitada, a utilização de uma teoria de Ação. As considerações de Guerreiro Ramos foram interrompidas quando ainda em uma fase de proposição. A Teoria da Ação Comunicativa apresentou uma grande complementaridade com a proposta de Guerreiro Ramos, como veremos a seguir.

Habermas apresenta sua Teoria da Ação Comunicativa como uma nova proposta para a crítica da sociedade, ao contrário do pessimismo que atingia os “antigos” frankfurtianos, Habermas tenta mostrar que pode existir uma solução alternativa, que não a disseminada pelos marxistas mais ortodoxos, que apesar de criticarem o mecanicismo e a instrumentalidade da razão predominante, não apresentavam propostas ou alternativas. Conforme pode ser observado a seguir:

“Para dar uma nova formulação teórica àquilo que Max Weber chamou de ‘racionalização’, gostaria de não me ater ao ponto de partida subjetivo que Parsons compartilha com Weber, e de propor um outro quadro categorial. Partirei da distinção entre trabalho e interação. Entendo por ‘trabalho’, ou agir racional com respeito a fins, seja o agir instrumental, seja a escolha racional, seja a combinação dos dois. [...] Por outro lado, entendo por agir comunicativo uma interação mediatizada simbolicamente. Ela se

rege por normas que valem obrigatoriamente, que definem as expectativas de comportamento recíprocas e que precisam ser compreendidas e reconhecidas por, pelo menos, dois sujeitos agentes. [...] Dispondo desses dois tipos de ação, podemos classificar os sistemas sociais conforme neles predomine o agir racional com respeito a fins ou a interação” (Habermas, 1980, pp.320-321).

Para Habermas, a razão não está no sujeito, como quer fazer entender Kant, mas sim na possibilidade da intersubjetividade que a linguagem proporciona através do diálogo em busca do consenso (Valenti, 1995). Habermas propõe uma tipologia da ação, segundo a orientação para o êxito e para o entendimento, e seus efeitos compreendem:

- os resultados da ação, quando da realização do fim desejado;
- as conseqüências da ação, segundo as previsões e/ou expectativas do sujeito;
- conseqüências colaterais, não previstas.

Os três tipos de ação propostos por Habermas podem ser identificados neste excerto:

“A uma ação orientada para o êxito chamamos instrumental quando a consideramos sob o aspecto de observância a regras de ação técnicas e avaliamos o grau de eficácia da intervenção que essa ação representa em um contexto de estados e sucessos; a uma ação orientada para o êxito chamamos estratégica quando a consideramos sob o aspecto da observância a regras de escolha racional e avaliamos seu grau de influência sobre as decisões de um oponente racional. As ações instrumentais podem estar associadas a interações sociais. As ações estratégicas representam, em si mesmas, ações sociais. Falo, em contraposição, de ações comunicativas quando os planos de ação dos atores implicados não se coordenam através de um cálculo egocêntrico de resultados e sim mediante atos de entendimento. Na ação comunicativa os participantes não se orientam primariamente para o próprio êxito; antes perseguem seus fins individuais sob a condição de que seus respectivos planos de ação possam harmonizar-se entre si sobre a base de uma definição compartilhada da situação” (Habermas, 2001[a], p. 367, trad. livre).

No entanto, a base da Ação Comunicativa está no entendimento e no acordo baseado em convicções comuns. Apesar do exposto, Habermas salienta que a ação comunicativa não é o equivalente à comunicação e sequer termina com o entendimento. Habermas assevera:

“Neste sentido a estrutura teleológica é fundamental para todos os conceitos de ação. Não obstante, os conceitos de ação social se distinguem pela forma em que estabelecem a coordenação das ações teleológicas dos diversos participantes da interação. [...] Em todos os casos se pressupõe a estrutura teleológica da ação, já que se supõe nos atores a capacidade de propor fins e de atuar teleologicamente e, portanto, também um interesse na execução de seus planos de ação. [...] No caso da ação comunicativa os rendimentos interpretativos de que se constroem os processos cooperativos de interpretação representam o mecanismo de coordenação da ação; a ação comunicativa não se esgota no ato de entendimento realizado em termos de interpretação” (Habermas, 2001[a], p.146, trad. livre).

Habermas condiciona o entendimento a uma “pretensão de validade”, centrado, então no julgamento ético e na responsabilidade do sujeito:

“Um consenso não se pode produzir quando, por exemplo, um ouvinte aceita a **verdade de uma afirmação**, mas põe em dúvida a veracidade do emissor ou a adequação normativa de sua emissão; e o mesmo vale para o caso em que, por exemplo, um ouvinte aceita a **validez normativa de um mandato**, mas põe em dúvida a seriedade do desejo que nesse mandato se expressa ou os pressupostos de existência anexos a ação que se lhe ordena (e com isso a executabilidade do mandato)” (Habermas, 2001[b], p. 172, trad. Livre).

3.2.2.3 Racionalidade Substantiva – Guerreiro Ramos

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), sociólogo brasileiro de renome internacional, lança em 1981, sua última obra, chamada: “A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações”, pela Universidade de Toronto. Nesta obra está contida, para fazer jus face a grandiosidade do título uma teoria ambiciosa, a “Teoria Substantiva da Vida Associada”, segundo o autor:

“Uma teoria substantiva da vida humana associada é algo que existe há muito tempo e seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão razão substantiva”. (Guerreiro Ramos, 1989, p. 27).

Dentro deste contexto, Guerreiro Ramos, apresenta a racionalidade

substantiva como um modo de racionalidade alternativo à racionalidade instrumental vigente no mundo capitalista. A crítica de Guerreiro Ramos é baseada na tese que a sociedade centrada no mercado gerou uma exacerbação da racionalidade instrumental e que esta racionalidade endurece as relações humanas e gera organizações doentias (Guerreiro Ramos, 1989).

Segundo a observação de Serva (1996; 1997[a]) a obra de Karl Polanyi teve grande influência sobre o trabalho de Guerreiro Ramos, Polanyi teria sido o primeiro a utilizar o termo “substantivo” nas classificações de Fenômenos econômicos, Serva (1996, p. 52) explica que Polanyi, por sua vez, utiliza as classificações weberianas sobre a racionalidade uma distinção dicotômica de economia: (i) a formal, onde existiria a lógica meios-fins, na escolha dos meios para alcançar determinados fins desejados, face à escassez destes meios; e (ii) a economia substantiva, onde a dependência do homem em sua relação com a natureza e do homem com seus semelhantes é o que condiciona a sua sobrevivência. Nesta abordagem de Polanyi (2000) não existe a idéia de escassez e nem de escolha obrigatória.

Por fim, Polanyi (2000) declara que em sua visão só pode existir uma análise econômica a partir do conceito da economia substantiva, pois a economia é engastada em instituições econômicas e não-econômicas.

Serva (1996, 1997[a]) com base em Guerreiro Ramos propõe que a racionalidade substantiva seria:

“um atributo natural do ser humano que reside na psique. Por meio dela, os indivíduos poderiam conduzir a sua vida pessoal na direção da auto-realização, contrabalançando esta busca de emancipação e auto-realização com o alcance da satisfação social”.

3.2.2.4 Complementaridade entre Razão Substantiva e Teoria da Ação Comunicativa

Barreto (1993) já havia alertado para uma possível complementaridade entre as teorias de Guerreiro Ramos (Razão Substantiva) e de Jürgen Habermas (Ação Comunicativa), advogando que: “percebe-se que as concepções de Habermas e Ramos, no que se referem a uma nova orientação, não-disciplinadora e não-

opressiva, da conduta social, não são contraditórias e sim complementares” (Barreto, 1993, p. 44).

Serva parte para a análise dos pontos onde pode ser observada esta complementaridade. Seguem-se observações feitas por Serva (1996, 1997 [b]):

a) Relação entre “Atributos da psique do sujeito” e “Sujeitos capazes e autônomos”

Preliminarmente Serva destaca que a ênfase das duas teorias está no sujeito. Para Guerreiro Ramos a razão substantiva está presente no sujeito em sua psique, no entanto sob forma de recurso potencial. Para Habermas, a ação comunicativa só pode realizar-se se o sujeito estiver de posse de sua plena capacidade de comunicação, da autonomia para a ação e da responsabilidade.

b) Relação entre “Senso comum” e “Mundo da vida cotidiano”:

Para Guerreiro Ramos, a mediação da psique humana é dada pelo senso comum, que por sua vez dá significado à razão, através do debate e da comunicação (Serva, 1997[b], p. 115). Guerreiro Ramos dá espaço à relação que se pretende empreender quando declara que uma importante descoberta é a de que: “o debate racional, no sentido substantivo, que constitui a essência da forma política de vida, é também o requisito essencial para o suporte de qualquer bem regulada vida humana associada, em seu conjunto” (Guerreiro Ramos, 1981, p. 27). Neste ponto, onde Guerreiro Ramos coloca como central o debate como requisito para a racionalidade substantiva tornar-se real, a comunicação torna-se de grande valia para este objetivo.

Por seu turno, Habermas (2001[b], p. 494) declara: “A partir da perspectiva dos participantes da ação social envolvidos em determinada situação, o mundo da vida surge como contexto formador do horizonte dos processos de entendimento e que delimita a situação da ação empreendida [...]”. Assim, o mundo da vida seria o espaço das relações onde os atores estão expostos a códigos, referências, normas e valores, dos quais decorrem o consenso, alcançado através do entendimento.

Deste modo, as ações baseadas no entendimento e as ações que seguem este consenso de sujeitos capazes e subentendida as pretensões de validade apresentadas na teoria habermasiana, apresentam-se como complemento à teoria

de Guerreiro Ramos, com a vantagem de ser a Teoria da Ação Comunicativa, como o próprio enunciado diz, uma teoria de ação, podendo assim operacionalizar a racionalidade substantiva.

- c) Relação entre boa regulação da vida humana associada e a ação orientada ao entendimento.

Neste ponto as relações entre as duas teorias se encontram nas finalidades. Guerreiro Ramos objetiva a boa regulação da vida humana associada através de ação, a qual supõe o uso da linguagem como mediadora desta regulação. Por seu turno Habermas propõe que a ação comunicativa tem por finalidade o entendimento entre os homens.

- d) Rejeição à teoria do conhecimento.

As duas teorias rejeitam a teoria do conhecimento como sendo a base de toda a ciência. Enquanto Habermas rejeita a “Filosofia da Consciência” ainda analisando as várias correntes da teoria do conhecimento, propõe uma teoria de ação, a qual está baseada na comunicação e nas pretensões de validade. Por outro lado Guerreiro Ramos critica as correntes de pensamento atuais, conforme comentado por Serva, 1997 [b]:

“as correntes de pensamento que hoje prevalecem em matéria de ciência social formal apóiam-se numa visão sócio-mórfica do homem, que reduz o ser humano a nada mais que um ser social. O autor denomina tais correntes de produtos de uma ‘ciência social científica’, uma vez que elas pregam que a compreensão da realidade passa necessariamente pelos seus modelos formais de linguagem”.

- e) Relação entre conceitos derivados do e no processo de realidade e teoria de ação

Esta relação foi observada por Serva, conforme segue:

“Uma vez que a razão substantiva é o cerne da teoria social substantiva, ensejando que seus conhecimentos produzidos não sejam puramente nominalistas, isto é, representem fielmente a práxis social dos indivíduos, pois são ‘derivados de e no processo de realidade’, observamos que Habermas elabora uma teoria de ação como suporte da explicitação de suas teses. É através de uma teoria de ação, incontestavelmente derivada de e no processo de

realidade, que podemos compreender a essência da atividade comunicativa de cunho emancipatório” (Serva, 1997 [b], p. 117).

- f) Relação entre debate racional e ação comunicativa baseada em pretensões de validade sujeitas a críticas

O debate racional é para Guerreiro Ramos o sustentáculo da razão substantiva, a essência da forma política de vida. Serva (1997[b], p.118) comenta: “A prática permanente do debate racional decorre do princípio da superordenação ética da teoria política sobre qualquer disciplina eventual que focalize questões da vida humana associada”.

A conexão entre as duas teorias ocorre, pois Habermas também centra a ação comunicativa no julgamento ético, segundo as proposições da “pretensão de validade”:

“Um consenso não se pode produzir quando, por exemplo, um ouvinte aceita a verdade de uma afirmação, mas põe em dúvida a veracidade do emissor ou a adequação normativa de sua emissão; e o mesmo vale para o caso em que, por exemplo, um ouvinte aceita a validade normativa de um mandato, mas põe em dúvida a seriedade do desejo que nesse mandato se expressa ou os pressupostos de existência anexos à ação que se lhe ordena (e com isso a executabilidade do mandato)” (Habermas, 2001[b], p. 172, trad. Livre).

- g) Relação entre auto-interpretação da comunidade e teoria de ação de cunho lingüístico-comunicativo.

Neste ponto, os dois pensadores entram em concordância, uma vez que as duas propostas teóricas são cada qual “particularmente reflexiva e interpretativa, a qual espelha o caráter interativo da percepção da realidade dos grupos humanos”. (Serva, 1997[b], 120).

Habermas em sua teoria encara o processo lingüístico de entendimento como sendo a via de auto-interpretação e de entendimento no seio dos grupos humanos. Já Guerreiro Ramos diz que a auto-interpretação é necessária no entendimento e histórico do desenvolvimento da sociedade.

- h) Relação entre valores na interpretação dos fatos e contexto normativo do mundo da vida na base da interpretação dos fatos.

Os valores e os fatos, bem como a interpretação dos mesmos, torna-se

evidente como encontro solidário das duas formulações teóricas para Serva. Segundo este, Guerreiro Ramos dá especial atenção ao caráter que os valores impõem à vida humana associada e à racionalidade substantiva. A interpretação dos fatos sociais e organizacionais teriam então que ser regidas por valores que dirigiriam a boa regulação da vida social (Serva, 1997[b]).

Em Habermas, assevera Serva, pode-se afirmar “que a interpretação e valores também são duas esferas circunscritas e a todo o momento presentes na sua formulação. A interpretação das realidades e das emissões comunicativas se dá com base no contexto normativo do mundo da vida, em seu contexto cotidiano.” (Serva, 1997[b]).

i) Relação entre subjetividade e intersubjetividade

Guerreiro Ramos cita explicitamente Habermas para explicar a importância das interações simbólicas na vida em sociedade:

“O que mantém uma sociedade em funcionamento como importante ordem coesiva é a aceitação, pelos seus membros, dos símbolos através dos quais ela faz sua própria interpretação. A interação simbólica é a essência da vida social significativa e, portanto, para usar uma expressão de Kenneth Burke, a ‘simbolicidade’ constitui um atributo essencial da ação humana.” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 14).

Falando sobre as observações sobre Habermas:

“O fenômeno da comunicação distorcida tornou-se uma preocupação fundamental de Habermas. Propõe ele uma distinção entre a ação racional com propósito, ou ação instrumental, e a ação de comunicação, ou de interação simbólica. Uma tese central de Habermas é a de que, na moderna sociedade industrial, as antigas bases de interação simbólica foram solapadas pelos sistemas de conduta de ação racional com propósito” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 14).

Desse modo, com base em Guerreiro Ramos e Habermas, Serva (1996, p.340), assim define-se a ação racional substantiva: “Ação orientada para duas dimensões: na dimensão individual, que se refere a auto-realização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, que se refere ao entendimento, na direção da responsabilidade e satisfação sociais” (Serva, 1996, p. 340).

Segundo Serva (1996, p.340-341) os elementos que constituem a ação racional substantiva no âmbito das organizações, seriam:

- **Auto-realização:** pode ser descrita como um conjunto de processos de concretização do potencial inato do ser humano, que se complementa pelo alcance da satisfação individual;
- **Entendimento:** forma pela qual os indivíduos estabelecem acordos e consensos racionais, sempre mediados por processos de comunicação livre, de onde decorrem atividades comuns coordenadas, ao amparo de sentimentos de responsabilidade e satisfação social;
- **Julgamento ético:** processos decisórios baseados em emissão de juízos de valor do tipo bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado, que se dão através do estabelecimento de um debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos em suas interações com os demais membros do grupo;
- **Autenticidade:** são interações e relacionamentos interpessoais estruturados em torno de sentimentos como integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos;
- **Valores emancipatórios:** preocupação e observância de valores que levem ao aperfeiçoamento do grupo, na direção do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito às individualidades, da liberdade, do comprometimento e da integração com o ambiente interno e externo, presentes tanto nos indivíduos que compõem o grupo, quanto no próprio contexto normativo do grupo;
- **Autonomia:** é a condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações, sem que estejam condicionados por coações ou pressões exercidas por outros indivíduos.

Estes elementos constituem-se na antítese dos conceitos apresentados no item anterior que tratava da racionalidade instrumental, e isso viabiliza o modelo que aqui será utilizado.

3.2.2.5 Organizações Substantivas

A possibilidade da existência de Organizações Substantivas foi sinalizada por Guerreiro Ramos em sua obra *A Nova Ciência das Organizações* (1981). No entanto, com a morte do sociólogo no ano seguinte, as pesquisas sobre este assunto perderam impulso. No início da década de 90, Serva retoma a idéia de Guerreiro Ramos e em 1996 apresenta a tese de doutorado na Fundação Getúlio Vargas (EAESP) onde desenvolve um estudo em organizações de Salvador – BA, onde encontra indícios de predominância da racionalidade substantiva. As organizações estudadas por Serva (1996, 1997[a]) são organizações do setor de serviços, sendo uma escola infantil, uma clinica de psicoterapia e uma clinica de psicologia. Utilizando a observação participante seguindo um modelo criado por ele, Serva comprova empiricamente a predominância da racionalidade substantiva na prática administrativa das organizações estudadas.

Seguindo este caminho, Matta (1998) estudou uma cooperativa médica em Salvador – BA e Fraga (2000) estudou uma empresa de montagens elétricas no estado do Rio Grande do Sul. O presente projeto pretende continuar este estudo, seguindo o modelo criado por Serva (1996).

O modelo de Serva (1996) propõe uma oposição da Racionalidade Instrumental à Racionalidade Substantiva. Desse modo, primeiramente são observados e listados os elementos constituintes da ação racional instrumental e dos elementos que caracterizam a ação da racionalidade substantiva nas organizações. Desta forma, pode-se analisar a preponderância de determinados elementos sobre outros e determinar qual tipo de racionalidade é predominante.

QUADRO 02: QUADRO DE ANÁLISE

Tipo de Racionalidade Processos Organizacionais	Racionalidade Substantiva	Racionalidade Instrumental
Hierarquia e normas	Entendimento Julgamento ético	Fins Desempenho Estratégia interpessoal
Valores e objetivos	Auto-realização Valores emancipatórios Julgamento ético	Utilidade Fins Rentabilidade
Tomada de decisão	Entendimento Julgamento ético	Cálculo Utilidade Maximização recursos
Controle	Entendimento	Maximização recursos Desempenho Estratégia interpessoal
Divisão do trabalho	Auto-realização Entendimento Autonomia	Maximização recursos Desempenho Cálculo
Comunicação e Relações interpessoais	Autenticidade Valores emancipatórios Autonomia	Desempenho Êxito/Resultados Estratégia interpessoal
Ação social e Relações ambientais	Valores emancipatórios	Fins Êxito/Resultados
Reflexão sobre a organização	Julgamento ético Valores emancipatórios	Desempenho Fins Rentabilidade
Conflitos	Julgamento ético Autenticidade Autonomia	Cálculo Fins Estratégia interpessoal
Satisfação individual	Auto-realização Autonomia	Fins Êxito Desempenho
Dimensão simbólica	Auto-realização Valores emancipatórios	Utilidade Êxito/Resultados Desempenho

Fonte: Serva, 1996.

Depois de coletados os dados, estes foram analisados de acordo com a intensidade com que cada um dos indicadores apresenta a racionalidade substantiva, em uma graduação que vai da total ausência da racionalidade substantiva até uma avaliação do processo organizacional como sendo plenamente substantiva. Ao final do estudo de todos os processos foi possível identificar, através das médias alcançadas em cada processo, a predominância ou não da racionalidade substantiva. Serva (1996, 1997[a]), propõe a utilização de um *continuum* para situar e demonstrar visualmente o grau de racionalidade encontrado em cada processo, ou

através das médias destes do resultado da análise em uma organização inteira.

A partir deste modelo, com as devidas modificações, serão estudadas as unidades artesanais neste trabalho. A seguir veremos outro dos principais focos deste estudo: o desenvolvimento local.

3.3 Desenvolvimento Local e Economia Plural

Seguindo uma linha de pensamento onde o trabalho é encarado como projeto de emancipação do sujeito, com a qual esta dissertação pretende se filiar. Inicia-se este capítulo com a discussão sobre as várias correntes do pensamento desenvolvimentista. Primeiramente, discute-se o desenvolvimento econômico, onde o desenvolvimento é tratado como crescimento econômico. Em seguida, surge a questão levantada por Wolfe: “Desenvolvimento para que e para quem?”, exortando os aspectos sociais a serem considerados em um projeto de desenvolvimento que leve em conta fatores sociais em conjunto (ou às vezes até predominantemente) com os fatores econômicos envolvidos. No caso desta dissertação o estudo dos aspectos que envolvem a localidade é importante uma vez que diz respeito à observação das características gerais da região onde se desenvolve um projeto de cunho socioeconômico, como a cultura local, a ecologia e os recursos naturais.

Sachs (1989) chama a atenção para o estreito “economismo” com que o tema desenvolvimento foi tratado desde o fim da segunda guerra mundial. As teorias supõem que o simples crescimento econômico estender-se-ia a todos os setores da atividade humana, de forma espontânea. Segundo essas teorias, o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento deveria ser uma repetição histórica dos caminhos percorridos pelos países industrializados.

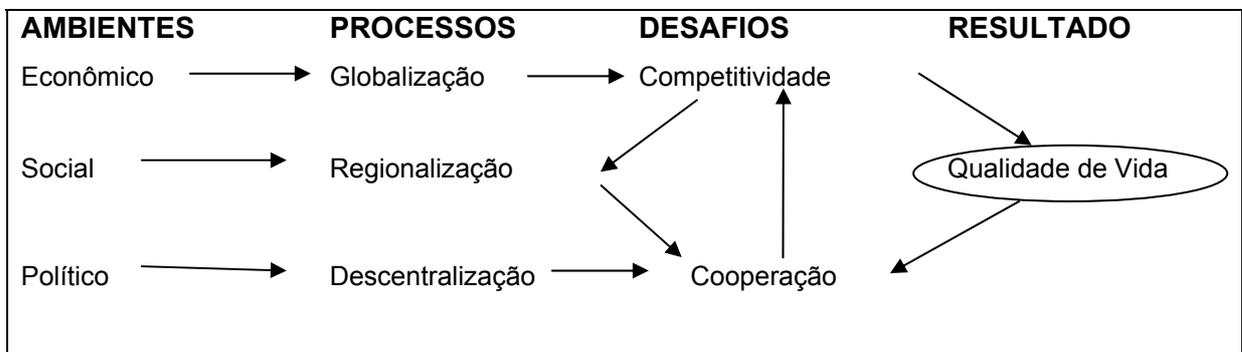
Estas teses, as quais Sachs critica, demonstraram ser ineficazes, dado que modelos de desenvolvimento não podem ser importados (ou exportados) ou sequer existem modelos “*prêt-à-porter*”, que possam ser usados genericamente.

A partir da metade dos anos 80, surgiram grandes mudanças institucionais nas estruturas produtivas e na concorrência internacional com o advento de uma série de terminologias: vila global, globalização, mercado mundial, multimedialidade, recursos telemáticos, estratégias competitivas etc. Dentre as transformações ocorridas, três são os principais fatores de análise e requisitos básicos para o

processo de promoção do desenvolvimento: a globalização e, diretamente relacionados, a regionalização social e a descentralização política (Casarotto Filho e Pires, 2001).

Conforme podemos visualizar no quadro abaixo, urge alinhar as políticas mestras do desenvolvimento com os três ambientes (econômico, social e político), para se alcançar um desenvolvimento social sustentado (qualidade de vida), contrariando assim o paradigma economicista, onde a economia, uma vez alavancada, traria a reboque o desenvolvimento para toda a sociedade.

FIGURA 02: PROCESSOS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO



Fonte: Casarotto Filho e Pires, 2001

Para Casarotto Filho e Pires:

“O crescimento promove o dinamismo econômico e considerável progresso social, porém, a orientação qualitativa do desenvolvimento pode evitar o aumento das vulnerabilidades locais/regionais, os desequilíbrios e as assimetrias, que no futuro poderão gerar tensões e rupturas no equilíbrio social, quebrando a sustentabilidade do processo de desenvolvimento” (Casarotto Filho e Pires, 2001, p. 113).

Segundo Wolfe (1989) na busca por concepções mais adequadas de desenvolvimento parece fundamental salientar a distinção nítida entre dois usos legítimos do termo “desenvolvimento”. O primeiro consiste em tratar o desenvolvimento como um processo de crescimento e de mudança nas sociedades humanas, sistematicamente inter-relacionados, delimitados pela fronteira dos Estados nacionais, porém altamente dependentes em escala mundial. Já o segundo uso do termo se refere à expressão e à aspiração de uma sociedade melhor. Neste sentido, implica opções oriundas dos juízos de valor relativos ao conteúdo e

característicos de uma sociedade melhor.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável é imprescindível a participação social, ou pacto social para o qual atualmente vem incitando o governo brasileiro. Sua internalização e manutenção são o maior desafio, visto que requer uma mudança nas atitudes e comportamentos, associadas a uma nova mentalidade e diversos modos de pensar e agir. Para Casarotto Filho e Pires: “Em síntese, essas dificuldades são determinadas pela complexidade das interações relacionais, que se criam durante a evolução desse processo, entre os homens e entre estes e o ambiente”. (Casarotto Filho e Pires, 2001, p. 113).

Ainda segundo os autores, a sustentabilidade pode ser vista como um caminho para o crescimento econômico integrado por mecanismos de redistribuição da riqueza, além de reformas sociais e políticas de grande impacto. Algumas características estratégicas de desenvolvimento são:

- **garantia da sustentabilidade do desenvolvimento:** compreensão conjunta do processo em todas as suas dimensões fundamentais: econômica, social, política e ambiental;
- **visão de longo prazo:** análise de planejamento operativo com ampla visão temporal e capacidade de análise e identificação das prioridades imediatas e futuras;
- **descentralização e participação social:** revisão do papel institucional da administração e da representatividade social e os necessários mecanismos que garantam a adesão social. Relevância do papel do poder instituído como catalisador e viabilizador das iniciativas sociais, sejam estas privadas ou comunitárias, além do planejamento participativo do esforço de implementação.

Os desequilíbrios são inerentes à evolução social. Deve-se, portanto, monitorar e estabelecer mecanismos de correção que possam reorientar o desenvolvimento à sustentabilidade. Dentre as ações planejadas que podem ajudar na monitoração e correção do processo de desenvolvimento, podemos destacar; transformações de ordem material; mudanças nas estruturas e relações sociais e modificação e/ou consolidação das representações sociais. (Casarotto Filho e Pires, 2001).

3.3.1 Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Humano – A condição social como referência

O desenvolvimento social (e/ou humano) teve sua discussão acelerada nas últimas décadas e pontua a tese de que não há desenvolvimento sem que as vantagens conseguidas economicamente sejam também vantagens compartilhadas por todos.

A obra de Amartya Sen (2000) “Desenvolvimento como Liberdade”, já demonstra em sua introdução a intenção do autor em ir contra o “economismo”, o qual aqui já foi criticado anteriormente, assim:

“O enfoque das liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as quais identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas)” (Sen, 2000, p. 17).

Mais do que ressaltar a importância da liberdade no processo de desenvolvimento, Sen (2000, p. 18) coloca a liberdade como sendo central neste processo, por duas razões: (i) a razão avaliatória: onde, segundo o autor, é necessário que a avaliação primordial do processo seja feita pela verificação do aumento das liberdades pessoais; e (ii) a razão da eficácia: em que a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

Então para esse autor, a liberdade é ao mesmo tempo o fim e o meio para o desenvolvimento. Todo desenvolvimento depende do aumento das liberdades individuais e, ao mesmo tempo, será a finalidade de todo processo de desenvolvimento (Sen, 2000, p. 19). Assim qualidade de vida estaria diretamente condicionada à liberdade. Assim, quando existe a liberdade política ou a liberdade de receber educação básica ou assistência médica, estes são elementos constitutivos do desenvolvimento. Um outro exemplo, fornecido pelo autor, é a “dissonância entre

a renda per capita [...] e a liberdade dos indivíduos para ter uma vida longa e viver bem”. Para provar esta tese, cita o Gabão, África do Sul, Namíbia e Brasil, como países onde o PNB é maior que Sri Lanka, China ou o Estado de Kerala, na Índia, onde embora o PNB seja muito menor, a expectativa de vida é substancialmente maior que o do primeiro grupo. Então o que o PNB representaria? Desenvolvimento?

Para entender este movimento, é necessário que se entenda primeiramente a idéia de sociedade civil, que é, segundo Bobbio (1994): “Numa primeira aproximação pode-se dizer que a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais tem o dever de resolver ou através de mediações ou através de repressão”. Bobbio (1994) ainda faz uma releitura da visão marxista do conceito:

“[...] importa revelar que na medida em que Marx faz da sociedade civil o lugar das relações econômicas, ou melhor, das relações que constituem ‘a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política’ [...], ‘sociedade civil’ passa a significar o conjunto das relações interindividuais que estão fora ou antes do estado, exaurindo deste modo a compreensão da esfera pré-estatal distinta e separada da esfera do estado, aquela mesma esfera pré-estatal que os escritores do direito natural e em parte sobre a trilha por eles aberta, os primeiros economistas, a começar pelos fisiocratas tinham chamado de estado de natureza ou sociedade natural” (Bobbio, 1994).

Bobbio, ainda discute o debate atual sobre o assunto, onde ainda existe basicamente a distinção entre Estado e sociedade civil. A sociedade civil, neste aspecto seria a antítese do Estado. Arato (1995) falando sobre o mesmo tema, diz que o conceito de sociedade civil modificou-se e agora há a necessidade de reconstruí-lo. Para tanto sugere seis temas a serem discutidos, a saber: (i) legitimidade democrática: questionando os modos de representação política; (ii) os problemas da constitucionalização: examinando a formulação das constituições nacionais e a participação da sociedade civil nestes processos; (iii) o problema dos mecanismos institucionais da democracia: como as formas de democracia representativa impactam sobre a sociedade civil, e como a vontade popular e sua formação, participam destes processos e mecanismos; (iv) relações entre sociedade civil e sociedade política: como os partidos políticos, os governos locais e as associações da sociedade civil se relacionam; (v) o problema dos meios de

comunicação de massa: existe a necessidade de discutir o impacto destes sobre a sociedade civil, para a existência de uma esfera pública democrática; (vi) a globalização e a sociedade civil: como os movimentos globalizantes impactam a sociedade civil e suas organizações, como os direitos humanos podem ser assegurados em parâmetros básicos para a sociedade civil.

Com respeito às questões levantadas por Arato, pode-se dizer que não há consenso sobre o conceito de sociedade civil. No entanto é necessário estabelecer que o objetivo de uma sociedade democrática deve ser o desenvolvimento desta sociedade como um todo. O desenvolvimento social surge dos movimentos da sociedade civil e a organização desta é condição necessária para o êxito de um projeto de desenvolvimento alternativo ao atual, onde a preocupação econômica seria apenas subjacente e a social preponderante.

Uma vez estabelecido que a sociedade civil será o principal ator da mudança social e seu principal beneficiário será apresentada a proposta de desenvolvimento local na qual artesanato e formas alternativas de trabalho estarão contempladas como possíveis e necessárias.

3.3.2 Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local

A globalização não logrou êxito como alternativa de desenvolvimento que pretendia ser. Ao manter a lógica Centro-Periferia, em nada modificou a estrutura de acumulação/remessa de valores entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Desta forma, o desenvolvimento de regiões, e não um projeto global de desenvolvimento como fora o Keynesianismo, aparece como alternativa valiosa para a solução, ou ao menos diminuição dos efeitos da crise conforme delineada na introdução deste trabalho.

O Desenvolvimento Local, alternativa de pensamento sobre desenvolvimento, tem chamado a atenção tanto da academia, como de setores empresariais e dos governos, além de ONG's e agências de desenvolvimento. Neste sentido:

“Promover o desenvolvimento econômico local é uma idéia antiga, que agora vê reforçada, paradoxalmente, pelo processo de globalização em curso em nossa época. É que este processo vem criando a necessidade de formação de identidades, e de diferenciação de setores, e, também de localidades...O mercado

globalizado é capaz de aceitar e promover o artesanato de Bali, os produtos da Baviera ou da Emilia Romana...Trata-se, para esta visão do desenvolvimento local, de ter uma estratégia que posicione vantajosamente espaços sócio-territoriais delimitados em face do mercado globalizado....Mas o fato de haver um âmbito econômico globalizado não dispensa a necessidade de os empreendimentos produtivos situarem-se em localidades determinadas” (Franco, 2000, p. 7-8).

Ignacy Sachs, economista, fundador em 1973 do CIRED, Centro Internacional de Pesquisa sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, está ligado à linha do desenvolvimento local, especialmente quando trata de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é, em última instância, uma articulação entre o econômico, o social e o ecológico. Sachs (1995) propõe o conteúdo da palavra desenvolvimento como contendo estes três elementos: a) que seja social no comando; b) assuma o ecológico como uma restrição e o c) econômico. Sachs (1986, p. 34) demonstra alguns passos para a concepção deste tipo de desenvolvimento e de seu estudo em ciências sociais. Primeiramente a “institucionalização do processo de planejamento concebido como mecanismo de decisão e baseado na participação” e, por conseguinte, a inserção do político nos modelos explicativos, não como acessório, nem em seu cunho ideológico.

A articulação proposta por Sachs, na tríade social-ecológico-econômico, certamente não pode prescindir de negociação política, e de atores sociais ativos nessa negociação, uma vez que: “[...] é desejar que todos os protagonistas do desenvolvimento reinventem esta teoria (*do desenvolvimento*), a partir e a propósito de sua ação, e que a confrontem incessantemente com a prática, de maneira a enriquecê-la” (Sachs, 1986, p. 32).

Sachs ainda reclama do mecanicismo com que o desenvolvimento é tratado, levando a uma concentração da atenção sobre o volume da poupança e do investimento. Comenta este autor (itálicos meus): “importa, também, saber como a poupança será investida e por quem, quais serão os beneficiários e como; isso é qual a *eficácia social* do investimento.” (Sachs, 1996, p. 32).

Franco demonstra que o desenvolvimento local seria possível através da integração de cultura, política e economia: a esfera econômica seria determinada através da participação dos atores sociais locais, e não o contrário, como a lógica do mercado:

“...não desconhecem a necessidade de desenvolver as localidades do ponto de vista econômico, que não desconsideram as exigências e as possibilidades de mercado – nos níveis local, regional, nacional e global – mas que não subordina todas as dimensões do desenvolvimento à sua dimensão econômica. E que conseqüentemente, não acreditam que a racionalidade do mercado deva orientar os esforços de promoção do desenvolvimento local.” (Franco, 2000, p. 10).

Assim, conforme Coelho (1995) o desenvolvimento local só pode ocorrer se respeitadas as especificidades de cada espaço sócio-cultural e de cada região onde ocorrer. Ainda Bessa (1999, p.8) ressalta que apenas “no ambiente local é possível recuperar a dimensão ética da questão do desenvolvimento”.

Brito (1999) sintetiza as razões para a busca do desenvolvimento local:

- **Razões econômicas:** o desenvolvimento local oferece uma alternativa de reação à crise econômica (estrutural e durável) dos países industrializados e em processo de decomposição e recomposição dos sistemas produtivos. O nível local aparece como lugar de regulação de disfunções, propiciando interação entre tecnologia, cultura e economia. No ambiente local pode-se vislumbrar as especificidades na criação de processos produtivos diferenciados e na cultura da população. As crises econômicas têm sua origem nos países centrais e desencadeiam uma série de problemas que irão afetar diretamente as economias mais frágeis. Ao se buscar o desenvolvimento local, ter-se-á meios para regular a crise que for exógena. Além disso, deve-se considerar as especificidades locais e suas facilidades de inserção no mercado internacional, através de novas dinâmicas econômicas de acordo com as possibilidades apresentadas pela cultura e meio ambientes locais.
- **Razões institucionais:** decorrem das mudanças institucionais induzidas pela descentralização política do Estado, as quais favorecerão a participação da sociedade civil nos processos de desenvolvimento. Novas instituições com novos comportamentos são de vital importância para que se ponha em prática o desenvolvimento local. Sendo assim, é possível se pensar em um novo arranjo institucional no processo de descentralização administrativa. É necessário que se criem mecanismos mais democráticos de participação

política para que o processo de desenvolvimento local seja implementado.

- **Razões sociais:** é mais acessível se conhecer os problemas socioculturais no local do que no global e as soluções para esses problemas serão muito mais fáceis de serem encontradas no local, já que é neste que eles existem. Os problemas sociais do local são influenciados pelos problemas econômicos e até políticos que ocorrem externamente, na sociedade global. Neste momento de crise configurada pelo neoliberalismo e pela globalização, o âmbito social perdeu espaço para o econômico, e os problemas sociais existentes necessitam de resolução porque as sociedades periféricas irão exigir de alguma forma sua participação no desenvolvimento.

Sachs evoca uma abordagem ampliada deste problema, propondo o ecodesenvolvimento como um projeto civilizatório alternativo, fundamentado em cinco dimensões da sustentabilidade, que responderiam “à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (Sachs, 1993, p. 25-27). Sachs propõe ainda que devem ser observados oito critérios para a sustentabilidade:

- Social:
 - alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
 - distribuição de renda justa;
 - emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;
 - igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- Cultural:
 - mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
 - capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
 - autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
- Ecológica:
 - preservação do potencial do capital natureza;
 - a sua produção de recursos renováveis;
 - limitação do uso dos recursos não-renováveis.
- Ambiental:

- respeitar e realizar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais,
- Territorial:
 - configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
 - melhoria do ambiente urbano;
 - superação das disparidades inter-regionais;
 - estratégias de desenvolvimento ambientalmente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
- Econômico:
 - desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
 - segurança alimentar;
 - capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;
 - inserção soberana na economia internacional.
- Política (nacional):
 - democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
 - desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
 - um nível razoável de coesão social.
- Política (internacional):
 - eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
 - um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);
 - controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;
 - controle institucional efetivo de aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;

- sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade (Sachs, 2003[a], p. 54).

Sachs (2003[b], p. 57), falando sobre a possibilidade do crescimento social: “a possibilidade de encarar pequenos produtores e empreendedores como arquitetos potenciais do futuro” e que, a direção a ser tomada é a (i) expansão da agricultura familiar; (ii) da promoção das micro e pequenas empresas e (iii) na ampliação de oportunidade de trabalho para os autônomos no meio urbano. Continuando, Sachs defende ainda a proteção por parte do governo a estes empreendimentos, uma vez que: “produtores e empreendedores de pequeno porte, submetidos ao processo de darwinismo social no mercado, não estão em condições de competir com empresas mais estruturadas e de porte maior”, sob pena de terem que lançar mão e de do que o autor chama de competitividade espúria, ou seja, salários baixos, alongamento da jornada de trabalho e sonegação, entre outras práticas. Estas declarações vão ao encontro dos objetivos deste trabalho, já que colocam o pequeno empreendedor e os micro-empresendimentos como geradores de emprego e renda, e partem de um principio de regulação da economia por parte do Estado, para a correção das distorções geradas pelo excessivo poder econômico que determinadas corporações.

Sachs (2003[b]) lembrando um pensamento cepalino, alerta que o verdadeiro desenvolvimento conduziria a um homogeneização da sociedade, e que o este tipo de desenvolvimento seria uma solução triplamente ganhadora, já que se refere às dimensões social, ambiental e econômica.

Sachs ainda concorda com Guerreiro Ramos, quando explica a dicotomia do trabalho formal/informal, tão comum e tão discutida no Brasil. Sachs (2003[b]) declara que a simples dicotomia formal/informal não serve para explicar ou medir a economia real. Inicialmente seria um problema a própria medição destes aspectos, já que existe uma diversidade de metodologias, seja do IBGE ou da Organização Internacional do Trabalho ou do Ministério do Trabalho. Outra dificuldade, também apontada por Guerreiro Ramos é a não inclusão nos cálculos governamentais do trabalho doméstico, ou de vendedores ambulantes, de trabalhadores em tempo parcial, sacoleiras, revendedores de cosméticos, vigilantes que não trabalhem em empresas formais, e de outras diversas formas. Esta distorção ocorre até mesmo

devido aos objetivos dessas pesquisas, normalmente orientadas pela visão estreita do mercado e pela razão instrumental.

Para Sachs (2003[b]) os múltiplos critérios adotados no Brasil complicam ainda mais a solução deste impasse. A própria definição de informalidade é diversa: para o Ministério do Trabalho, o setor informal é formado pelo universo das empresas não registradas, e, portanto não se sabe quantas existem. Para o IBGE, o setor informal são atividades não-agrícolas, mas que produzem bens e serviços, com até cinco empregados em áreas urbanas, descontada a produção de subsistência e o autoconsumo. Na busca de solucionar este problema, Sachs (2003[b]) propõe uma distinção de quatro modos de produção que coexistem atualmente:

- Economia doméstica: está fora do mercado e é muito difícil de medir. Incluiria também os minifúndios de subsistência e os trabalhadores que constroem casas para uso próprio por exemplo.
- Economia proto e pré-capitalista: comumente chamada de economia informal, são as atividades organizadas na forma de empresas. É o trabalho que ocorre na linha divisória entre a economia doméstica e a de mercado.
- Economia capitalista de mercado: formado pelas empresas. É preciso distinguir as pequenas e médias empresas das grandes empresas e do Estado, pois tratam-se de formas diferentes de organizações em sua essência.
- Economia solidária: onde estariam as ONG's, as empresas autogestionárias, associações e cooperativas. É o chamado terceiro setor.

Esta distinção é de grande importância, pois encontra-se nesta tipologia o gene de uma correlação possível com os tipos organizacionais apresentados por Guerreiro Ramos. A economias proto e pré-capitalista de Sachs estariam para a fenomenologia de Guerreiro Ramos, assim como a Economia solidária estaria para as Isonomias, e assim por diante. Este é o link necessário para o próximo item.

3.3.3 Economia Plural e Sociedade Multicêntrica

A idéia de pluralidade e do surgimento de uma economia plural é moderna e está ganhando força em todas as partes do mundo, a partir da percepção da crise.

Os movimentos sociais tornaram-se cada vez mais fortes a partir da década de 70, com o advento dos movimentos ecológicos e posteriormente com a idéia da sociedade civil atuante. Busca de soluções para os problemas que os governos já não conseguem resolver, por falta de recursos ou por falta de vontade política.

Em 1996, a OCDE, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que conta com cerca de trinta países participantes em seu quadro, sobre o assunto lançou o livro: “Reconciliando o econômico e o social: através da economia plural”, uma coletânea que conta com vários autores, expoentes no assunto, Sauvage (1996), em ensaio que inicia o referido livro, descreve como as discussões sobre o assunto deve ser desenvolvida: a) reconhecimento de outros tipos de atividade econômica além daquelas decorrentes da economia globalizada, de onde decorre a noção de economia plural; e b) assumir uma responsabilidade societal no conjunto da economia, noção de economia cidadã. Sauvage, prefere aprofundar a primeira linha, que se relaciona diretamente ao ponto que se pretende estudar aqui, indagando: “Pode-se admitir uma variedade de modos de funcionamento econômico criadores de riquezas e sobretudo de empregos, além do modelo dominante cuja lógica levada a extremos comporta graves ameaças ao tecido social de nossos países?” O modelo dominante exauriu sua capacidade, conforme vimos anteriormente. Corroborando com esta afirmativa, Sauvage enumera, entre outros, os seguintes indícios desta derrocada do modelo atual: a) desemprego generalizado; b) redução de salários; e c) aumento da pobreza. Estas mazelas do capitalismo tardio parecem estar alastrando-se pelo mundo em velocidade crescente. Mesmo os EUA, que pareciam imunes ao desemprego na gestão Clinton, mergulham na crise mundial logo após o início do mandato Bush.

Sauvage (1996) considera redutora a idéia de um paradigma econômico centrado no mercado, ressaltando que sua intenção não é em absoluto apresentar um paradigma que representa a antítese do mercado, como poderiam querer os marxistas mais ortodoxos, mas sim, ampliar esta noção redutora que coloca o mercado, ou a economia, acima dos interesses da sociedade. O autor coloca em discussão em que termos, ou eixos, um paradigma alternativo deve ser considerado:

- Recolocação da economia em seu lugar: propondo uma articulação entre o econômico, o social e o ecológico, pois entende que este tripé conduziria a um jogo de soma positiva, ao contrário do atual.

- (re-) Enraizamento da ciência econômica: superando o distanciamento atual da ciência econômica da realidade social do homem, que deixa de lado aspectos relevantes em favor de estudos baseados no mercado. São ainda invasivas as tentativas teóricas de generalizar modelos sem considerar o patrimônio cultural, artístico e histórico das regiões.
- A economia plural: através da diversificação das atividades econômicas e da ligação da economia a uma preocupação ecológica e societal. O potencial, segundo Sauvage, em termos de criação de empregos e de desenvolvimento que o trabalho tem como criador de identidade e coesão social, é desperdiçado no atual modelo. O aumento da variedade de tipos de atividade enriqueceria a gama de ações possíveis para o atingimento deste desenvolvimento.

Ainda Sauvage (1996) aponta a necessidade de apoiar e legitimar estas atividades não convencionais, nos níveis conceitual e institucional, como forma de reforçar e ampliar a presença destas propostas na sociedade. Ainda mais, pensando em operacionalizar esta ampliação da presença de atividades alternativas, propõe formas de apoio, que incluiriam:

- Integração à dinâmica do desenvolvimento territorial, respeitando as especificidades culturais e da organização social da localidade.
- Uma nova engenharia dos projetos, onde a assistência técnica à criação de atividades e formação dos atores sirvam à maturação do terreno local. Esta engenharia deve promover a articulação entre as lógicas de ação que normalmente são vistas como estanques, isoladas: a econômica, a social, a cultural e a ecológica.
- Busca de fontes de financiamentos, (i) mobilizar recursos mercantis, públicos e não monetários, (ii) através da formação de Fundos Éticos e Solidários ou de aportes financeiros de empresas tradicionais, que buscariam a contrapartida sob forma de incentivos fiscais do governo e (iii) financiamento estatal direto, segundo os serviços prestados à comunidade, que poderia ser avaliado segundo a atividade, por exemplo, a recolocação no mercado de trabalho de um desempregado ou os cuidados com o meio ambiente geram uma economia ao Estado que, então poderia subvencionar estas atividades de forma mais econômica que este próprio.

Uma economia plural, é então, uma concepção da economia não reduzida ao

mercado e não restrita a este, mas uma economia onde exista a “pluralidade de princípios do comportamento econômico” (França F.º, 2002). França Filho, destaca como a economia solidária tem como base a economia plural: “Este conceito de economia plural nos permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial aquela regida prioritariamente pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional”. Polanyi (2000) identificou quatro princípios da economia: o mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade.

França Filho, comenta:

“Estes podem se resumir a três formas de economias com o re-arranjo destes princípios econômicos que fora submetido à modernidade através da introdução de um sistema de direito jurídico-político que passa a regular as relações de trabalho (considerado meio fundamental de produção e distribuição de riquezas)”. Assim temos, de acordo com França Filho:

“... - uma economia mercantil - fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíproca;
 - uma economia não mercantil - fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;
 - uma economia não monetária - fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por M. Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele do dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é de perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica da dádiva obedece a - um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigado, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal” (França Filho, 2002, p. 05).

Com efeito, esta tipologia representa comportamentos que, apesar de econômicos, não estão fundados apenas no mercado. Concordando com estes aspectos Andion (2003, p. 60) lista alguns conceitos chaves que estão ligados às noções de desenvolvimento, e que deveriam nortear um modelo baseado:

- Sustentabilidade ou o conceito de desenvolvimento sustentável,

- conforme já apresentado aqui, e baseado nas proposições de Sachs;
- O território como base e referência do desenvolvimento;
 - A participação cidadã: que inclui a sociedade civil como protagonista do processo de desenvolvimento;
 - O desenvolvimento com base em valores, que inclui a proteção dos valores e bens sociais, políticos, culturais e ambientais, além das finalidades econômicas.

Andion (2003, p. 66), ainda apresenta um quadro explicativo onde demonstra a interação entre as esferas da Economia Plural, conforme segue:

FIGURA 03: INTERAÇÃO ENTRE AS ESFERAS DA ECONOMIA PLURAL



Fonte: Andion, 2003, p. 66.

Assim, Andion relaciona as várias formas possíveis de organização, seja da Sociedade Civil, seja do Estado ou do Mercado, apontando ainda as possibilidades de associações entre estas esferas. Este quadro está intimamente ligado à idéia de Guerreiro Ramos, sobre a Sociedade Multicêntrica, conforme veremos ao fim desta base teórica.

Nesta mesma linha, Bobbio (1987) fala no nascimento de uma sociedade

plural, em contraposição à idéia de que a democracia surgiu de uma concepção individualista de sociedade. Uma sociedade plural seria então uma sociedade com grande diversidade de pensamento e modos de vida, garantidas as liberdades para seus adeptos.

A proposta de uma sociedade multicêntrica de Guerreiro Ramos, está baseada em proposições semelhantes a estas. Guerreiro Ramos (1989, p. 177) critica da mesma forma a sociedade centrada no mercado e propõe em seu paradigma paraeconômico que outros “enclaves” devem ser considerados, e que a própria administração não deve ser baseada em uma concepção estreita de recursos e produção. Sobre isso Guerreiro Ramos (1989, p. 180) declara:

“Em outras palavras, é o mercado que, em última análise, determina o que deve ser considerado como recursos e como produção. Assim sendo, não se considera formalmente como fatores contributivos da riqueza nacional aquilo que resulta da iniciativa de membros de uma unidade doméstica que, sem perceberem um salário, se ocupam de atividades como cozinhar, limpar, [...]. Tem sido estimado que o trabalho doméstico, nos EUA, representa um terço do produto nacional bruto e a metade da renda disponível do consumidor” (Burns, 1975, p. 14). No entanto por não ser o produto do trabalho doméstico diretamente transferível para o mercado, é ignorado pelo sistema oficial de estatística. Semelhante sistema pressupõe que a produção é equivalente à venda, e que o consumo equivale à compra. Ao compor a *riqueza da nação*, registra apenas aquilo que é vendido ou comprado, e não admira que um imenso reservatório de recursos e capacidade produtiva seja negligenciado e permaneça inexplorado pelos modelos alocativos predominantes” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 180).

Continuando, Guerreiro Ramos em sua proposta de Sociedade Multicêntrica, assevera:

“O ponto central desse modelo multidimensional é a noção de delimitação organizacional, que envolve: a) uma visão de sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas; b) em um governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 140).

Ainda sobre a participação do mercado no paradigma paraeconômico, (1991, p. 141) diz: “o padrão paraeconômico parte do pressuposto que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há descontinuidades

de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais” e continua :

“A sociedade pós-industrial visualizada no paradigma paraeconômico só poderá vir a existir como resultado de vigorosa oposição por parte dos agentes cujo projeto pessoal consiste em resistir às tendências intrínsecas da sociedade centrada no mercado. Contudo, o objetivo do paradigma paraeconômico não é a supressão do mecanismo de mercado, mas a preservação somente das capacidades sem precedentes que o mesmo criou, ainda que pelas razões erradas. Desta forma, pode ele atender às metas de um modelo multidimensional de existência humana, numa sociedade multicêntrica” (Guerreiro Ramos, 1991, p. 155).

Guerreiro Ramos propõe superar não o mercado, mas sua posição como ente autoritário e total, que coloniza a vida social, (1991, p. 148): “O mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social.”

É possível apontar semelhanças entre as propostas de Economia (sociedade) Plural e a Sociedade Multicêntrica de Guerreiro Ramos, a saber: ambas abordagens consideram a Teoria Econômica como redução; nenhuma prega a supressão do mercado; a defesa das diversificação das atividades como forma de desenvolvimento humano; é refutada a idéia de recursos finitos; e reconhecem a importância de existir meios políticos para regular o Mercado.

3.3.3.1 O Território como Referência

Uma das abordagens contemporâneas de estratégias de desenvolvimento é a idéia de Desenvolvimento Local. O princípio desta abordagem é ter o território como referência principal. Por território entende-se o espaço geográfico ocupado e utilizado para os diversos fins.

Santos e Silveira escrevem que:

“O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e

financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico” (Santos e Silveira, 2002, p. 21).

Desta forma, o estudo e compreensão da dinâmica econômica e social pode ser visto de maneira alternativa, considerando aspectos além do “extremado economismo” que é criticado por Wolfe, no início deste capítulo. Um exemplo deste tipo de análise, relacionada ao escopo deste projeto é a análise que Santos e Silveira (2002, p. 21) fazem da relação mercado e uso do território, onde a urbanização significa, para os autores, “uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa”, quando se refere à organização dos recursos para as atividades produtivas:

“O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado. É desse modo que se reconstróem contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer” (Santos e Silveira, 2002, p. 21).

Esta visão crítica de Santos e Silveira pode ser observada em diversos projetos do tipo “plataforma de exportação”, onde os produtos são criados, projetados e dirigidos ao mercado do chamado primeiro mundo e, no entanto, manufaturados no terceiro mundo. A citação ainda é mais importante para este projeto, por relacionar o uso do território via uma articulação das vontades do mercado e do Estado, quando fala em regulação política e de mercado.

O uso do território pode ser encarado então dialeticamente, já que é ao mesmo tempo uma criação das pessoas/atores, e condiciona a localização dos atores. Santos e Silveira, ainda chamam a atenção para a característica histórica da utilização do território, de acordo com as necessidades de cada época.

Outros autores apontam para esta noção de que o território é a principal referência para as atividades econômicas e para a medição de um desenvolvimento baseado em articulações da sociedade servindo a estas em primeiro lugar. Benko e

Lipietz (2000) atacam primeiramente a noção de que modelos genéricos não poderiam ser adotados indistintamente em diferentes localidades e que nas regiões novos centros de atividade emergiam segundo suas características internas. E complementam:

“Essa ‘personalidade regional’ encontrava um nome mais moderno: a ‘boa governança’. Quer dizer, uma capacidade, sem dúvida herdada de uma cultura histórica, de estabilizar modos de cooperação interna, entre capital e trabalho, entre grandes empresas e terceiros, entre administração pública e sociedade civil, entre banco e indústria”. (Benko e Lipietz, 2000).

Esta relação entre a pluralidade, expressa como cooperação entre as organizações das várias esferas, e a localidade oferece o rico elo para o tópico seguinte.

3.3.4 Por uma relação entre a Identidade Local e o Desenvolvimento

Para introduzir o assunto, pode-se continuar seguindo os passos de Benko e Lipietz (2000), que consideram que as relações sociais, sejam as presentes atualmente, sejam as moldadas historicamente e suas articulações, ligam-se de forma definitiva à região, ao espaço onde ocorre. Conforme os autores:

“A geografia humana, regional, econômica, ou ecológica, considera que o espaço é uma dimensão material das relações sociais. É a atividade humana, as relações humanas de todas as naturezas que constituem a substância mesma do espaço, um pouco como a teoria einsteiniana onde o espaço só existe como campo de forças, como variação de potencial, estruturado pelo seu conteúdo de matéria e de energia. O espaço regional é tecido por relações sociais passadas, ele é remodelado pelas múltiplas iniciativas dos atores (os administradores, as empresas...) que buscam ‘tirar proveito’ de um espaço humano ‘sempre já dado’ (como dizia Althusser), mas, assim fazendo, transformam este espaço, modificando o campo de forças” (Benko e Lipietz, 2000).

Sauvage é outro autor, já citado neste trabalho, e que defende a idéia da necessidade de uma sintonia entre as atividades econômicas, o desenvolvimento, a cultura, o meio-ambiente e o território:

“A dimensão cultural é de início um ponto crucial na construção do desenvolvimento local. Isso significa que a partir da identidade cultural do território e ao mesmo tempo resgatar o sentido das atividades dos seus habitantes, para recriar uma ‘consciência local’ através do reconhecimento social desses valores culturais, torna-se importante motivar e engajar as populações em torno da definição de um projeto global que dê lugar a um consenso” (Sauvage, 1996).

Uma relação entre identidade local e o tema desenvolvimento, em um contexto local, parece interessante para finalizar esta base teórica de forma consistente. O conceito de Identidade Local é muito controverso, Roca e Mourão (2001) corroboram a afirmação anterior, dizendo que não existe definição comumente aceita sobre o conceito Identidade Local. O Local pode referir-se a: a) territorial; b) regional ou c) da comunidade, enquanto a Identidade alternativamente pode assumir o significado de a) cultura; b) caráter ou c) singularidade, de acordo com o contexto onde são aplicados ou da natureza das análises a que se propõe.

O tema identidade local tem sido largamente discutidos num espectro limítrofe entre a antropologia, a sociologia, a economia e a geografia. Tem ganhado grande importância na definição de estratégias de desenvolvimento, especialmente na Europa, devido às mudanças ocorridas desde o advento da União Européia (Roca e Mourão, 2001). Os autores indagam sobre as razões pelas quais regiões ainda são diferenciadas, apesar das pressões homogenizadoras da globalização. Johnston (1991) afirma que as populações não buscam a diferenciação, mas o fazem de acordo com as especificidades dos locais criados e ocupados pelo homem. Pred (apud Roca e Mourão, 2001) analisa este fenômeno segundo a tese que as características locais gerariam uma reação aos efeitos da globalização: “a singularidade de combinação e sedimentação de conhecimentos, do senso comum, práticas discursivas, disposições comportamentais e mecanismos de reação”. Agnew (2000) concordando com a idéia de a reação do local ao global “provoca mais uma exacerbação do que uma atenuação das diferenças entre regiões e lugares”.

Roca e Mourão explanam que características ambientais, sociais e econômicas locais sejam mutáveis, sendo a própria identidade que confere originalidade e singularidade que distinguem as regiões, sejam elas próximas ou distantes. Ressalvam que “a globalização não representa o fim das distinções e singularidades territoriais, mas sim um conjunto adicional de influências nas

identidades econômicas locais e capacidades de desenvolvimento” (Roca e Mourão, 2000).

Os mesmos autores citam a grande importância dada ao tema nos congressos e seminários que tratam do tema Desenvolvimento Local. Por exemplo, a I Conferência Européia sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social onde foi enfatizado que “valorização da identidade cultural local e a proteção do ambiente deverão constituir instrumentos e veículos para a criação de novas atividades locais geradoras de emprego e com capacidade de simultaneamente reter e atrair população” (CEDLCS, 1995, p. 4). Nas Assembléias de Desenvolvimento Local em Amarante e Tavira, fortes apelos foram feitos em favor da “valorização da identidade cultural” e do “fortalecimento da diversidade local”, assim como de “construção de alternativas face às tendências de exclusão e massificação geradas pela globalização controlada pelos potentados financeiros”, e de “recriação da identidade local em todas as suas dimensões” (Roca e Mourão, 2001). Preliminarmente, os autores concluem em pesquisa realizada com foco no desenvolvimento rural em Portugal que afirmar a identidade local é um trunfo, que se sedimenta cada vez mais como um eixo forte nas políticas de desenvolvimento local. No entanto, ressaltam que é política, cultural e socialmente irresponsável investir em competitividade sem antes: “(i) avaliar e conhecer em profundidade o caráter complexo e mutável da sua identidade, e (ii) tomar consciência dos interesses, freqüentemente contraditórios, e da subjetividade inerentes à percepção dessa identidade por parte dos atores de desenvolvimento locais e globalizados” (Rocca e Mourão, 2001).

3.3.5 Conexões entre o Paradigma Paraeconômico, a Economia Plural e o Desenvolvimento Sustentável

A ponto de concluir esta base teórica, fundamento das considerações que tentaremos engendrar ao fim desta dissertação de mestrado, se faz necessário estabelecer ligações entre estes temas, para que seja possível entender como estas linhas de pensamento seguem um rumo, senão idêntico, ao menos semelhante.

A existência de vários pontos comuns entre estas teorias e de seus autores será demonstrada a seguir de forma simplificada, mas que definitivamente ligam as três teorias.

a) Crítica ao mercado como referência total da vida humana

O primeiro ponto comum entre as três visões, de Guerreiro Ramos, dos ecodesenvolvimentistas (ou do Desenvolvimento Sustentável) e dos adeptos da pluralidade econômica é a crítica ao mercado como centro da sociedade atual. O mercado serve como referência, razão e objetivo na vida dos indivíduos em sociedade.

Guerreiro Ramos critica ferrenhamente o que chama de “Sociedade centrada no mercado”, como pode ser observado neste segmento: “Em sociedade nenhuma do passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas sociedades modernas de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 114).

Para a Economia Plural, Sauvage (1996) tece suas críticas taxando de redutoras, a tendência do paradigma dominante baseado no mercado, como direção de todos os esforços da sociedade, e apresenta como um dos eixos do paradigma alternativo a recolocação da economia em seu devido lugar, onde a economia seria “um meio desse desenvolvimento e não o fim”.

Por sua vez Sachs (1986, p. 27) vê o mercado como forma de escravidão, uma vez que se “continuarmos a nos apegar aos bens materiais, ao invés de aumentarmos nossa liberdade, a produtividade social de trabalho tornar-se-á mais uma fonte a juntar-se às de nossa escravidão”, partindo de uma sociedade industrial, que tende “ao totalitarismo através da uniformização técnico-econômica, obtida pela manipulação das necessidades em nome de um falso interesse geral”.

Para fundamentar ainda mais seu ponto de vista, Sachs cita Marcuse (1969, p. 23): “Escolher livremente dentre uma grande variedade de mercadorias e de serviços não é ser livre, se para isso controles sociais devam pesar sobre minha vida de labor e de angústia, e se para isso devamos ser alienados. E se o indivíduo renova espontaneamente as necessidades impostas, isso não quer dizer que ele seja autônomo, prova apenas que os controles são eficazes.”

b) Importância da Articulação entre Mercado, Governo e Sociedade Civil

Primeiramente é importante ressaltar a relação das três linhas de pensamento no tocante à não extinção do mercado, como gostariam os Marxistas. Tanto a

sociedade imaginada por Guerreiro Ramos, a teoria por trás da Economia Plural, como os teóricos do Desenvolvimento Sustentável vêem o Mercado como um importante meio de regulação social através das trocas de valores mercantis e produtos. A grande crítica, como citada acima, é a exacerbação dos valores de mercado norteando a vida humana associada.

Por sua fonte comum, Polanyi e o regulacionismo, as três linhas de pensamento estão intimamente ligadas. Guerreiro Ramos (1989) defende que a sociedade multicêntrica não pode prescindir da notória eficiência do mercado, e que este é um enclave legítimo da sociedade, que no entanto deve ter seu tamanho e sua influência drasticamente reduzida.

Para o ecodesenvolvimentista Sachs (2002) deve existir um desenvolvimento para além do mercado, e não sem o mercado. O autor segue observando: “É necessária uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho” Sachs (2002, p. 60-61). E destaca a importância de um mercado regulado externamente pelo Estado: “O desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado. Os mercados são por demais míopes para transcender os curtos prazos e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros e a eficiência smithiana de alocação de recursos” (Sachs, 2002, p. 55).

Sachs (2002, p. 56) cita Kuttner, dizendo que o livro deste autor “é valioso porque mostra que *nem tudo está à venda*, ao mesmo tempo em que procura um equilíbrio entre o mercado, o Estado e a sociedade civil, considerando as instituições externas ao mercado como necessárias para fiscalizar e corrigir os seus excessos e deficiências. Creio que ele define as perspectivas corretas para o redimensionamento das economias mistas e, ao mesmo tempo, para a reabilitação do planejamento, uma ferramenta indispensável para projetar e promover estratégias de desenvolvimento sustentável.”

Finalmente, a teoria da economia plural, conforme quadro de Andion (2003), apresentado aqui, fortalece esta idéia da necessidade da articulação entre a sociedade civil, o Estado e o mercado para uma ordenação mais justa da sociedade. Reforçando esta tese, Savage (1996), que primeiramente critica a Economia como

uma ciência limitada que se distanciou da realidade do homem, defende que este tipo de articulação deve levar em conta a dimensão social e ecológica e uma economia regulada pelo Estado e pela política, conduzindo assim “a um jogo de soma positiva, ao contrário da situação atual.”

c) Necessidade de uma nova consciência (ou nova lógica, ou ainda nova Razão)

Conforme já demonstrado aqui, a proposta de Guerreiro Ramos fundamenta-se em um tipo alternativo de racionalidade, a substantiva, que já foi amplamente discutida.

Em consonância com essa visão, Sachs (1986, p. 58-60) fala sobre a lógica das necessidades e estilos de vida e de como os estilos de vida podem ser diversificados e uma vez que o “ethos capitalista da maximização dos valores de troca (...) não constitui, de forma alguma, a única opção possível.” (p. 69) e que os desafios substantivos e as soluções para a crise instalada residem em contextos “culturais, históricos, econômicos, político-sociais e ecológicos.”, portanto baseados em valores sobre os quais a lógica capitalista não dá conta.

Sobre os ecologistas se faz necessário citar Leff (2001), que escreve precisamente sobre a emergência de uma “Racionalidade Ambiental” e lança suas bases epistemológicas, conforme o autor:

“Construção de uma racionalidade ambiental que oriente a transição para um desenvolvimento sustentável requer a mobilização de um conjunto de processos sociais: a formação de uma consciência ecológica; o planejamento transetorial da administração pública e a participação da sociedade na gestão dos recursos ambientais; a reorganização interdisciplinar do saber, tanto na produção como na aplicação de conhecimentos. A possível desconstrução da racionalidade capitalista e a construção de uma racionalidade ambiental passa, pois, pelo confronto de interesses opostos e pela conciliação de objetivos comuns de diversos atores sociais” (Leff, 2001, p. 134-135).

No entanto o mesmo autor alerta que esta racionalidade ambiental não é um tipo puro de racionalidade, mas sim surge da integração de quatro esferas de racionalidade, a seguir enumeradas, (Leff, 2001, p. 137):

- uma racionalidade substantiva, isto é, um sistema axiológico que define os valores e objetivos que orientam as ações sociais para a construção

- de uma racionalidade ambiental (v.gr. sustentabilidade ecológica, equidade social, diversidade cultural, democracia política);
- uma racionalidade teórica que sistematiza os valores racionalidade substantiva articulando-os com os processos ecológicos, culturais, tecnológicos, políticos e econômicos que constituem as condições materiais, os potenciais e as motivações que sustentam a construção de uma nova racionalidade social e produtiva;
 - uma racionalidade instrumental que cria os vínculos técnicos, funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável, através de um sistema de meios eficazes;
 - uma racionalidade cultural – entendida como um sistema singular e diverso de significações que não se submetem a valores homogêneos nem à lógica ambiental geral -, que produz a identidade e integridade de cada cultura, dando coerência a suas práticas sociais e produtivas em relação com as potencialidades de seu entorno geográfico e de seus recursos naturais.

Deste modo, é possível ver claramente a ligação entre a linha ecologista e a racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos. Por outro lado, a Economia Plural também aponta para um lógica diferente da lógica do mercado. A economia plural prega a diversidade das atividades humanas, mesmo que sejam sem finalidades econômicas, como a doação e o voluntariado, “atividades que não seriam viáveis numa lógica estritamente mercantil ou pública.” (Sauvage, 1996).

d) Formas alternativas de ocupação, emprego e renda

Guerreiro Ramos defende a idéia que as pessoas devem ter ocupações em vez de empregos. As ocupações segundo Guerreiro Ramos, são as atividades que podem ter finalidade econômica ou não, mas que principalmente estão ligadas à satisfação pessoal e no interesse do individuo naquela atividade. Enquanto arquiteta seu “paradigma paraeconômico”, gradativamente vai remarcando esta posição, citando alguns exemplos, como: as atividades domésticas, as atividades de subsistência, as atividades voluntárias, entre outras.

Concordando com esta visão, Sachs, (1986) por seu turno fala sobre as

atividades “de mercado” e as “fora de mercado”, conforme segue:

“As ocupações não diretamente vinculadas ao mercado têm, na satisfação das necessidades, um papel de primeiro plano, inclusive nas sociedades industriais. Será preciso recordar que, por volta de 1960, o trabalho da mulher no lar ocupava, na França, cerca de 45 bilhões de horas por ano, contra 44 bilhões de horas para o conjunto das atividades profissionais da população ativa? A mulher do lar fornecia em, média 4.500 horas de trabalho por ano contra 2.500 horas de duração média do trabalho profissional (Fourastié, 1962, p. 126). Por sua vez, uma estimativa feita nos Estados Unidos avaliava, para 1965, o trabalho fora-do-mercado em 295 bilhões de dólares comparados com a renda nacional de 455 bilhões (Scitovsky, op. cit., p. 102). Quaisquer que sejam as reservas que se possam fazer a este tipo de estimativas (a que preço avaliar as produções fora-do-mercado?) e, a fortiori, às estimativas do valor monetário do tempo de lazer (estimado em 627 bilhões de dólares para o mesmo ano), elas indicam uma ordem de grandeza e, desde logo, assinalam o caráter tendencioso dos escritos econômicos consagrados às sociedades industriais, os quais, contrariamente à literatura antropológica e ao corpo de literatura interessado nas economias rurais, não se ocupam, por assim dizer, do fora-do-mercado ou, o que é pior, tentam apreendê-lo como uma extensão da teoria do mercado” (Sachs, 1986, p. 60).

Sachs (1986) ainda alerta para a economia oculta, que não é detectada estatisticamente, outro fator para o qual Guerreiro Ramos já alertava em seu livro “A Nova Ciência das Organizações”.

Os defensores da Economia Plural têm neste assunto sua principal tese de trabalho, seja nas múltiplas formas de articulação da sociedade, seja na inclusão das atividades, que outrora não eram vistas como de importância econômica. Sauvage (1996): “A noção de Economia Plural remete a uma abordagem aberta, não dicotômica, enquanto a economia atual utiliza classificações dualistas (economia mercantil/não mercantil, formal/informal, pública/privada, etc.). Assim, à variedade tipos de atividades adiciona-se a variedade de combinações, o que certamente complica a análise, mas enriquece a gama das possibilidades de ação”.

e) Formas organizacionais alternativas

Conforme já visto aqui, o modelo de sociedade apresentado por Guerreiro Ramos apresenta várias formas organizacionais, cada qual com o intuito de oferecer um ambiente adequado às várias possibilidades de ocupação por parte dos indivíduos, sejam estes sistemas complexos como as economias ou extremamente simples como as fonomias.

A economia plural por sua vez, também apresenta formas de organização social, tanto na sociedade civil, como no Estado e no setor privado, além das possíveis e desejáveis articulações mistas e intermediárias entre estas esferas, conforme já visto em Andion, 2003. A economia plural é local fértil para as formas organizacionais alternativas, as ONG's, as associações, as cooperativas, os sindicatos, os movimentos sociais, entre outros estão abarcados neste campo teórico. No mesmo sentido, Sachs (1986, p. 163): “A interação entre os atores do processo de desenvolvimento está intimamente ligada às articulações dos espaços do desenvolvimento – local, regional, nacional e transnacional.” Demonstrando esta articulação entre a sociedade civil, o Estado e as empresas. Sachs (1993; 2003) defende as organizações da sociedade civil, como ONG's, fóruns civis de desenvolvimento, agências de desenvolvimento e as possíveis parcerias entre sociedade civil, Estado e setor privado para a solução dos impasses gerados pela crise.

f) O território como referência

Sachs (2002, p. 73), falando sobre o local como principal referência para o desenvolvimento: “O ecodesenvolvimento, requer (...) o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas (...). Para alguns autores mais radicais, é necessário também o reconhecimento dos direitos legítimos aos recursos e às necessidades das comunidades locais dando a estas um papel central no planejamento da proteção e do monitoramento das áreas protegidas (...)”. Sachs retoma esta idéia: “O local e o cotidiano representam o plano onde se manifestam, em última instância o desenvolvimento ou a falta dele” (2003, p.143).

O ambiente local é também privilegiado pelos teóricos da Economia Plural, em contraposição à globalização (ou globalismo). Enjolras, 2000, falando sobre mudança social e o interesse público, declara que a tecnologia propicia modos mais individualizados e descentralizados de provisão de serviços de interesse público e que esta individualização leva a concepções mais localizadas sobre o que seja de interesse público (Enjolras, 2000, p. 42). Sauvage, 1996, concordando com esta posição, lembra que as atividades de subsistência e as atividades informais ocorrem em âmbito local, gerando a necessidade de uma “passagem à economia de mercado

local”.

g) Preocupação Ecológica

Os ecodesenvolvimentistas têm neste campo sua principal motivação e por isso é vasta a literatura a respeito. Sachs (1986; 1993; 2003) Leff (2001; 2002), Camargo (2003), entre outros, tem na preservação do meio ambiente e do uso racional de seus recursos, o principal objetivo de seus trabalhos.

Guerreiro Ramos demonstra também esta preocupação com a evidente aceleração do processo extrativo predatório dos recursos naturais e com a conseqüente degradação do meio ambiente. Segundo Guerreiro Ramos:

“Nos séculos pré-modernos, a prosperidade material e a riqueza eram resultados de feitos humanos, mas tais feitos representavam transações inteligentes com a natureza como ela era dada. As necessidades do homem eram consideradas limitadas e a produção de bens deveria ser obtida através da colaboração do homem com os processos que a própria natureza gerava, e não pela escalada sistemática desses processos, mediante implementos tecnológicos e sem consideração dos imperativos termodinâmicos da natureza” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 34).

h) Necessidades Humanas Finitas

Este item é uma decorrência do item anterior, uma vez que é necessidades humanas ilimitadas são incompatíveis com a finitude dos recursos naturais. Guerreiro Ramos critica a premissa básica da economia, de que as necessidades humanas são crescentes e ilimitadas. Ao contrário, Guerreiro Ramos (1989, p. 35) lembra que “O consumo dentro dos limites de necessidades humanas finitas, a produção limitada, constituíam a meta da economia instituída nas sociedades pré-capitalistas” e que Aristóteles, já em sua época, “advertia contra a proliferação das necessidades socialmente introduzidas, estabelecendo uma distinção entre riqueza natural e artificial”.

Sachs também defende que as necessidades humanas também devam ser limitadas, (1986, p. 58), e propõe imposição do “autocontrole sobre nossas necessidades e desejos”, e que as necessidades fundamentais não se reduzem a uma razão elementar de alimentos, de cuidados médicos e um teto sobre a cabeça. As reais necessidades humanas são ao mesmo tempo de ordem material e imaterial

e existem em oposição a acumulação desenfreada de bens.

A economia plural por sua vez trata do esgotamento do modelo atual, baseado nas necessidades materiais e sobre o surgimento de novas necessidades relacionadas à qualidade de vida, seja através da relação social ou da coesão social (Sauvage, 1996). Seguindo por este caminho pode-se imaginar a impossibilidade de uma sociedade que cresça indefinidamente, sem limites.

i) O Homem como ator social

Por fim, mas não menos importante, o homem como ator das mudanças sociais é tema central nas três linhas de pensamento. Principalmente estão remarcadas a importância das articulações do tipo associações, movimentos sociais, cooperativas, entre outras, que visam aumentar a capacidade e a organização destes.

Guerreiro Ramos apresenta o Homem Parentético como aquele com capacidade de criticar a sociedade e capaz da autocrítica. Guerreiro Ramos (1989) ainda chama a atenção para a ação dos participantes das isonomias, onde observa entre vários tipos de organizações das mais variadas tipos de associações: “grupos de cidadãos interessados em assuntos e problemas da comunidade” e fenonomias, sendo que nestas últimas: “Embora interessado em sua própria singularidade, o membro da fenonomia tem consciência social. Na verdade, sua opção não significa o abandono da sociedade, mas visa tornar outros indivíduos sensíveis quanto a possíveis experiências que são capazes de partilhar ou apreciar.”

A partir da base teórica apresentada, partiremos então para a metodologia que servirá para estabelecer como serão verificadas as relações que a presente pesquisa propõe.

4 METODOLOGIA

Depois de apresentadas a base teórica necessária para empreender a pesquisa, o passo seguinte é a definição da metodologia adequada para produzir os dados necessários a análise dos conceitos e fenômenos de forma consistente. A metodologia apresentada a seguir tem por finalidade relacionar as fenomenias, no caso as unidades artesanais, à racionalidade substantiva e ao desenvolvimento local e economia plural.

A pesquisa que teve caráter qualitativo, pois segundo Richardson (1999, p. 79) “A abordagem qualitativa de um problema [...] justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”, portanto coerente com as propostas e o problema levantada neste trabalho.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, conforme Gil (1991), já que em seu bojo, pretende a discussão relações ainda não suficientemente esclarecidas, entre os conceitos citados.

4.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Esta pesquisa presta-se a verificar a existência e as relações entre as fenomenias, desenvolvimento local e economia plural, na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR.

4.1.1 Categorias analíticas e definições constitutivas

O problema e os objetivos propostos, a partir da base teórica apresentada, levam às seguintes categorias analíticas:

- Racionalidade Substantiva - Definição constitutiva: “um atributo natural do ser humano que reside na psique. Por meio dela, os indivíduos poderiam conduzir a sua vida pessoal na direção da auto-realização, contrabalançando esta busca de emancipação e auto-realização com o alcance da satisfação social” (Serva, 1996, 1997[a])
- Fenomias - Definição constitutiva: “É um sistema social, de caráter

esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo ou por um pequeno grupo, e que permite aos seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais.” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 152)

- Desenvolvimento local - Definição constitutiva: Processo de desenvolvimento baseado nas capacidades, competências e características sócio-culturais de determinada localidade (Franco, 2000; Bessa, 1999; Coelho, 1995) cujos objetivos devem ser prioritariamente sociais, para depois serem econômicos atendendo critérios de utilização dos recursos naturais como restrição (Sachs, 1995).

4.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

4.2.1 Delineamento da pesquisa

Para investigar as relações pretendidas nesta pesquisa, à saber: racionalidade substantiva como elemento intrínseco de algumas formas alternativas de trabalho; os sistemas sociais nomeados por Guerreiro Ramos de fennomias; e o desenvolvimento local, através de conceitos ligados à economia plural.

A pesquisa que aqui se empreendeu pode ser classificada como não-experimental, conforme Kerlinger (1980, p.130) pois ocorre sem experimentação, no sentido de não serem possíveis testes de variáveis e/ou manipulações destas para a comprovação dos fenômenos ou relações as quais se tenta estabelecer nesta pesquisa.

4.2.2 População e Amostra

A população de expositores na Feira de Artesanato do Largo da Ordem é de 1.080. Este número é estabelecido pela coordenação da feira, que é atribuição da FAS – Fundação de Ação Cultural da Prefeitura Municipal de Curitiba, e refere-se ao número de concessões e localização de barracas na referida feira.

A intenção foi pesquisar entre os artesãos (os concessionários), através de entrevistas, a existência ou não das características referentes à racionalidade

substantiva e das características das fenomenias.

Os expositores podem ser classificados de diversas formas: pelo produto-final, pela finalidade a que se presta este produto, pelas técnicas aplicadas e as matérias primas utilizadas (Martins, 1976, p. 11). Desta forma, de acordo com os objetivos deste trabalho, que pretende também aplicar a pluralidade de atividades, tentou-se buscar diversificar estas formas classificando os entrevistados segundo a principal característica de seu trabalho, seja ela ligada à técnica, matéria-prima ou finalidade ou uso dado ao produto final.

Assim foram escolhidos entrevistados de diversas atividades dentre as apresentadas. Foram entrevistados apenas artesãos que expõem na feira de artesanato, como detentores da concessão de participação na feira. Desta forma serão cobertos vários os segmentos da referida feira. Entendeu-se que os concessionários seriam as pessoas certas para fornecer as respostas mais corretas.

Devido ao caráter exploratório do presente trabalho a amostragem foi intencional, conforme Richardson (1999, p. 161) pois se buscou selecionar alguns elementos da população que apresentassem uma característica em comum, no caso a atividade artesanal. Condizente com o plano de pesquisa, de forma a cobrir uma grande variedade de atividades artesanais possíveis, buscou-se também entrevistar no máximo dois artesãos que atuem na mesma atividade ou segmento na feira de artesanato. É importante salientar que neste caso não existe a pretensão de representatividade do universo estudado, conforme Richardson (1999, p. 161).

4.2.2.1 Caracterização dos entrevistados

Entrevistado 01: Rita

A entrevistada é psicóloga por formação, área onde já atuou profissionalmente tanto em instituições do setor público como em organização privada. Trabalha com miniaturas de aposentos (quartos, salas, escritórios, etc.) sendo a madeira a principal matéria-prima. O ateliê da entrevistada está localizado em uma sala comercial no centro de Curitiba. Está na Feira de Artesanato há 14 anos. Mantém dois funcionários: uma auxiliar na produção e outra nas vendas, apesar de eventualmente o número de pessoas na produção poder ser de dois ou três auxiliares. Recentemente concluiu curso superior em artes plásticas.

Entrevistado 02: Agner

O entalhador é autodidata e atua nesta área desde a adolescência. Trabalha na feira há 12 anos, produz em sua pequena oficina de marcenaria, instalada nos fundos de sua casa, peças entalhadas e pequenos móveis feitos sob encomenda. Já trabalhou em marcenarias e em ateliês de entalhe. Eventualmente necessita de um ou dois ajudantes temporários na oficina que mantém nos fundos de sua casa.

Entrevistado 03: Lúcia

Formada em Artes Plásticas, já atuou em escritórios de design gráfico, principalmente no setor público e atualmente além da feira, onde está há aproximadamente 15 anos, ainda presta serviços como *free-lance* para agências e empresas. Tem uma auxiliar e eventualmente, com a demanda, o número de ajudantes pode chegar a três. Trabalha em uma sala de sua casa.

Entrevistado 04: Hélio

Com formação acadêmica em economia, o entrevistado já atuou como bancário, atividade que deixou ao iniciar-se no artesanato há cerca de 20 anos, dos quais 15 na feira do Largo da Ordem. Trabalha sozinho em sua própria casa transformando latas e caixas de fósforo em pequenas obras que retratam histórias e contos, muitas vezes criados por ele próprio; outras vezes passagens bíblicas, históricas ou mesmo da literatura.

Entrevistado 05: Emerson

Formado em Economia, já atuou como bancário e já possuiu uma pequena empresa, onde trabalhava com cópias e encadernações. Esta última atividade o levou a interessar-se por artesanato com papéis. Está na feira há cerca de cinco anos e tem duas auxiliares (uma tia e uma prima) que trabalham em sua pequena oficina na garagem da casa onde reside.

Entrevistado 06: Rejane

Formada em Artes Plásticas, a maior característica de seu trabalho é o uso das cores vibrantes que aplica sobre as peças, que podem ser cadeiras, cabideiros,

pequenos utilitários, entre outros. Trabalha há mais de dez anos, sozinha, embora eventualmente conte com um ou dois auxiliares, no ateliê que mantém em sua casa. Também dá aulas de artesanato.

Entrevistado 07: Ocléris

Também formada em Artes Plásticas, trabalha sozinha em um aposento de sua própria casa, embora conte com a ajuda das filhas e do marido. Seu trabalho inclui uma linha de peças decorativas de médio porte, que podem ser vasos ou adornos para mesas, por exemplo, e uma linha de bijuterias, principalmente pingentes, feitos em cerâmica, com pinturas especiais e eventualmente aplicação de pedras. Mantém uma barraca na feira de artesanato do Largo da Ordem há cinco anos.

Entrevistado 08: Rogério

O entrevistado e sua mulher mantêm barraca na feira do Largo há oito anos. Já trabalham com artesanato desde a década de 70, em Minas Gerais, aonde chegaram a ter uma oficina com mais de trinta funcionários. Atualmente trabalha com mais dois ajudantes (além de sua esposa) em uma oficina construída nos fundos de sua casa em Curitiba. Participam ativamente de uma das associações de artesãos (Anav) onde ele é vice-presidente.

Entrevistado 09: Orlando

Sempre tendo atuado em atividades criativas, como criação de desenhos para anúncios e cartazes, há cerca de vinte anos iniciou a fabricação de lápis feitos a partir de galhos secos o que ensejou sua entrada na feira, há oito anos. Trabalha juntamente com sua companheira e obtém ajuda apenas de pessoas que auxiliam na coleta dos galhos. Acredita que seu trabalho ajuda a criar uma consciência ecológica nas pessoas e é participante ativo nas associações de artesãos de Curitiba.

Entrevistado 10: Oliva

Há anos atuando como publicitário, tem sua própria agência na cidade de Curitiba. Iniciou sua atividade na feira de artesanato do Largo da Ordem há três anos, sendo um dos mais novos integrantes da feira. Sua produção caracteriza-se

principalmente pelo trabalho intelectual expresso sobre forma de poesias/textos motivacionais, vendidos em pequenas caixas, onde existe na verdade um kit relacionado ao assunto escolhido. Paralelamente, atua como músico, já tendo gravado discos e cd's, e como palestrante.

Entrevistado 11: Gilberto

Engenheiro químico por formação já atuou em empresa de projetos/consultoria de onde saiu em fins da década de setenta, quando iniciou a atividade artesanal, começando por produzir incensos e mais tarde passando para a cerâmica. Participa da feira, onde atualmente divide uma barraca com sua mulher (tapeçaria), há mais de vinte anos, em períodos descontinuados. Vive em um sítio a cerca de vinte quilômetros de Curitiba, onde se dedica, além do artesanato, a cultivar produtos orgânicos, produção de doces e compotas a partir das plantas existentes no local, a ministrar aulas para crianças e adolescentes carentes. É um ativista das causas ecológicas e busca um estilo de vida alternativo, mais próximo da natureza.

Entrevistado 12: Jairo

Além de artesão é também músico e ministra aulas na UFPR. Trabalha a partir de pedaços de lona já usados (trapos) e outros materiais descartados, que são transformados em bolsas, cintos e peças de vestuário. Trabalha sozinho em casa e está na feira do largo da ordem há cinco anos.

4.3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

4.3.1 Dados Primários

Os dados primários serão coletados através do método de entrevista. As entrevistas serão do tipo semi-estruturadas, com a finalidade de encontrar as relações entre os conceitos em estudo.

A entrevista semi-estruturada é aquela que “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto das novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.” (TRIVIÑOS,

1987, p. 146). Triviños, ressalta que entrevistas semi-estruturadas são privilegiadamente importantes para os estudos qualitativos em ciências sociais, já que “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semi-estruturada requer uma prévia preparação do roteiro básico para obter as informações desejadas. Sobre a preparação de um roteiro ou “guia”, Richardson (1999, p. 212) coloca que: “O pesquisador conhece os aspectos que deseja pesquisar, e com base neles, formula alguns pontos a tratar na entrevista”. Quanto à elaboração do roteiro da entrevista, Richardson (1999) propõe que o pesquisador formule uma quantidade de perguntas, as agrupe de acordo com os temas de que trata a entrevista e por fim, faça uma seleção definitiva, formulando os temas que serão tratados. O autor ainda ressalta a importância da objetividade durante a arguição, que pode determinar a qualidade da comunicação entre informante e entrevistador.

Triviños (1987, p.147-152) explica como deve se proceder a entrevista. Para tanto o autor enumera as questões preliminares à entrevista:

- Propósito da entrevista e do trabalho: o informante deve estar ciente do propósito e dos objetivos da entrevista, da forma mais explícita possível, pois isto favorece com que a entrevista siga de modo espontâneo e amigável.
- O registro e o horário da entrevista: o autor ressalta a importância da gravação da entrevista, que deve ser acompanhada por anotações, mas, antecipadamente o entrevistador deve pedir permissão para tanto. O horário da entrevista, assim como sua provável duração, além do local onde deverá acontecer. A duração e o horário são importantes para que o investigador possa planejar o tempo, assim como, demonstrar respeito pelo tempo do informante.
- Necessidade de *rapport* na entrevista: uma atitude do entrevistador que possa estabelecer um ambiente harmônico, de simpatia e confiança é importante para atingir a profundidade do “espírito” do informante sobre o fenômeno em estudo.
- Tipos de perguntas: Apesar de existirem várias tipologias, o autor classificou

as perguntas em: (i) descritivas; (ii) explicativas imediatas; (iii) interrogativas mediatas; (iv) conseqüências; (v) avaliativas; (vi) hipotéticas; (vii) categoriais.

Triviños (1987, p. 152) ressalta que a entrevista semi-estruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também, sua explicação e a compreensão de sua totalidade tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores”. Assim a análise coerente com a coleta qualitativa dos dados e será baseada em significados, que “manifestam-se através das produções verbais das pessoas envolvidas em determinadas situações e que comandam as ações que realizam.” e que serão expressos em: “narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário” (Triviños, 1987, p. 127-128).

Também foram coletados dados primários a partir de observação direta, tanto nas entrevistas, que acontecerão nos locais de trabalho dos artesãos, assim como em visitas à referida feira de artesanato, com o objetivo de verificar alguns aspectos do trabalho, de sua organização (espaço físico, n.o de auxiliares, por exemplo) e do artesanato produzido. O método da observação direta ou não participante consiste na atuação do pesquisador apenas como espectador atento aos acontecimentos e ao ambiente onde estes ocorrem. Neste trabalho a observação foi assistemática, já que não existiram fichas padronizadas ou plano de observação. Este tipo de observação presta-se especialmente às pesquisas exploratórias, como é o presente caso (Richardson, 1999, p. 260).

4.3.2 Dados Secundários

Os dados secundários referem-se às pesquisas anteriores, que de algum modo relacionam-se às variáveis em estudo e já estão disponíveis, em suas fontes incluem-se: 1) fontes de dados de empresas (em estudo); 2) bancos de dados de organizações (governo, associações, agências de notícias); e 3) Agências de pesquisas.

As fontes secundárias consultadas, sobre a atividade artesanal, economia plural e o desenvolvimento local, foram: IBGE, Ministério do Trabalho, Sebrae e FAS – Fundação de Ação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba, além de associações de artesãos e ONG's existentes em Curitiba e em outras regiões do país.

Dados secundários sobre o assunto Racionalidade Substantiva foram obtidos através das pesquisas anteriores, utilizando a classificação criada por Serva, 1996, já citadas neste trabalho.

4.4 PESQUISA DE CAMPO

As entrevistas aconteceram nos meses de dezembro de 2003 e janeiro de 2004. As entrevistas tiveram duração média de uma hora, sendo que a mais curta durou cerca de 45 min. e a mais longa cerca de 2h. e 15 min. As entrevistas semi-estruturadas basearam-se em um roteiro que integra esta dissertação (anexo).

4.4.1 Categorias analíticas e construção do Quadro de Análise

Apresentamos agora, com base nos conceitos tratados na fundamentação teórica, as seguintes categorias de análise que serviram de base para analisar os dados coletados.

4.4.1.1 Categoria de análise: Razão substantiva

Do quadro de análise proposto por Serva (1996), apresentado na fundamentação teórica, selecionamos apenas dois processos dos onze que originalmente o compõem. O critério fundamental para proceder esta seleção foi o de adequar o modelo ao foco deste estudo que são as fonomias, aqui representadas pelas unidades artesanais.

Esta adaptação se faz necessária frente às diferenças deste estudo deste em relação aos estudos anteriores sobre a racionalidade substantiva, de Serva, Matta e Fraga que tiveram como objeto de estudo organizações estabelecidas, com vários funcionários, equiparando às isonomias de Guerreiro Ramos. A saber: Serva (1996) estudou organizações que atuavam nas áreas de educação, artes e clínicas de assistência psicoterapêutica, com número de profissionais variando entre dez e cinquenta. Matta (1998) estudou a cooperativa médica Unimed na Bahia, uma grande organização com milhares de cooperados e congregando além do plano de saúde, carro-chefe da organização, ainda instituição financeira, a Unicred,

seguradora, administradora de hospitais entre outras. Fraga (2000) procedeu a sua pesquisa em uma empresa de montagens industriais. O trabalho que ora se apresenta trata de micro-empresendimento de características muito particulares como o artesanato, assim faz-se necessário adaptar o modelo de Serva a estas características. Vale ressaltar também que por todos estes motivos também não é coerente nomear estes níveis de análise de processos organizacionais, que aqui passarão a ser tratados como elementos e/ou dimensões da racionalidade substantiva.

Assim, foram selecionados dois dos elementos a seguir, por serem os mais importantes no caso das fenomenias:

- Valores e objetivos

Os valores e objetivos podem ser facilmente distinguidos em uma comparação da racionalidade instrumental, e a racionalidade substantiva. Os valores e objetivos no modelo em questão estão relacionados à auto-realização, valores emancipatórios e julgamento ético, cuja existência pretendem verificar como existentes no ambiente de produção artesanal.

- Satisfação individual

A satisfação pessoal de um individuo “imerso” na lógica do mercado supõe principalmente o atingimento de metas, uma demonstração clara de como a racionalidade instrumental permeia este processo. Pretendeu-se estabelecer uma relação de satisfação do sujeito através da autonomia e auto-realização, ou sejam realizações dos desejos através do trabalho.

O trabalho artesanal, até mesmo por suas características intrínsecas, como o trabalho direto entre o artesão e a peça em produção, a relação com o material, a preocupação estética, entre outros pode significar um tipo de realização, que certamente diferirá da atingida em uma organização burocrática.

No entanto, para o estudo detalhado sobre a racionalidade presente nas unidades artesanais estudadas, foram observados os seguintes elementos relacionados à este quadro de análise, conforme Serva (1996):

- Auto-realização;
- Julgamento ético;
- Valores emancipatórios;

- Autonomia.

4.4.1.2 Categoria de Análise: Fenonomia.

As fenomenias são pequenos sistemas sociais, conforme Guerreiro Ramos (1989), cuja principal característica seria proporcionar a liberdade de expressão e criatividade de seus membros, com o máximo de autonomia. As fenomenias são descritas pelo autor como tendo as características, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 03: CARACTERÍSTICAS DAS FENONOMIAS:

Características	Sistema social: Fenonomia
Tecnologia	Oficina (Ateliê)
Tamanho	Até 5 pessoas
Cognição	Personalístico
Tempo	De salto
Espaço	Sócio-aproximador

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Guerreiro Ramos, 1989.

Ainda segundo Guerreiro Ramos (1989), as fenomenias seriam: i) um ambiente propício para a liberação da criatividade; ii) o empenho dos participantes em obras automotivadas apenas; iii) os resultados econômicos são secundários à motivação para empreender-se nas atividades; iv) consciência social por parte dos participantes.

4.4.1.3 Categoria de análise: Desenvolvimento Local

Também foram selecionadas características do desenvolvimento local, para servir de referência para a análise dos dados. Para tanto, conforme já apresentado na fundamentação deste, Sachs (1995) propõe que o desenvolvimento seja: a) que

seja social no comando; b) assumo o ecológico como uma restrição para somente depois ser, c) econômico. Assim seguem as características escolhidas:

- Produtores como atores sociais.

Uma das características presentes na base teórica apresentada é a participação dos produtores enquanto agentes da mudança social, participantes ativos do planejamento e atores do desenvolvimento (Sachs, 1996). A conexão importante com o conceito de racionalidade substantiva é o grande potencial emancipatório representado pela conscientização desta condição por parte do sujeito comum.

- Correspondência com a cultura local.

A cultura local permeia o desenvolvimento em sua totalidade. O desenvolvimento local é uma proposta baseada no respeito às características intrínsecas ao espaço geográfico em que ocorre. Assim, a cultura e os recursos naturais, entre outros aspectos, devem ser a referência das políticas a serem implantadas.

- Processo produtivo não agressivo ao meio ambiente.

A principal corrente do desenvolvimento local está ligada ao chamado desenvolvimento sustentável, e refere-se à conservação dos recursos naturais existentes naquela região. O desenvolvimento sustentável pretende fazer uso dos recursos renováveis, através do manejo adequado destes recursos.

A atividade artesanal é em sua maioria uma atividade integrada ao meio ambiente, fazendo uso de materiais cuja extração é pouco ou nada agressiva, além de sua intensidade ser infinitamente menor à praticada pelos meios industriais de produção.

- Geração de emprego e renda.

A atividade artesanal é geradora de emprego e renda, já que o artesão pode produzir seus artefatos a partir de matérias-primas de baixo custo, transformando-as em bens vendáveis contendo um valor agregado pelo trabalho direto do artesão. O maior bem de produção empregado no artesanato não seria máquinas e ferramentas, mas a habilidade do próprio artesão.

- Importância econômica da Feira de artesanato.

Importará também constatar a importância econômica da feira para que possa ser caracterizado o desenvolvimento local.

4.4.2 QUADRO DE ANÁLISE

A partir da fundamentação teórica e das categorias analíticas apresentadas, parte-se para a elaboração do quadro de análise que servirá de base e roteiro para as análises e considerações deste trabalho.

QUADRO 04: ANÁLISE

Categoria Analítica	Dimensões Essenciais	Elementos característicos
Racionalidade substantiva	Satisfação individual	Auto-realização Autonomia
	Valores e objetivos	Auto-realização Valores emancipatórios Julgamento ético
Fenonomias	Tecnologia: Oficina (Ateliê)	Ambiente para liberação da criatividade
	Tamanho: até 5 elementos	Empenho dos participantes em obras automotivadas
	Cognição: Personalístico	Consciência social dos participantes
	Tempo: de salto	Resultado econômico como efeito colateral
	Espaço: sócio-aproximador	
Desenvolvimento local	Social	Produtores como atores sociais Correspondência com a cultura local Geração de emprego e renda
	Ecológico	Processos não agressivos ao meio ambiente
	Econômico	Importância econômica do empreendimento (feira) Geração de emprego e renda

Fonte: elaboração do autor

Com a apresentação deste quadro de análise, passaremos então à análise propriamente dita dos dados coletados nas entrevistas junto aos artesãos e das observações feitas durante as entrevistas e na própria feira de artesanato, objeto deste estudo.

5 ANÁLISE

Neste capítulo serão apresentadas as análises dos dados coletados nas entrevistas feitas relacionando as respostas aos conceitos apresentados na base teórica apresentada anteriormente e conforme demonstrado no quadro de análise apresentado no item anterior.

As categorias analíticas são três: racionalidade substantiva, fenomenias e desenvolvimento local, que a seguir passamos a analisar.

5.1 RACIONALIDADE SUBSTANTIVA

Esta categoria é o fundamento principal do trabalho que ora se apresenta, uma vez que Guerreiro Ramos argumenta que a instrumentalização exacerbada da Racionalidade levou a sociedade moderna a tornar-se uma sociedade unidimensional, onde o mercado é a única (ou ao menos predominante) referência para a vida dos indivíduos. A partir desta premissa podemos concluir que para existir uma sociedade do tipo Multidimensional, ou Multicêntrica, como nomeia o sociólogo, deverá necessariamente estar fundada sobre um tipo de racionalidade alternativa, a Racionalidade Substantiva, nos moldes traçados por Guerreiro Ramos.

As fenomenias, terão, portanto, que ser fundadas neste tipo de racionalidade. Pessoas que trabalham em economias, principalmente empresas em mercados altamente competitivos estarão expostas e tanto mais adaptadas a este meio se estiverem imbuídas de uma racionalidade instrumental, plena consciência de sua função dentro do mercado e terão seus objetivos e interesses ligados a valores propostos pelo mesmo mercado. No caso das isonomias e mais especificamente das fenomenias, isso não ocorre, ou ao menos ocorre de forma atenuada. Enquanto as isonomias são as sociedades de iguais, onde os objetivos desta associação são resultados de entendimento entre os participantes, as fenomenias são os espaços protegidos contra os valores do mercado, onde cada individuo tem capacidade e discernimento para lançar-se somente, ou principalmente, em obras automotivadas. Seu conhecimento e senso crítico sobre seu próprio trabalho o credenciam a trabalhar de forma independente e conseguir seu sustento à margem do mercado

fundado em razão instrumental.

Conforme o quadro de análise apresentado no capítulo anterior, verificamos duas dimensões da racionalidade: a satisfação individual e os valores e objetivos, que serão vistos a seguir.

5.1.1. Satisfação individual

A satisfação individual foi um dos itens mantidos do quadro de análise original e para Serva (1996) está ligado à auto-realização e à autonomia, analisados em seus detalhes nos próximos itens deste capítulo.

Os artesãos referem-se à satisfação pessoal como sendo “fazer aquilo que gosto”, ou aquilo que lhe traz prazer. Assim é relevante observar a declaração que segue:

“Hoje em dia está difícil, depois dos cinquenta anos você não arruma mais emprego. Hoje quem está desempregado tá procurando emprego no lugar errado. Daí um homem me perguntou – ‘Então onde a gente tem que procurar?’, e eu chamei ele mais perto e disse: ‘Sabe onde a gente tem que procurar? Dentro da gente, quando a gente procura dentro da gente sabe o que acontece? Acontecer uma coisa inevitável: a gente sempre acaba fazendo aquilo que a gente gosta e fazer aquilo que a gente não gosta é o pior desemprego do mundo!’ (Helio).

Uma das várias fontes da satisfação individual no caso dos artesãos está na realização do trabalho conforme foi imaginado. Os artesãos entrevistados demonstraram uma necessidade de estarem sempre modificando, alterando, enfim, criando algo novo todo o tempo, e este impulso criativo não pode ser refreado. Alguns dos entrevistados chegaram a comparar este tipo de realização a um vício e a dons divinos, conforme pode ser observado nas declarações que seguem:

“Tenho necessidade, inclusive psicológica. Eu sou uma artista e não posso ficar sem criar. Eu fico louca! Eu não consigo ficar parada, mesmo que eu queira” (Lúcia).

“O trabalho é bacana, diria até que é viciante! Se eu fico um domingo sem ir eu sinto falta, não me estresso, na verdade é

cansativo, nunca almoço no domingo com a família, mas eu gosto” (Agner).

“Para mim é uma benção de Deus, poder criar, fazer e vender, e com isso eu tenho o meu pão” (Agner).

“Eu gosto do meu trabalho. Adoro! Trabalho pelo prazer, se fosse só pelo retorno financeiro...” (Rita).

Em outra declaração, a entrevistada compara a atividade artesanal a uma terapia:

“Este trabalho funciona também como uma terapia, eu gosto muito do que eu faço. Às vezes eu esqueço de tudo. Eu gosto de ter contato com outras pessoas, dos mais variados tipos e isso só a feirinha oferece. A gente vai criando uma amizade com os colegas...” (Ocléris).

Outro ponto de convergência, citado freqüentemente pelos entrevistados como fonte de realização pessoal é a possibilidade de obter sustento a partir de uma atividade prazerosa, tanto para os artesãos, como para os clientes:

“Eu estou levando alegria, porque eu trabalho com cor, meu trabalho é alegre e eu quero levar alegria. Minha meta é isso e por isso eu trabalho com cor” (Lúcia).

“É uma opção de trabalho que me satisfaz e ajuda muito na renda familiar” (Rita).

“O objetivo do meu trabalho é sustentar minha família, mas tenho sorte de trabalhar naquilo que gosto. Já trabalhei muito no que não gostava por necessidade, então fazer o que eu gosto e ainda poder alimentar minha família é fantástico” (Agner).

“Fico imaginando esta escola que encomendou estas cadeiras. Já pensou o arraso que vai ficar a sala de aula? Eu gosto muito do que eu faço” (Rejane).

A atividade artesanal é exemplar neste quesito, pois estes trabalham segundo suas capacidades e suas opções pessoais, conforme declarado pelos entrevistados e como poderá ser verificado nos itens a seguir.

a) Auto-realização

A busca pela realização pessoal, ou auto-realização, é um dos elementos

centrais da racionalidade substantiva (Guerreiro Ramos, 1989; Serva, 1996) e é o principal impulso para a existência das fenomenias.

A auto-realização segundo Serva, (1996) são: “processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação”. Assim, o trabalho dos artesãos neste estudo será realizador se dele advir satisfação pela plena utilização de suas capacidades. A declaração que segue corrobora com estes conceitos e servirá de ponto de partida para as considerações deste item:

“O artesanato é o seguinte: se eu vou fazer uma peça ela tem que satisfazer primeiro a mim. Esse é o ponto! Eu não estou fazendo uma peça e decido aumentar um pouco aqui para render mais ‘deizão’ (R\$ 10,00). Não é assim que funciona! Primeiramente ela (a peça) tem que satisfazer a mim! [...] Todas as peças tem o mesmo preço (em função do tamanho) mas alguns dão muito mais trabalho que outros (modelos). Este aqui por exemplo (mostrando uma foto) gasta mais material e demora mais para fazer, mas nem por isso vou trabalhar menos para fazer, ele me satisfaz muito mais que o outro. Mesmo que o outro agrade mais ao público eu não vou deixar de fazer este aqui, que também vende, e que me traz mais satisfação. O dinheiro vem como resultado, e só” (Rogério).

Nesta passagem pode ser verificado que o artesão declara que, embora os clientes avaliem as peças pelo tamanho, não aumenta as peça no intuito de obter maior lucro, assim como não deixa de fazer determinado tipo de peça porque ela é mais trabalhosa ou tem um custo maior que as outras, pelo contrário, a motivação principal para lançar-se nestes projetos é a realização pessoal que se poderá obter, ficando o resultado econômico em segundo plano. Esta declaração choca-se diretamente com os valores largamente difundidos no mercado de máxima eficiência e rentabilidade.

Em declaração de outro entrevistado, pode-se observar outro tipo de pensamento que segue em direção contrária ao que poderia se imaginar se tomado o padrão do mercado fundado em racionalidade instrumental, que é a realização no dia-a-dia do trabalho, o artesão declara que não existe objetivo a ser alcançado, mas uma trajetória a ser construída:

“A realização é um continuado e não um objetivo final. É a trajetória que eu acho que vale. Quando você está na trajetória que te interessa objetivo final não existe! O caminho,

ai é que está a jogada. Para mim é viver o momento, então eu tenho esta direção, esta força...” (Gilberto).

O processo criativo também é grande fonte de realização pessoal para os artesãos. É a possibilidade de concretizar algo que começa como uma idéia que o conhecimento da técnica aprendida durante toda a vida como artesão pode transformar em realidade, conforme pode ser notado nas declarações que seguem:

“Criação é ousar, ousar é colocar para fora algo que você sente e o grande barato do artesanato é o seguinte (olha só que coisa louca): você parte do nada, de uma idéia sua, conhece a técnica o suficiente para transformar aquilo em realidade e alguém que nunca viu aquilo, nunca imaginou aquilo para em frente a sua obra e fala: ‘Puxa! Que maravilha! Isso lá em casa vai ficar maravilhoso!’ Esse é o ponto fundamental, ousar passar algo seu para alguém” (Rogério).

“Quando aparece uma idéia eu paro tudo e faço, porque o bom é o tesão de trabalhar!” (Gilberto).

“O processo criativo deixa a gente ainda mais sensível, a gente começa a mexer com qualquer coisa e aquilo vem à tona de uma forma muito intensa” (Lúcia).

“É uma coisa tão intensa, tão bonita e ao mesmo tempo tão forte, que se você não fizer na hora você sabe que aquilo vai passar. Então você precisa fazer e não interessa se é três da manhã. Eu me lembro bem, foi no dia dois de fevereiro de 1978, eu tive um sonho com um arco-íris com nuvens que eram como tecidos, que passavam por meio de cabides, um sonho surrealista maravilhoso. Acordei no meio da noite, peguei um papel e comecei a desenhar, comecei a criar. [...] Parece que deu um ‘clique’, mas não é um ‘clique’, é o momento em que consegui sintetizar uma bagagem de muitos anos em um processo criativo e ai, quando acontece aquilo vem como uma graça, como um mérito. É só começar a mexer com o material que a coisa amplia...” (Lúcia).

O reconhecimento do trabalho pelas outras pessoas também é fator de satisfação e de realização pessoal. Este reconhecimento as vezes é mais importante do que o resultado financeiro que as peças produzidas podem trazer, como os relatos a seguir sugerem:

“Tem dias que é só um contato, ou algum comentário que alguém faz [...] mesmo que não tenha muita venda vale por alguma coisa que foi tão significativa (vai além do dinheiro) por isso com certeza vale a pena” (Ocléris).

“O reconhecimento é muito bom. Um cliente me pediu uma peça e eu estava com muita vontade de fazer aquilo há muito tempo, uma peça que não existe, você não vê em lojas. Neste caso eu pude mostrar meu potencial” (Emerson).

“O trabalho me satisfaz muito! As vezes é um comentário, o sujeito nem compra nada, mas faz um comentário inteligente, acabo fazendo um contato interessante com as pessoas” (Rita).

“Para mim é muito gratificante. Cada obra que eu faço é uma satisfação ter iniciado e terminado e vejo o resultado no rosto do cliente: ‘gostei, ficou bonito’, ‘ficou melhor que eu esperava’, isso é para mim como se eu estivesse sendo aplaudido” (Agnér).

“Eu posso até não ganhar muito dinheiro, mas a questão de ver aquele público... tem gente que para naquela barraca e diz: 'Ahhhh! Que lindo!' ou 'Olhe isso!' aquilo me preenche que não tem critico de arte ou dinheiro me dê esse retorno” (Lúcia).

Durante as entrevistas, foi possível identificar diversos indicativos de que a realização do artesão não está somente ligada ao processo criativo ou do reconhecimento, mas também à venda dos produtos, e da possibilidade de sustento que esta atividade proporciona, conforme pode ser visto na declaração abaixo:

“O prazer de fazer, o prazer de vender. Você se realiza fazendo... eu gostaria de morrer trabalhando (ou trabalhar até morrer), eu me sinto muito bem trabalhando no que eu faço. Me realizo trabalhando e tiro meu sustento disso, é o casamento perfeito” (Emerson).

Segundo as declarações apresentadas é possível observar traços da concretização do potencial dos indivíduos e da satisfação destes ao realizar seu trabalho. Para finalizar, é interessante observar o relato de uma entrevistada que declara que sua vida e seu humor poderiam mudar se ela tivesse que parar de pintar:

“Se eu tivesse que parar de fazer o que eu faço (pintar) acho que eu ia me tornar uma pessoa muito triste...” (Rejane).

O próximo item que deve ser verificado dos traços de racionalidade substantiva na atividade em estudo é a autonomia, que será visto a seguir.

b) Autonomia

A autonomia pode ser identificada sob várias formas, segundo as percepções dos entrevistados. Serva (1996) explica a autonomia como sendo: “condição plena dos indivíduos para poder agir e expressar-se livremente nas interações.”

A liberdade de ação dos artesãos entrevistados é facilmente identificada em suas falas, sendo até mesmo motivo de orgulho para alguns, como pode ser visto a seguir:

“Sou independente, faço aquilo que eu quero, aquilo que eu gosto. Sou livre, né?” (Gilberto).

“O objetivo é ser independente para dominar meu tempo, ser dono da minha vida. [...] Minha realização está em muitas coisas: na minha qualificação profissional, no sucesso dos meus filhos, no meu bem estar...” (Gilberto).

A possibilidade de trabalhar da forma que o artesão bem entender, dentro de suas capacidade apreendidas com a própria atividade também são patentes, como na observação que segue:

“Eu faço o que gosto e eu mudo a hora que eu quero. Não me preocupo mais com modismos, porque eu já pulei tantas vezes de uma moda para outra com soluções criativas que na verdade até quando o mercado muda e eu paro de vender, eu estou criando... é o fluxo natural da minha vida. Ela me leva a variar coisas novas e daí é o êxtase novamente [...] Por que na verdade quando eu vendo eu tenho um retorno da minha arte divulgando, e está na casa das pessoas” (Lúcia).

“Hoje me dedico e sobrevivo de uma coisa que eu gosto de fazer e praticamente só faço aquilo que eu quero, então eu fui atrás disso e isso é uma conquista minha” (Gilberto).

A liberdade de expressão e ação levam os artesãos a terem percepções diferentes das tradicionais, como as da sociedade centrada no mercado e podem causar estranheza nas pessoas emersas nesta racionalidade instrumental. As duas

declarações que seguem são neste sentido:

“Aí o pessoal estava falando: ‘e se você voltar para o Rio (de Janeiro), você vai largar tudo?’ Eu comecei do nada, e o que eu faço não precisa ter máquina, e mesmo que precise tem máquina onde eu for, em qualquer canto tem máquina, costureira, tesoura e eu não preciso de mais nada. Se eu tiver que voltar para minha terra eu não vou levar nada, tenho tudo lá” (Jairo).

“A parte impressa eu não faço em gráfica, faço no xerox, então chego as seis e meia (18:30) na copiadora e enquanto eles fazem as cópias eu fico aí tomando meu chopp e depois eu passo e pego” (Orlando).

Assim, enquanto o primeiro declara-se incompreendido pelas pessoas que não entendem a liberdade que ele tem, o segundo tem em seu trabalho alguns procedimentos que não seriam absolutamente aceitos em atividades “formais”. No entanto, na declaração que segue pode-se notar que existem outros fatores que decorrem desta liberdade, ampliando as possibilidades do indivíduo em diversas áreas de sua vida:

“Mas não é só a independência que eu conquistei. Está relacionada com este fio no qual estou entrelaçado onde estão meus filhos, minha evolução no meu trabalho, o grupo de estudo em cerâmica que participo, as aulas que dou para as crianças (trabalho voluntário) [...] minha luta pela ecologia... Meu trabalho e minha vida estão ligados a tudo isso” (Gilberto).

Desta forma finalizamos fazendo uma ligação com o próximo item que diz respeito a valores e objetivos, o escultor observa que a independência está ligada a outros benefícios que a autonomia obtida na atividade proporcionou.

5.1.2. Valores e objetivos

A principal distinção entre os dois tipos de racionalidade que aqui se opõe é a que relaciona os valores e objetivos que regem as ações dos indivíduos em sociedade. Uma ação racional instrumental terá objetivos formulados segundo o cálculo utilitário de conseqüências, enquanto uma ação baseada em uma racionalidade do tipo substantiva se dará baseada em valores.

Segundo o estudo de Serva (1996, 1997[a]) os valores e objetivos podem indicar a presença de um tipo de racionalidade substantiva, quando considerados: auto-realização, valores emancipatórios e julgamento ético, que serão analisados de forma mais detalhada a frente neste capítulo. No entanto, podemos verificar algumas importantes declarações dos entrevistados quanto aos objetivos de seu trabalho e quanto à decisão de escolher esta forma alternativa de atividade.

Nas respostas dos informantes pode-se identificar, por exemplo, uma preocupação com o bem estar e educação dos filhos, preocupação esta que chega até mesmo a condicionar a decisão, por parte de três entrevistadas, de deixar um emprego “formal” e partir para o artesanato, atividade na qual poderia cuidar dos filhos pequenos, como pode ser verificado nas declarações que seguem:

“Eu estava com duas filhas pequenas, e eu sou psicóloga, tinha consultório, estava tentando arranjar um emprego, mas eu teria que trabalhar o dia inteiro e eu não queria deixar as meninas, pagar babá, essas coisas [...] Comecei a trabalhar com isso para ficar com elas em casa [...]” (Rita).

“Eu trabalhava no Governo do Estado, na Secretaria da Cultura [...] só que eu engravidei. Já tinha um filho pequeno e engravidei do segundo e aí não tinha condições [...] Ou eu ou meu marido, um de nós teria que optar e eu acabei abrindo mão do meu emprego para ficar com meus filhos [...] e em momento algum me arrependo, vejo que pude acompanhar eles, ver o desenvolvimento [...]” (Lúcia).

“Eu comecei há 11 anos, quando meu filho nasceu. Eu trabalhava na Secretaria da Cultura da Prefeitura de São Paulo e mudou a gestão, veio o Maluf... Quando meu filho nasceu, larguei tudo e comecei a pintar porta-retratos, comecei a vender em umas lojas em São Paulo [...]” (Rejane).

A possibilidade de estar mais tempo junto aos filhos e cuidar da educação destes é apontada como fator de grande importância para os entrevistados. Os trechos de entrevistas a seguir confirmam esta posição:

“Minha postura de vida é voltada para a educação das minhas filhas, uma visão voltada para as artes, filosofia [...] busco uma pedagogia interessante” (Ocléris).

“Eu tive a oportunidade, nesses mais de vinte de atividade artesanal, de estar sempre perto dos meus filhos. Eu

participei da criação dos meus filhos, sempre estive presente. Hoje eles são livres na questão afetiva por causa da afetividade que eles tiveram na infância, acredito que isso é uma segurança hoje” (Gilberto).

O tempo disponível com a família, que a atividade artesanal proporciona em relação às atividades ditas “formais” também foi citado com certa frequência, conforme a entrevistada a seguir:

“Não tinha mais tempo para a família. Com o artesanato eu posso ter isso” (Lúcia).

Uma outra observação chama a atenção, a possibilidade do artesanato juntar a família em torno de uma atividade na qual todos podem encontrar ocupação e aumentar a renda familiar, conforme pode ser visto a seguir:

“O artesanato e a feira tem esta coisa familiar de juntar as pessoas. Tem muita gente na feira que está trabalhando, às vezes a família inteira, seja pela necessidade ou pela oportunidade” (Hélio).

Estas evidências são importantíssimas na medida que a orientação para um trabalho autônomo, pode estar ligada a valores além do possível resultado material que esta atividade pode trazer. Em pelo menos quatro casos esta evidência é clara, sendo que três deles eram mulheres que à época tinham filhos pequenos, e no outro, representado por um homem, que avalia que apesar do resultado limitado financeiro de sua atividade artesanal, que já pratica há mais de vinte anos, esta atividade autônoma propiciou uma convivência saudável com os filhos.

Outra observação importante diz respeito a uma hierarquia de valores onde alguns dos entrevistados colocam claramente o resultado financeiro advindo desta atividade em segundo plano.

“Eu preciso do dinheiro, mas primeiro eu preciso viver bem!” (Emerson).

“No caso do meu trabalho o que existe é satisfação, eu me sinto feliz. A Tok-Stok batalhou oito anos para ter isso lá, mas já tirei. Quando eu viajo para o Rio, São Paulo e vejo meu trabalho junto com os grandes, você sente uma coisa diferente. Você vê nessa hora que não é só dinheiro... é a

emoção. Se for dinheiro é obrigação, você está se obrigando a vender...” (Orlando).
 “Minha opção de vida é de uma vida mais simples, eu não fiz uma opção financeira, fiz uma opção de qualidade naquilo que eu acredito” (Gilberto).

Observando as declarações destes informantes, pode-se afirmar que outros valores que não os do mercado fundado na razão instrumental estão presentes quando do direcionamento dado por estas pessoas para suas vidas. O artesanato então possibilita a realização de outras necessidades destes indivíduos, tidas como superiores às necessidades ditadas por este mercado.

Devido a auto-realização já ter sido tratada anteriormente, para verificarmos a presença da racionalidade substantiva nas unidades artesanais estudadas, passaremos a observar os valores emancipatórios.

a) Valores emancipatórios

Valores emancipatórios no campo do artesanato são evidentes e estão ligados especialmente aos valores de liberdade. Serva (1996) destaca: “os valores de mudança e aperfeiçoamento do social, bem estar coletivo, solidariedade, respeito à individualidade, liberdade e comprometimento, presentes nos indivíduos e no contexto normativo do grupo”.

A liberdade proporcionada pela atividade artesanal é patente quando se encontram declarações como estas:

“Não tenho horário nem patrão, trabalhar por conta própria é ser dono de seu próprio nariz” (Agner).

“Nunca trabalhei com horário rígido, todos os meus trabalhos foram de criação, desenhos, pinturas e agora estou fazendo este trabalho que é livre, totalmente livre” (Orlando).

Apesar desta liberdade estar expressa e ser sensível, o senso de comprometimento também está presente com a mesma força, pois sabem os artesãos que a sobrevivência deles depende única exclusivamente de sua produção. Neste sentido encontram-se as seguintes afirmativas dos entrevistados:

“O trabalho artesanal depende só de você. O trabalhador autônomo anda em uma corda bamba, tem que se equilibrar,

ter jogo de cintura, não tem férias nem décimo terceiro, não tem dia X para receber. Você tem que suar a camisa, se esforçar para conquistar o cliente” (Agner).

“Eu me sinto livre, eu trabalho por que gosto, mas dependo dos clientes...” (Emerson).

Uma outra percepção interessante ressaltada por alguns dos entrevistados é a importância que estes dão à sua liberdade pessoal, chegando a limitar sua produção de acordo com a sua capacidade de manter em equilíbrio liberdade e produção.

“A gente não gosta de crescer muito, porque se você cresce você para de ter tempo para viver, ficar em casa” (Lúcia).

“Essa menina (outra artesã que está produzindo muito) está ganhando hoje talvez o dobro ou o triplo do que eu ganho, só que o incomodo que ela tem é cem vezes maior que o meu. E o tempo de desfrutar a vida é bem menor. Eu não tenho funcionários, só a garota que me ajuda preparando o material. Se eu quero sair de férias semana que vem eu falo para ela: ‘Esta semana você não trabalha’, se eu vendo em escala não posso sair de jeito nenhum” (Lúcia).

“Se eu tivesse dinheiro e contratasse uma costureira? O chato é que eu ia ter que ficar em cima dela por que ela ia estar fazendo uma coisa da minha cabeça! É horrível isso!” (Jairo).

Foram recorrentes declarações sobre o inconformismo com que os artesãos encaravam o trabalho burocrático ou altamente controlado que já desempenharam anteriormente, segundo os entrevistados:

“Eu sempre trabalhei em banco e eu fui me formatando para meu estilo de vida, meu expediente era de seis horas, mas mesmo assim eu não me conformava com o trabalho do banco. Sabe o que eu fazia no banco? Carimbava cheque devolvido de pessoas que eu não conhecia. Será que Deus fez uma máquina como esta que ri, que chora, que se lamenta para deixar ela carimbando cheque devolvido de pessoa que não conhece? Não! Deus reservou algo melhor para mim, pelo menos eu achava isso” (Hélio).

“O banco era só pelo dinheiro, fiquei lá quatro anos e no quarto ano eu não queria mais olhar para ninguém lá dentro [...] trabalhei de madrugada, à noite, na compensação do

Banco X, e era um serviço muito metódico, para trabalhar como máquina e eu não agüentava mais...” (Emerson).

“Já trabalhei como psicóloga, na área de recursos humanos, mas eu nunca estava satisfeita, quando trabalhava com RH queria ter consultório, mas eu não gostava. Precisava de algo que usasse a criatividade e as vezes a gente demora a descobrir” (Rita).

Além destes pontos destacados, poderão ser vistos no decorrer deste capítulo referências ao aperfeiçoamento pessoal, à solidariedade e a preocupação com o bem estar coletivo, que compõe esta categoria.

Muito embora reconheçam que existem vantagens no trabalho formal, observam que a opção que tomaram amplia em muito suas possibilidades, conforme:

“Eu gostava de ter salário no final do mês, vale transporte, etc. Só que eu comecei a querer muito trabalhar com arte e fazer meu próprio trabalho [...] e às vezes o que pesa mesmo tem a ver com a minha história de vida, minha relação com a família. Quando eu saí eu queria muito ser uma artista ou uma empresária, ter vários funcionários. Já tive isso como objetivo, mas hoje estou indo por outros caminhos, tem a minha pesquisa, estou querendo apresentar um projeto para a Petrobras de uma publicação e oficinas. Fiz este curso na FAP (Curso de Artes na Faculdade de Artes do Paraná) para me tornar licenciada para trabalhar com arte-educação com cursos, oficinas, palestras, etc” (Rejane).

“Tem os dois lados, o trabalho em empresa tem segurança, benefícios, férias, etc. O que dá uma certa estabilidade. Mas eu acho que existem outras vantagens como não ter um chefe, você faz seu próprio horário e esta convivência familiar que é muito importante” (Ocléris).

Desta forma acreditamos ter estabelecido que os valores emancipatórios estão presentes nas unidades artesanais visitadas.

b) Julgamento ético

O julgamento ético segundo Serva (1996) é a “deliberação baseada em juízos de valor (bom, mal, verdadeiro, falso, correto, incorreto, etc.), que se dá através do debate racional das pretensões de validade emitidas”.

No caso dos artesãos estudados existem vários dilemas que os põe em situação de expressar este tipo de julgamento. Existe, por exemplo, neste meio uma

grande preocupação com a replicação de determinado tipo de peça ou de determinada peça, ou o que os entrevistados chamam genericamente de cópias, sendo este um tema recorrente nas discussões entre artesãos.

“O processo de criação é constante. Evito copiar [...] uma coisa é ver algo e isso te inspirar, outra é copiar” (Rita).

“A cópia não funciona, por que ela não diz nada, não te identifica” (Ocléris).

A relação existente entre os artesãos também pode ser relacionada a este tipo de julgamento, pois, apesar de não ser objetivo deste trabalho traçar a ética vigente, ou o ethos desta comunidade artesanal, algumas avaliações emitidas pelos entrevistados levam a julgamentos do tipo que ora se estuda:

“Existe na feira competição, cooperação e indiferença. Muitas vezes a gente nem sabe o que o outro está fazendo. Existe a concorrência, existe algum plágio, mas quando precisa o pessoal se ajuda...” (Rita).

“Me dou bem com as pessoas da feira, inclusive com os concorrentes. A gente se ajuda muito, as vezes eu passo serviços para eles e vice-versa. As vezes é algo que eu não faço e eu indico os amigos. Tenho muitas boas amizades ali” (Agner).

Outra interessante constatação que aparece com freqüência diz respeito ao debate estabelecido entre o que seria arte e o que seria artesanato. Esta discussão, que está presente na base teórica deste trabalho, põe em discussão, por parte dos artesãos a importância para a sociedade de seu trabalho, declarada por eles desta forma:

“O artesão cumpre com a função da arte que é chegar até o espectador, se a arte não tem onde bater não é arte! [...] Fazer uma música para nunca ser ouvida, de que vale? Quando você faz artesanato você faz para o público em geral, eu pego todas as classes sociais e consigo manter uma certa qualidade assim mesmo” (Lúcia).

“O que eu acho é que o artesão alcança um público muito maior e a divulgação artística daquilo é muito maior” (Lúcia).

Este tipo de discussão leva a entender que existe dentro deste meio, ao contrário do que possam pensar muitos, uma elevada consciência da importância da atividade artesanal por parte dos artesãos. Este tipo de pensamento, conforme pode ser constatado nas declarações anteriores leva a uma valorização do seu trabalho. Esta característica pode ser observada a seguir.

5.2 FENONOMIAS

Um dos objetivos centrais deste trabalho é o estudo das fenomias como sistemas sociais possíveis de serem observados na sociedade atual. As fenomias são pequenos cenários sociais onde os participantes tem grande autonomia sobre as atividades desenvolvidas. Estes sistemas sociais, segundo Guerreiro Ramos (1989), são ambientes propícios à liberação da criatividade e possibilita a realização pessoal. São a representação da possibilidade de uma sociedade diversa, ou multicêntrica, onde vários tipos de organizações podem conviver, segundo os objetivos da associação de seus elementos.

Nestes ambientes, o empenho dos participantes só ocorre devido às obras, que são automotivadas, ou seja, a ampla liberdade de escolha que este sistema social proporciona aos participantes. Propicia a estes trabalharem em obras nas quais tem um interesse pessoal. Assim, embora possam existir resultados econômicos provenientes destas atividades, estes resultados são secundários quando considerados como motivação que leva os elementos de uma fenomia a empreender estas obras.

Existe ainda nos participantes das fenomias, assim como no “homem parentético”, uma consciência da importância de seu trabalho, além da autocrítica quanto a este. Existe também uma consciência de sua presença dentro de sua comunidade e dos impactos que esta presença pode acarretar. Portanto, como o modelo de homem apresentado por Guerreiro Ramos (1984), estes atores têm uma posição crítica sobre a sociedade, partindo para uma atividade alternativa não somente porque são oportunidades de ocupação, mas também por buscar liberdade e autonomia. São atores cuja consciência social é bem desenvolvida e são aptos a engajarem-se em projetos e/ou movimentos sociais. Enfim, são atores sociais que

participam ativamente em suas comunidades, conforme afirma Guerreiro Ramos, 1989, p. 152: “Embora interessado em sua própria singularidade, o membro da fenonomia tem consciência social. Na verdade, sua opção não significa o abandono da sociedade, mas visa tornar outros indivíduos sensíveis quanto a possíveis experiências que são capazes de partilhar ou apreciar.”

5.2.1 Tecnologia: Oficina (ateliê)

As estruturas de apoio aos sistemas sociais são baseadas em tecnologias. (Guerreiro Ramos, 1989, p. 157) que devem ser adaptadas às várias formas organizacionais possíveis. Assim a fábrica é a tecnologia reinante no sistema industrial, o escritório, a tecnologia adaptada à burocracia e o templo, por exemplo, a tecnologia que suporta a atividade religiosa.

Quanto ao tipo de tecnologia aplicada às fenomenias, Guerreiro Ramos (1989, p. 157) aponta a “Oficina” como suporte ideal. Cabe notar que a fábrica é o lócus da atividade industrial e esta surgiu a partir das oficinas dos artesãos da Idade Média.

Neste trabalho ousaremos utilizar os termos “oficina” e “ateliê” como cambiáveis, uma vez que tanto o ateliê como a oficina se prestam ao exercício de um ofício ou atividade. Têm variadas utilidades e utensílios comuns, como: ferramentas, depósito de materiais em processamento e, finalmente, servem à convivência laboral dos que ali trabalham. Uma aproximação dos laboratórios, oficinas e ateliês, é proposta por Afonso-Goldfarb e Beltran (2002) como o ambiente onde, segundo os autores, ocorre: “a arte de fazer o artificial”. O próprio Guerreiro Ramos consagra em sua obra esta correspondência, quando caracteriza o tamanho das fenomenias: “a fenonomia pode mesmo se compor de uma só pessoa, como é o caso do ateliê do pintor ou escultor” (1989, p. 160).

Em todos os casos estudados o ambiente/tecnologia foi o do ateliê, que em um dos casos estava localizado em uma sala comercial, em outros em uma pequena construção nos fundos da residência do artesão; em um outro, ainda, na própria garagem e em dois casos em um cômodo improvisado dentro da casa ou apartamento do entrevistado.

5.2.2 Tamanho: até cinco elementos

Guerreiro Ramos, em sua “Lei dos requisitos adequados” propõe que os sistemas sociais tem limites máximos e mínimos para seu bom funcionamento, pois “a intensidade das relações diretas tende a declinar na proporção direta do aumento de seu tamanho.” (1989, p. 159). No entanto, o autor alerta que não é possível determinar o tamanho ideal *a priori*, mas sim de acordo com critérios técnicos mediante uma investigação *ad hoc*.

As fenomias são ambientes, ou sistemas sociais, de diminutas dimensões, contendo no máximo cinco participantes. Segundo Guerreiro Ramos (1989, p. 160): “As fenomias são o menor tipo concebível de cenário social e uma fenomia pode mesmo se compor de uma só pessoa, como é o caso do ateliê do pintor ou escultor. Parece, contudo, duvidoso que uma fenomia tenda a manter sua capacidade de sobrevivência, quando o número de seus membros excede a cinco.”

Dentre todos os entrevistados, seis trabalham de forma solitária e apenas quatro possuem funcionários contratados, sendo dois o número máximo de auxiliares. Outros quatro declararam trabalhar em família, mas nunca o número máximo de cinco elementos foi ultrapassado.

Mais importante, ainda, é o fato de os artesãos entrevistados terem consciência de que existe uma limitação inerente ao trabalho que estes desenvolvem. Alguns, por terem experiências anteriores, declararam abertamente a incapacidade de gerenciar um negócio de dimensões maiores:

“Nós temos uma produção limitadíssima e por isso a gente não quer mais crescer, já aprendemos a lição. Com uma produção limitada seu trabalho sempre será exclusivo e é isso que nos mantém trabalhando há 25 anos” (Rogério).

“Em Minas começamos a crescer, crescer, crescer. Chegamos a ter 30 funcionários e eu já nem ia ao ateliê, o meu negócio era fazer dinheiro, por que como você paga os trinta? Como você compra matéria-prima para os trinta? [...] Eu ia para uma feira eu tinha que vender! Eu saía de Belo Horizonte na quinta-feira a noite para uma feira que começava as três da tarde de sexta em São Paulo, com uma Kombi lotada até o teto. Passava dois dias por mês em casa. Um dia eu cheguei em uma feira e comecei a olhar as peças e pensei: ‘mas não foi isso que eu criei’, era uma coisa meio

torta, estava toda deformada, já estava deteriorado. Daí os negócios começaram a ir mal (com a crise do artesanato, importações, na década de noventa) e nosso negócio faliu! Daí viemos para cá e estamos até hoje. Por isso a gente sabe que não dá para crescer muito, a qualidade deteriora. Hoje nosso relacionamento familiar é muito melhor! Convivo mais com minhas filhas” (Rogério).

“Já tive essa vontade de crescer, ter funcionários, ser empresária mesmo. Mas parece que eu tenho que fazer tudo por mim mesma” (Rejane).

“Eu e meu ex-marido (e mais dois sócios) já tivemos dez funcionários, máquinas, tudo. Mas era uma loucura. Quebramos a cara várias vezes. Até por greve passei, já imaginou? Uma greve de dez funcionários? (...) Você tem que negociar com cliente, com sócio, com funcionário, com fornecedor, uma loucura! Não quero mais isso...” (Lúcia).

A pintora ainda lança pistas do porque desta auto-imposição de limites ao crescimento da unidade artesanal:

“Descentralizar o trabalho criativo é impossível!” (Lúcia).

Esta declaração é contundente no sentido de corroborar o pensamento de Guerreiro Ramos em sua delimitação dos sistemas sociais, em especial em fenomenias onde a criatividade está na essência da atividade.

5.2.3 Cognição: personalístico

Apesar de reconhecer a primazia do trabalho de Georges Gurvitch sobre as dimensões cognitivas em relação aos sistemas sociais, é uma classificação de Habermas que Guerreiro Ramos utiliza como requisitos para a sua teoria de delimitação dos sistemas sociais. Tal tipologia, que parte dos interesses dominantes em cada um desses sistemas. Assim, será funcional quando os interesses dominantes forem a produção e/ou controle do ambiente, como é característico das economias. Será político quando o interesse for estimular os padrões de bem-estar social do conjunto, o que portanto se aplica com as isonomias. Por fim, será personalístico quando os interesses predominantes forem o desenvolvimento do conhecimento pessoal. Um sistema no qual não exista um interesse central será

considerado deformado (Guerreiro Ramos, 1989, p. 160).

O interesse central das fenomenias é a auto-realização e o desenvolvimento das capacidades de cada um de seus componentes. Portanto será critério para a classificação deste tipo de cenário social uma cognição do tipo personalística.

O envolvimento dos artesãos com os materiais e o contato com as mais diversas técnicas os levam a uma busca incessante pelo aprimoramento de suas habilidades seja na operação, seja na concepção das obras que realizam. Quatro, entre os artesãos entrevistados, buscaram formação acadêmica em artes, sendo que apenas um cursou antes de iniciar a atividade artesanal. Três dos entrevistados participam de grupos de estudo e workshops regularmente para o desenvolvimento de suas técnicas, conforme segue:

“Daí comecei a ver que meu trabalho estava completamente por fora, precisava mudar! Daí fui para São Paulo, fiz uns cursos rápidos [...] comecei a ver novos materiais, novas técnicas” (Rita).

“Tive a oportunidade de trabalhar em um ateliê de entalhe, quando garoto. Cheguei lá para ajudar a lixar, pintar, mas quando eu vi, me encantei [...] o negócio é hipnotizante. O dono viu meu interesse e falou: ‘você vai começar a treinar.’ E em uma semana eu estava entalhando, de tanto que eu gostei [...] Acho que é coisa do espírito” (Agner).

“Eu pesquiso, como todo artista, eu vejo o que os outros estão fazendo, todo ano eu vou a Gift (Feira) exclusivamente para pesquisar” (Lúcia).

“O processo criativo é contínuo, a própria moda, o tempo, o tesão de criar coisas novas, além de ter o aprendizado, as técnicas e os materiais que influenciam o modo de fazer as coisas” (Lúcia).

“O artesão tradicional existe, mas também está obrigado a evoluir e como ele evolui? Melhorando a qualidade daquilo que ele faz, testando novos materiais, se está disponível, por que não usar? Vai lá e experimenta e hoje temos uma gama muito maior de oportunidade para se desenvolver” (Lúcia).

“Muitos artesãos que não tinham senso crítico com relação ao seu próprio trabalho, na época que havia pouca oferta (década de 80, antes das importações e do boom do

artesanato) este começaram a perder espaço, até vendiam bens, mas não reconheciam que tinham que mudar” (Rogério).

Este aprendizado pode e deve, no caso dos artesãos, extrapolar a técnica, uma vez que a inspiração também pode vir dos mais variados estímulos, conforme segue:

“Estes arquétipos por exemplo (mostrando) estes desenhos indígenas, eu fiz uma pesquisa extensa sobre isso, e eu não sabia o que ia fazer com ela [...] daí fiz isso aqui, eu resumi um monte de material e comecei a BRINCAR com eles, a compor...” (Lúcia).

A declaração a seguir relaciona o compromisso que o trabalho autônomo representa, o que gerou também uma adaptação e um aprendizado, além de demonstrar uma comparação feita pelo artesão entre o aprendizado a que este era exposto em um emprego “normal”, no caso uma agência bancária, e a possibilidade de aprendizado e desenvolvimento pessoal na atividade artesanal:

“Essa coisa de você ter seu próprio negócio e achar que vai trabalhar a hora que você quer, isso não existe! Em questão de comodidade o banco era muito melhor: você trabalha lá e no final do mês tem seu salário, recebia sem problema nenhum, aqui depende de você, se você não trabalhar não recebe, se trabalhar errado também não recebe. É muito mais difícil a situação que estou agora (artesanato), mas é muito mais prazeroso porque estou aprendendo muito mais que no banco...” (Emerson).

Outro aspecto interessante é a percepção por parte dos artesãos da necessidade de conhecer técnicas de vendas e alguns aspectos gerenciais, como controle de custos e negociação.

“Com este processo todo eu fui aprendendo a vender meu produto, porque eu era uma artista e não conseguia vender, então a vida me forçou a aprender a vender” (Lúcia).

“Você tem que aprender! O artesão é o departamento de compras, vendas, marketing, tudo em um!” (Rita).

Desta forma ficou explicitado o interesse por parte dos artesãos no aprendizado e desenvolvimento pessoal, seja nas técnicas que o auxiliam a aprimorar suas obras, como em outras áreas. Muito embora seja possível que exista este tipo de interesse por parte dos indivíduos inseridos em organizações como as empresas (economias para Guerreiro Ramos), para estas não serão disponibilizadas outras formas de aprendizado e desenvolvimento a não ser as que estão diretamente ligadas ao aumento de produtividade e/ou qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela empresa.

5.2.4 Tempo: “de salto”

A classificação de tempo como dimensão dos cenários sociais criados por Guerreiro Ramos é inspirada em Edward T. Hall e Georges Gurvitch, e distingue-se em quatro tipos: tempo serial, linear ou seqüencial, que predomina nas economias; convival, nas isonomias; o tempo de salto nas fenomenias e o tempo errante nas anomias.

O tempo de salto é o tempo da criatividade, é o tipo de tempo que só poderia existir nas fenomenias, devido ao grande grau de liberdade e autonomia que seus integrantes possuem. O tempo de salto é característico de cada indivíduo, pois respeita o ritmo de cada um e representa uma experiência pessoal única.

Os artesãos, apesar de passarem muito tempo reproduzindo uma idéia, têm na criação um momento especial de realização pessoal. As declarações que seguem comprovam isso:

“Eu gosto de criar, inventar coisas novas. Estou trabalhando e dá aquele ‘estalo’. Paro tudo para fazer algo diferente, não existe nada rígido, do tipo: ‘Agora vamos criar...’ isso não acontece.[...] É muito bom! Enquanto eu não vejo aquilo pronto eu não paro, chego até a sonhar com aquilo” (Rita).

“Toda hora aparece uma idéia, um estalo, eu acho que é a prática, o exercício de fazer eu acredito que é mais transpiração que inspiração. Agora eu fiquei uns vinte dias sem pintar e semana passada quando eu reabri o ateliê eu não tinha nenhuma idéia. Daí quando eu não tenho idéias eu começo a pintar bolas e daí começam a aparecer as idéias, as combinações de cores” (Rejane).

“As vezes eu falo que estou sem idéia nenhuma. Será que estou cansada? Quando eu começo eu não quero mais parar. As vezes não paro nem para dormir, quando eu vejo já é quase meia-noite e eu já estou quase caindo em cima das peças. Só aí é que eu vou dormir [...] perco a hora mesmo!” (Rejane).

Pode-se observar nestas declarações a experiência muito pessoal de tempo, a sensação do tempo fora do relógio. As atividades criativas não podem ser reguladas segundo padrões rígidos de tempo. Nas artes em geral, como na literatura e na música são freqüentes as declarações de que o escritor ou o compositor produz mais à noite ou na madrugada, ou pelo contrário, as idéias fluem erráticamente nos mais diversos horários e quando esta inspiração surge não pode ser refreada. Concordando com isto:

“Quando uma pessoa me pede algo, um projeto, uma logomarca, imediatamente vai me dando aquele ÊXTASE, uma sensação de êxtase. Daí eu vou para o papel ou direto para o computador e começo a ‘tira aqui’ ou ‘põe ali’... Daí não tem hora para acabar!” (Lúcia).

“Tem dia que não está legal, e daí é melhor ficar quieto e não fazer nada... deixa para lá. Mas tem dias que as idéias aparecem e você vai se divertindo. Às vezes acontece de eu terminar tudo que tenho para fazer e vou dormir. Daí, no meio da noite dá um estalo e eu acordo e vou trabalhar e quando eu vejo já está de manhã...” (Jairo).

“As idéias vem quando eu vou dormir e penso: ‘O que eu vou fazer com aquela peça?’ e a idéia vem em qualquer horário, estou fazendo uma coisa e pensando em outra daí vem uma idéia...” (Emerson).

Esta idéia de tempo de salto pode ser verificada também na “rotina” de trabalho que os artesãos impõem a si próprios. Na verdade, devido ao grande grau de autonomia e liberdade proporcionado pela atividade e por esta sensação diferenciada de tempo que não é regulada pelo relógio, os procedimentos também seguem esta lógica, como pode ser notado a seguir:

“As vezes eu não tenho nada o que fazer e então eu ando pela beirada da BR e acho pedaços de plástico, resto de

pneus de caminhão. Dou uma lavada e vejo que dá samba! Daí vou e faço...” (Jairo).

“Eu tenho uma ‘rotina’ de trabalho [...] Eu vou pintar uma cadeira de amarelo, daí vou pintando o cabide, depois o porta-retrato, daí eu pego outra coisa e por fim tem uma peça desta que eu vou limpando o pincel e dá uma outra configuração tipo Pollack. É a cor que escolhe o objeto” (Rejane).

“A minha vida é uma rotina... uma rotina alternativa. As vezes é bom ter uma vida comunzinha, ganhar salariozinho, mas você vive preso...” (Jairo).

Estas declarações denotam que uma vez libertos da rigidez imposta pela marcação cronológica de tempo, expande-se ainda mais a liberdade de escolha possibilitada pelas fenomenias.

5.2.5 Espaço: “sócio-aproximador”

Guerreiro Ramos (1989) apresenta também a dimensão espacial como sendo um dos requisitos para que os sistemas sociais propostos sejam viáveis. A classificação que Guerreiro Ramos propõe é a apresentada por Humphry Osmond (apud Hall 1986, p. 127) e apresenta duas categorias básicas: espaços sociofugais ou sócio-afastadores e espaços sociopetos ou sócio-aproximadores.

Os espaços sócio-afastadores são espaços ou ambientes cujas características “tem como efeito manter os indivíduos estanques entre si.” (Hall, 1986, p. 127) e os espaços sócio-aproximadores teriam como efeito provocar o contato entre os indivíduos. Descende destas observações a possibilidade da utilização desta classificação como requisito dos sistemas sociais da paraeconomia de Guerreiro Ramos.

Para Guerreiro Ramos, enquanto as economias seriam espaços sócio-afastadores, as isonomias devem ser necessariamente espaços sócio-aproximadores, especialmente já que estas se prestam à convivência entre seus componentes e dessas interações provém sua força organizacional. As fenomenias também seriam espaços sócio-aproximadores, por suas características: “Tópicos como solidão, privacidade, reserva, intimidade, anonimidade, território pessoal, órbita

individual e outros são pontos a levar em conta, na definição do espaço dos sistemas sociais, particularmente nas isonomias e fenonomias” (Guerreiro Ramos, 1989, p. 166).

Devido à grande quantidade de tópicos levantados por Guerreiro Ramos e a necessidade de um aprofundamento técnico e aparato metodológico necessário ao bom desenvolvimento de experimentos no sentido de comprovar se os ambientes onde atuam os artesãos estudados são sócio-aproximadores ou sócio-afastadores, não será demonstrada empiricamente prova neste sentido. Apenas serão anotadas as declarações que indicam, mesmo que muito superficialmente estas características.

Dentre os entrevistados, três residem no mesmo ambiente onde trabalham, ou seja, o ambiente de trabalho e o espaço pessoal são indissociáveis nestes casos. O trabalho se dá na mesma mesa onde estes estudam, comem, atendem pessoas, enfim, vivem. As vezes é a parede da sala que serve à produção e/ou secagem dos materiais.

A grande maioria dos entrevistados possuem seus ateliês em construções no fundo suas residências. Dos doze entrevistados, sete tem seu espaço de trabalho literalmente no fundo de quintal, sendo que um deles está instalado na garagem da residência. Em apenas um caso o ateliê pôde ser formalmente identificado, por tratar-se de uma sala comercial no centro da cidade de Curitiba.

“Este é o lugar onde eu brinco de ser feliz. Como eu não posso ser feliz aqui? Faço o que gosto e tiro o sustento para minha família” (Agner).

“Este tipo de trabalho é interessante, proporciona uma convivência familiar, trabalho no ateliê que fica nos fundos, minhas filhas e meu marido me ajudam. O meu marido sempre está a meu lado e ele também montou o escritório em casa agora. Tudo isso era impossível em São Paulo” (Ocléris).

A própria feira pode ser considerado um espaço para convivência das pessoas, e um exemplo do sentimento que a feira gera pode ser expresso na declaração abaixo:

“Eu adoro fazer isso e adoro a feira. A feira é o microcosmo, é o espelho da sociedade. [...] Você olha as pessoas, você vê os olhos delas brilharem porque você falou alguma coisa que as tocou. Você trabalha a sensibilidade das pessoas, frente a frente, ao vivo, no mais autêntico padrão antiglobalização e anti-internet do mundo!” (Oliva).

No entanto, falta-nos uma metodologia para comprovar que estes ambientes são verdadeiramente sócio-aproximadores. De qualquer forma as declarações nos dão uma pequena indicação neste sentido.

5.2.6. Características das fenomenias

A seguir serão analisadas as características das fenomenias conforme indicou Guerreiro Ramos (1989, p. 152).

a) Ambiente para a liberação da criatividade

Os sistemas sociais caracterizados por Guerreiro Ramos (1989) como fenomenias e, de forma especial, as unidades artesanais estudadas, são ambientes propícios para liberação da criatividade. Ressalte-se que para tais atividades este é um dos poucos, senão o único, onde a criatividade não é somente tolerada, mas é encorajada. Trata-se de um contraste com o modelo burocrático predominante nos ambientes de mercado, nas economias, onde criatividade é tolhida a todo o momento, sendo considerada até mesmo um desvio, por ir de encontro a um dos pilares da organização de mercado: a padronização.

A criatividade é base do artesanato. Embora possam existir alguns modelos copiáveis, principalmente no artesanato regional, é na diferenciação e nos detalhes que o artesão dá asas a sua imaginação e a realiza em algo palpável. A tênue distinção entre o artístico e o artesanal está no grau de liberação da criatividade aplicada às obras, quanto maior a originalidade e as características pessoais impressas no material trabalhado, mais artístico será considerado o trabalho.

Não pairam dúvidas sobre a relação direta entre criatividade e o artesanato. No entanto, para reforçar esta ligação, os seguintes trechos de entrevistas são exemplares desta característica:

“Eu tenho um caderninho para anotar as idéias, desenho algumas coisas para depois por em prática. Acho que surge assim: a inspiração tem que buscar na sua identidade, eu acho que isso que a gente precisa. Acho que você reproduz o que você já passou, na sua história, na sua busca, na sua trajetória” (Ocléris).

“Eu tenho o hábito de desenhar, então imagino e desenho no papel e deixo o desenho ali, penduro na parede e sento lá e olho para a lona e vou criando. Não tenho régua nem nada. Eu corto tudo na mão e na hora de acabar eu ainda modifico alguma coisa. O pessoal vai lá em casa e fica se divertindo com o jeito que eu faço...” (Jairo).

“É um trabalho importante para minha vida e que tem me gratificado imensamente. Profissionalmente também. As caixinhas de atitude (o produto) nasceram por causa de uma música. Eu componho, faço música e uma destas músicas acabou criando estas caixinhas [...] Criei um cartaz para promover o disco que gravei. E um dia me ligaram da loja dizendo: ‘Oliva, o disco não está vendendo, mas as pessoas querem o cartaz. Não dá para você trazer mais...’ e eu dizia: ‘Mas eu não tenho mais...’ e o cara: ‘Mas as pessoas querem!’ E as pessoas copiavam este cartaz, fotografavam o cartaz, roubavam o cartaz. A Associação de Escolas Particulares de Santa Catarina pagou o direito autoral e usou. Virou tema de Congresso de Professores em Porto Alegre, tema de congresso de educação especial aqui em Curitiba... Daí comecei a escrever textos como estes...” (Oliva).

“Criação é ousar, ousar é colocar para fora algo que você sente e o grande barato do artesanato é o seguinte (olha só que coisa louca): você parte do nada, de uma idéia sua, conhece a técnica o suficiente para transformar aquilo em realidade e alguém que nunca viu aquilo, nunca imaginou aquilo para em frente a sua obra e fala: ‘Puxa! Que maravilha! Isso lá em casa vai ficar maravilhoso!’ Esse é o ponto fundamental, ousar passar algo seu para alguém” (Rogério).

A partir destas declarações, bem como de algumas outras anteriormente apresentadas aqui, constata-se que as unidades artesanais aqui estudadas podem ser equiparadas as fenomenias no que respeita este quesito.

b) Empenho dos participantes em obras automotivadas

Ao contrário das operações típicas das economias, onde os estímulos para o lançamento de produtos e serviços vem do mercado, nas fenomenias o estímulo para a consecução das obras por parte dos indivíduos é interior, é a automotivação.

A realização vem da possibilidade de transformar em realidade, através de das mais diversas e apuradas técnicas, algo imaginado e desafiador. É algo criado na imaginação, como visto no item anterior, que permite o aprendizado e desenvolvimento constante de suas técnicas.

Muitas vezes a peça criada não tem grande apelo comercial; outras vezes o dispêndio de materiais ou tempo pode ser maior que em outras peças. No entanto o artesão não deixa de produzi-las, simplesmente por que aquela atividade lhe traz algum tipo de satisfação para o artesão.

“Foi uma opção, eu me direcionei para isso, no início dos anos 80 eu abandonei meu emprego de engenheiro para me dedicar ao artesanato, depois disso eu venho evoluindo no meu artesanato. Depois fui me direcionando para a cerâmica e escultura que era a coisa que eu sempre quis, mas que necessita de um exercício anterior de modelado que fui aprendendo aos poucos” (Gilberto).

c) Consciência social dos participantes

Guerreiro Ramos (1989, p. 152) ressalta que embora as fenomenias estejam à parte do mercado, e seus interesses estejam ligados a esta singularidade, existe uma apurada consciência social por parte dos participantes destes sistemas sociais. Esta consciência surge da experiência pessoal que estes vivem em sua opção alternativa à sociedade de mercado e objetiva sensibilizar os outros indivíduos para a liberdade e as possibilidades que surgem quando se encara a sociedade sob vários aspectos e critérios que não somente os econômicos.

Este posicionamento crítico quanto à sociedade só é possível porque o indivíduo uma fenomenia, no presente caso os artesãos, podem desfrutar de um momento de “suspensão” equivalente ao do homem parentético descrito por Guerreiro Ramos. O artesão pode ter opiniões diferentes da média devido à sua condição de trabalho, sua liberdade e autonomia, que não estão disponíveis à média da população empregada em economias, organizações que tomam a totalidade de seu tempo disponível.

A declaração que segue corrobora as afirmações anteriores:

“A minha satisfação é por que eu considero que o ser humano não é só isso ‘massa de manobra’ consumidora de produtos, é algo mais e a vida é feita para que cada pessoa encontre a

felicidade e o meu caminho é esse. Quando eu compreendi tudo isso, senti a necessidade de viver minha vida de forma independente...” (Gilberto).

d) Resultado econômico colateral

Guerreiro Ramos (1989, p. 152) descreve as feconomias como ambientes “protegidos contra a penetração do mercado”, ressaltando que estes cenários sociais “desafiam ou batem” o sistema de mercado. Estes aspectos denotam a importância secundária dada por seus participantes ao valor monetário possível de ser auferido ao resultado de seus trabalhos. O resultado econômico é importante para que o sistema social se sustente. No entanto, é apenas relativamente direcionado a um mercado; as obras tem que primeiramente atender a critérios julgados importantes pelo artesão. As declarações abaixo atestam a consonância com este princípio:

“O nosso barato é o trabalho [...] e vivemos sempre desta forma. É uma proposta de vida. Não é só trabalho, dinheiro, vender... é uma proposta de vida” (Rogério).

“Minha opção de vida é de uma vida mais simples, eu não fiz uma opção financeira, fiz uma opção de qualidade naquilo que eu acredito” (Gilberto).

Assim acreditamos ter estabelecido de forma contundente a caracterização das unidades artesanais estudadas como sendo equivalentes ao sistema social denominado por Guerreiro Ramos de feconomia. A seguir examinaremos o desenvolvimento local relacionado a esta atividade e à feira em estudo.

5.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

De acordo com os conceitos referentes ao desenvolvimento local apresentado na fundamentação teórica deste trabalho, passou-se a verificar suas características.

5.3.1 Social

- Produtores como atores sociais

- Ator social: participação comunitária

Alguns dos artesãos entrevistados apresentaram em suas declarações uma grande consciência dos problemas comunitários e ressaltaram a necessidade da participação de todos para a solução dos problemas, sejam em âmbito local, como também uma visão dos problemas enfrentados pela sociedade global. A participação comunitária pode se dar de várias formas, como veremos a seguir.

- Participação em associações

Existem várias associações e cooperativas de artesãos por todo o Brasil e estas organizações servem de apoio para estes principalmente nas áreas de comercialização, repasse de linhas crédito oficiais e de difusão de informações relevantes para a atividade.

Somente em Curitiba e região metropolitana foram identificadas três grandes organizações que prestam estes serviços, sendo que a ANAV – Associação dos Núcleos Artesanais de Vizinhança é mais antiga do estado do Paraná e serve de sede para a Confederação Paranaense das Associações de Artesãos.

Dentre os entrevistados, e em visitas às associações pode-se verificar uma grande adesão dos artesãos a estas organizações, no entanto, a participação efetiva destes é reduzida. Dois dos artesãos entrevistados fazem parte de diretorias de duas das associações e outros seis participam das associações, sendo que dois destes participam de mais de uma organização. Uma das grandes preocupações é que a sobrevivência e a efetividade das associações depende de uma conscientização por parte dos próprios artesãos, conforme:

“Acho muito importante a associação, mas ela só vai funcionar como deve, dependendo da participação de todo mundo” (Orlando).

É importante notar também a existência de grupos informais surgidos de interesses comuns de alguns artesãos, como é o caso de um grupo de estudo de técnicas modelagem e pintura em argila, onde existe um claro objetivo de melhoria nas técnicas aplicada nestes materiais e de troca de experiências entre os participantes.

- Ação social / projetos sociais / voluntariado

Da mesma forma de que a participação em associações é relevante para

caracterizar os artesãos entrevistados como atores sociais, a participação como voluntários e até mesmo a criação de projetos sociais é prova inequívoca da atuação destes com o intuito de melhoria das condições de vida das pessoas menos favorecidas.

Entre os entrevistados, talvez o caso que mais exemplifica este tipo de ação é o de Gilberto, que além de declarar-se voluntário para causas ambientais, ainda criou e há mais de um ano de maneira solitária mantém um projeto social onde atende 16 jovens de até 12 anos de idade durante um dia da semana para ensinar artesanato com argila, de maneira totalmente gratuita e voluntária, inclusive arcando com os custos dos materiais e de um lanche que serve para as crianças.

“Os meninos que vem aqui, e na escola onde dou aulas, sempre dou um enfoque de ecologia e meio ambiente por que tenho esta tendência de trabalho voluntário nesta área: social e meio ambiente” (Gilberto).

“Além de meu trabalho voluntário (aulas de argila para crianças) tem uma ONG aqui em Quatro Barras onde eu sou voluntário para qualquer causa de meio ambiente” (Gilberto).

- Artesão-professor

A tendência ao ensino das técnicas aprendidas durante os anos e de outros conceitos ligados à arte e ecologia, por exemplo, é outra das características que podem estar ligadas à idéia de ator social. No caso anterior, o artesão é voluntário direto para esta ação e acredita que pode repassar os conhecimentos adquiridos em sua opção por vida alternativa, mesmo quando não se trata de arte ou artesanato especificamente, mas principalmente quanto ecologia e reaproveitamento de materiais e de alimentos, como pode ser visto na declaração a seguir:

“Eu tenho vida alternativa aqui, mas com minha formação acadêmica, então eu tenho um monte de informações que eu repasso, por exemplo: aproveitamento de alimentos, esta pessoa que trabalha aqui tinha aquela noção normal do interior com relação à alimentação do dia-a-dia, o excesso de produção ia para os porcos. Hoje em dia ela sabe aproveitar o excesso de frutas, o excesso da horta fazendo geléias, compotas. Isso ela aprendeu comigo” (Gilberto).

Gilberto e sua esposa planejam fazer de sua chácara uma das estações de

uma futura trilha ou roteiro de turismo rural, e aproveitando esta oportunidade pretendem transformar o local também em um tipo de escola onde poderiam além de artesanato, ensinar princípios de ecologia, já que em sua propriedade tudo é produzido de maneira orgânica, e repassar estas experiências sobre aproveitamento de alimentos.

- Correspondência com a cultura local

O artesanato em seu cerne, como já foi visto na base teórica, é o reflexo da cultura da comunidade onde está inserida. Por ser Curitiba uma grande cidade, com características cosmopolitas o artesanato incorpora estas características e reflete-se então com um apurado senso artístico, muito embora co-exista com um artesanato mais rudimentar e utilitário.

Da amostra pudemos notar esta preocupação com o contínuo aprimoramento das técnicas, sem, no entanto desprender-se dos aspectos locais, onde as matérias-primas, motivos técnicas estão relacionadas aos usos e costumes locais. Uma das entrevistadas observa que existe uma relação da vida quotidiana e da comunicação na arte e no artesanato:

“As vezes eu vejo pessoas fazendo coisas muito parecidas com as minhas. Isso é a coisa do inconsciente coletivo, as tendências das pessoas fluem, direcionadas pela televisão, out-doors, pelo clima, pelo momento, pela moda e elas vão afunilando e as pessoas acabam criando as mesmas coisas em lugares diferentes, sem saber” (Lucia).

Outro entrevistado observa como esta relação se dá na feira:

“A feira e o artesanato são o reflexo do que somos [...] é o reflexo da sociedade” (Oliva).

A importância da relação entre a cultura local e o artesanato, embora cite outra região do país, é dada por Rogério, na declaração que segue:

“No Nordeste, o artesanato é de raiz, já está na cultura do povo, a madeira, a cerâmica, já estavam lá [...] e passa de pai para filho, uma tradição mesmo” (Rogério).

- Geração de emprego e renda

Os dados apresentados pelo Sebrae (2003) indicam uma forte presença do artesanato como fonte de renda e com grandes possibilidades de crescimento principalmente quando combinado com o turismo, e que pode gerar grandes resultados se direcionada para as classes mais pobres do país. Sachs (2003) também indica o artesanato como forma de distribuição de renda.

As Associações e o Sebrae fazem um esforço conjunto para ampliar a atividade artesanal, no entanto os artesãos refutam esta visão do artesanato como solução para o desemprego geral, no entanto, reforça a idéia do artesanato como uma grande oportunidade se forem observadas suas especificidades, como pode ser notado na declaração que segue:

“Durante muito tempo a primeira visão do artesanato é como gerador de renda principalmente para os desempregados ou para as pessoas de pouco preparo, ou seja, que não tinham conhecimento, nem treinamento para serem inseridas no mercado de trabalho. Não poderia estar mais errado [...] O artesanato pode ser uma grande oportunidade, mas requer empenho e bom senso” (Rogério).

Segundo as estimativas da FAS – Fundação de Ação Social, ligada à Prefeitura do Município de Curitiba, cerca de 5.000 pessoas estão envolvidas em atividades ligada à feira em questão, tanto na produção e venda do artesanato, como nos serviços de apoio, conforme pode ser visto a frente, no item 5.3.3.

5.3.2 Ecológico

Neste quesito a amostra apresentou-se muito rica, com vários depoimentos que comprovam de maneira inequívoca a relação de respeito do artesão com a natureza. Esta relação ainda pode ser classificada de forma aprofundada, se for considerada a consciência por parte dos entrevistados sobre a dependência destes dos recursos naturais. Não somente para a continuidade das suas atividades, mas também como disseminação dos conceitos, conforme pode ser verificado nos depoimentos a seguir:

“Além de meu trabalho voluntário (aulas de argila para crianças) tem uma ONG aqui em Quatro-barras onde eu sou voluntário para qualquer causa de meio ambiente” (Gilberto).

Nesta linha, artesão Orlando observa a falta de consciência ecológica da população em geral e aponta seu trabalho como forma de difusão dos conceitos ambientais:

“O meu trabalho sempre teve esta dificuldade de chegar nas pessoas. Eu noto que as pessoas não gostam de arvores, quando eu falo ninguém acredita! O meu trabalho começa por catar os gravetos, coisa que ninguém quer fazer. As pessoas acham que as arvores na frente de casa sujam a calçada...” (Orlando).

“Apesar de todo mundo falar, ter defensores do verde e do meio ambiente, mas isso nunca aparecia, né? Hoje nas escolas se fala em ecologia, uma revista Veja faz uma capa sobre meio ambiente, isso já ajuda. O meu trabalho também está levando isso para as pessoas” (Orlando).

A reciclagem, no caso do artesanato é uma forma prática de produção aliada a natureza. A grande maioria dos artesãos entrevistados declarou utilizar-se de matérias-primas ou de restos aproveitáveis. É importante ressaltar que três dos artesãos utilizam-se da reciclagem como principal fonte de matéria-prima para suas obras. As citações que seguem corroboram este fato:

“A gente fica feliz em ver o resultado, as pessoas apreciam. E além disso é tudo aproveitamento. Eu aproveito galhos, gravetos (resultantes de podas ou de árvores caídas) se eu fosse derrubar uma árvore era uma vez só, mas assim ela sempre está produzindo...” (Orlando).

“Eu reciclo tudo, as embalagens são tubos que vem em peças de tecido. Eu passo na loja de tecidos e peço para eles e eles juntam para mim. O papel microondulado eu compro as sobras e uso tudo. Faço a caixa maior, com o que sobra faço a média... tudo é aproveitamento, não jogo nada fora” (Orlando).

“Isso aqui é feito de lixo, os restos de um cara lá da feira, um cara que escreve o nome de crianças (um entalhador) e esse lixo dele é uma linguagem, então a sua linguagem pode estar no lixo das outras pessoas, mas você tem que ter a humildade de abaixar a cabeça e pedir emprestado...” (Hélio).

“O meu trabalho vem totalmente da reciclagem. A lona vem do caminhão, que rodou quilômetros, anos [...] Ela vem suja, eu tenho que lavar cinco vezes [...] Aí vem alguém e diz: ‘Credo! Isso é sujo’, e nem imagina o trabalho que deu para chegar àquela sujeira ideal!” (Jairo).

5.3.3 Econômico

Muito embora não existam dados oficiais sobre os valores que a feira de artesanato do Largo da Ordem movimenta a cada domingo, sabe-se de sua importância como geradora de negócios na cidade de Curitiba, como pode ser visto a seguir:

- Artesanato: além das peças vendidas diretamente na feira, os artesãos ainda recebem encomendas dos frequentadores da feira;
- Artes: O movimento gerado pela feira transformou o local em um centro das mais variadas formas de expressão artística, sejam peças de teatro, espetáculos musicais, galerias de arte, entre outros;
- Outras formas de expressão: muito embora não estejam legalmente fazendo parte da feira de artesanato, pode ser observada na feira uma economia paralela, representada pelos músicos itinerantes, performáticos, palhaços, etc. que encontram na feira uma forma de ocupação aos domingos;
- Restaurantes, bares e afins: são outros tipos de estabelecimento que fazem proveito do movimento gerado pela feira aos domingos.
- Serviços de apoio, como: a) os estacionamento, que tem o seu maior movimento aos domingos; b) os serviços prestados pela prefeitura e pelos órgãos públicos, como segurança, limpeza, etc., além dos prestados pelas próprias associações de artesãos; e c) outros: onde podem ser incluídos, por exemplo, os serviços de informação, como a página oficial da feira na Internet.

Sob o ponto de vista dos artesãos entrevistados, suas percepções sobre a feira como negócio são as seguintes:

“A feira é um gerador de outros negócios, existem épocas que as vendas são menores que as encomendas na feira” (Rita).

“A feira é minha loja” (Agner).

“A feira é a minha loja, é como se eu fosse proprietária de uma loja de domingo” (Rejane).

A feira como “a minha loja” é referencia freqüente por parte dos artesãos, já que é possível a equiparação das barracas da feira a pontos comerciais, uma vez que são lugares marcados, embora não fixos e que tem em uma concessão pública sua regulamentação. A última declaração é importante para fechar este capítulo de análise:

“Para mim a feira é um canal para eu fazer as minhas coisas” (Rejane).

Resume-se nesta pequena frase a várias das idéias dispersas neste capítulo, já que liga a autonomia (“fazer as minhas coisas”) inicio do capítulo e a feira de artesanato que é o objeto deste estudo, o que permite passar às considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impulso inicial que propôs este estudo foi a possibilidade de formas alternativas de trabalho, onde a liberdade de escolha de seus componentes e a possibilidade de satisfação pessoal fossem as maiores possíveis, em resposta ao mundo em crise criado por premissas que há muito tornaram-se verdadeiros entraves ao desenvolvimento da sociedade, muito embora fossem úteis ao desenvolvimento econômico.

Algumas destas premissas podem ser rapidamente enumeradas aqui, como “necessidades humanas ilimitadas”, úteis àqueles que precisam escoar produtos feitos a revelia das reais necessidades das populações, e em contraposição a este conceito “recursos escassos” que implicam em uma valorização dos bens produzidos. Recursos naturais, estes sim são escassos, mas isso não representa uma restrição ao seu desenfreado uso dentro das concepções Keinesiano-fordistas que ainda imperam na sociedade de mercado. Os recursos escassos a que se referem os economistas liberais já não parecem mais tão escassos assim. A mão-de-obra, por exemplo, há muito deixou de ser um recurso escasso e a descoberta e desenvolvimento de novas tecnologias e de novos materiais também suplantou esta regra em vários campos da atividade econômica atual.

Agora, prestes finalizar este trabalho, é necessário retomar o assunto primeiro da introdução, ou seja, a crise instalada na sociedade atual, decorrente de um modelo de desenvolvimento que teve exaurida sua capacidade e da elevação do mercado a referência total desta sociedade.

A sociedade centrada no mercado, como Guerreiro Ramos a nomeia, é por definição excludente e limitadora. É excludente pois toda atividade, pessoa ou coisa que não sirva aos interesses do mercado não tem valor nenhum para a sociedade, e é limitadora pois limita assim as possibilidades de atuação humana em várias atividades que, por vezes, podem ser mais prazerosas ou realizadoras que as valorizadas pelo mercado. Aos olhos deste mercado totalitário seriam reprováveis as reuniões com finalidades religiosas, os mutirões, festas ou encontros recreativos, assim como as formas organizacionais que não tenham como objetivo principal o lucro ou ao menos a utilização ótima de recursos, como: ONG's, associações,

fundações, cooperativas e assemelhados.

Este trabalho tem seu germe na concepção contrária a esta visão unidimensional da sociedade, e foi apresentada por Guerreiro Ramos em seu último livro “A nova ciência das organizações” que lança as bases para uma sociedade onde as mais variadas formas de atividade seriam legítimas, a qual nomeou de sociedade multicêntrica. A possibilidade da emancipação dos indivíduos nesta sociedade, o emprego de seus esforços em atividades que faz sentido a eles e não ao mercado é a motivação para empreender este tipo de pesquisa.

Na análise das entrevistas foi possível identificar elementos característicos da racionalidade substantiva, conforme descrita por Guerreiro Ramos (1989) e baseado no trabalho de Serva (1996), elementos estes que fizeram parte do quadro de análise, que ora é oferecido a apreciação da comunidade científica. Tal quadro propõe várias relações, sendo que a principal delas sugere que uma nova forma de desenvolvimento deve ser fundada em um tipo de racionalidade diferente da instrumental que impera na sociedade centrada no mercado.

Este novo desenvolvimento apresenta possibilidades muito além das propostas convencionais, já que se baseia na possibilidade da existência de variadas formas organizacionais, vários tipos de atividade e várias formas de valoração destas ocupações, o que torna esta proposta muito mais suscetível ao acerto do que as propostas geradas dentro da visão limitadora do mercado fundado na razão instrumental.

Neste foram estudadas unidades artesanais, as quais durante a análise ficou evidenciada sua equivalência as fonomias nos moldes guerreiristas e destes diminutos sistemas sociais é de onde surge a possibilidade de relacionar a racionalidade substantiva ao desenvolvimento local.

O artesanato e as unidades artesanais estudadas ofereceram durante a pesquisa uma gama de indicações de que efetivamente as pessoas que se dedicam a esta atividade devido a seus valores e objetivos diferenciados e de sua busca por realização pessoal e autonomia. Mais importante ainda é a constatação de que isso é possível trabalhando à margem do grande mercado e que estas representam a possibilidade real de ocupação e renda e de um desenvolvimento da sociedade em bases diferentes das oferecidas pela economia ortodoxa.

Os artesãos entrevistados ofereceram uma valiosa contribuição, já que

mesmo sem o conhecimento dos conceitos acadêmicos acerca do desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento, praticam os ensinamentos destas linhas de pensamento. Sachs, expoente deste movimento, declara que o desenvolvimento deve ser primeiramente social, para depois ser econômico, tendo nos recursos naturais sua restrição (Sachs, 2003 [b]), o que pôde ser observado aqui, já vários dos artesãos há tempos adotaram esta atitude.

Junta-se a esta discussão a concepção de economia plural que, como se demonstrou aqui, está ligada a todos estes conceitos. Na fundamentação teórica deste, existem indicações de pontos em comum entre: i) o paradigma paraeconômico e a sociedade multicêntrica de Guerreiro Ramos; ii) o desenvolvimento local, ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável e; iii) a economia plural. Estas relações, que ainda podem e devem ser ampliadas, demonstram que Guerreiro Ramos no início dos anos oitenta já antevia e propunha soluções para problemas que ainda estavam apresentando os primeiros sintomas. Problemas estes que se agravaram nas décadas de oitenta e noventa de tal forma que ensejaram o aparecimento de vários movimentos e ONG's, além é claro, de aquecerem a discussão acadêmica acerca destes.

Para fechar este ciclo, pode-se dizer que a crise apresentada no primeiro parágrafo desta dissertação está forçando hoje a busca de soluções fora do mercado que a criou. Exemplo pode ser dado que a partir das práticas neoliberais, notadamente a redução do Estado e do decorrente fim do *welfare state*, hoje os espaços deixados por este "Estado-mínimo" estão sendo preenchidas por ONG's e entidades sem fim lucrativos, ou seja, por articulações da sociedade civil e que segundo os valores predominantes no mercado como competitividade não deveriam sequer existir.

Por fim resta-nos apresentar o artesanato como uma das atividades que devem ser valorizadas, não somente pelo seu potencial de geração de ocupação e renda, mas também pela oportunidade da difusão da cultura regional, massacrada em tempos de globalização e dos conceitos subjacentes à atividade, como pôde ser visto aqui, tais como preocupação ecológica, senso crítico sobre o trabalho, julgamento ético e a autonomia.

Dentre as várias formas possíveis de sistemas sociais apresentadas por Guerreiro Ramos, neste trabalho notadamente ressaltamos as fenomenias como a

forma de organização que provavelmente mais pode contribuir para uma sociedade que opta por um desenvolvimento diferente do padrão imposto por este mercado centralizador. As razões que levam a esta afirmação são várias coletadas no decorrer deste trabalho, e algumas podem ser enumeradas aqui:

- Simplicidade: muito embora as isonomias também sejam formas organizacionais alternativas fundadas em racionalidade substantiva, seu tamanho e os processos que as envolvem as tornam infinitamente mais complexas que as fenomenias. Nas isonomias existe a ameaça do crescimento, que poderia levar estas organizações a um aumento da necessidade de normas e procedimentos, tornando-as próximas das burocracias. Este problema não ocorre nas fenomenias, que como vistas aqui tem seu tamanho auto-regulado pelos valores e objetivos dos participantes.
- Possibilidade de realização pessoal: sustentáculo das fenomenias, estes grupos fundam-se em grande liberdade de opção no desempenho das obras, que são automotivadas, devido a isso, é lógico imaginar uma tendência de uma grande longevidade da atividade por parte dos seus membros, mesmo o grupo sendo apenas relativamente estável. Assim, o artesão conhece o sentido de seu trabalho, ao contrário das atividades desempenhadas em burocracias que muitas vezes nada representa ao funcionário.
- Julgamento ético, senso crítico sobre seu trabalho e consciência social: características que podem ser relacionadas ao “Homem Parentético” de Guerreiro Ramos e que evidenciam de forma consistente a ligação das unidades artesanais analisadas e os conceitos do desenvolvimento local e social.

As fenomenias, conforme já explanado neste, são os menores sistemas sociais possíveis dentro do paradigma proposto por Guerreiro Ramos, e entre suas várias características ser o ambiente propício para a liberação da criatividade e o empenho de seus participantes em obras automotivadas. Estas características ligam definitivamente esta forma de organização do trabalho aos objetivos deste estudo e aos conceitos de liberdade e autonomia que são tão caros aos cidadãos para que estes possam ser respeitados em suas características pessoais, mesmo dentro de uma sociedade que tende a tratar igualmente os desiguais, como uma forma justiça padronizadora.

A autonomia é uma característica patente encontrada nas unidades artesanais pesquisadas, os entrevistados declararam abertamente nas entrevistas que embora a autonomia proporcionada pelo artesanato seja grande, também é grande a responsabilidade e a necessidade de manter uma disciplina de trabalho. Muitos chegaram a expor que a disciplina e a responsabilidade é maior do que a de pessoas empregadas em organizações formais: “Em questão de comodidade o banco era muito melhor: você trabalha lá e no final do mês tem seu salário, recebia sem problema nenhum, aqui depende de você [...]” (Emerson).

Levanta-se então aqui uma questão explorada por Guerreiro Ramos em seu livro “A nova ciência das organizações” que é a diferença entre a ocupação e o emprego. Guerreiro Ramos chama os indivíduos conformados à sociedade de mercado como “alegres detentores de emprego”, pessoas que como autômatos respeitam as regras impostas pelo mercado e às seguem como leis incontestáveis, até que o mercado às modifique a cada semana. Assim surgem os mais variados modismos gerenciais que direcionam estes detentores de emprego a contradições insolúveis, uma vez que os valores do mercado conduzem ao individualismo, à competição e ao conformismo e ao mesmo tempo pregam que as empresas procuram “colaboradores” cuja extensa lista de “competências” inclui o trabalho em equipe e criatividade (Tonet, 2002).

Em sistemas sociais à margem do mercado como as fonomias estas regras são praticamente ignoradas, como ficou demonstrado aqui. A referência econômica como forma única de mensurar a importância das atividades é posta em xeque quando deparamo-nos com uma declaração como esta: “Eu não estou fazendo uma peça e decido aumentar um pouco aqui para render mais ‘deizão’ (R\$ 10,00). Não é assim que funciona! Primeiramente ela (a peça) tem que satisfazer a mim!” (Rogério). Desta forma, novamente encontramos um apoio para a afirmação de Guerreiro Ramos (1989) para quem as fonomias são sistemas sociais “protegidos” do mercado, devido à total divergência de valores.

A possibilidade do trabalho como satisfação pessoal foi também remarcada aqui como proposta verdadeira. Os entrevistados afirmaram que apesar de já terem experiências anteriores com o trabalho “formal” não trocariam a liberdade que tem hoje na atividade artesanal, embora reconheçam uma suposta segurança e benefícios que um emprego pode oferecer. A satisfação pessoal, o reconhecimento

da qualidade dos trabalhos aliado à possibilidade de sustento através do artesanato é o principal impulso destes indivíduos.

O aprendizado constante e a oportunidade do contínuo desenvolvimento das habilidades, técnicas e especialmente do senso artístico por parte dos artesãos também chamou a atenção para o aspecto da cognição personalística apontada como sendo uma das características das fenomenias. O interesse nesta ampliação do conhecimento pessoal e da arte que os entrevistados apresentaram só pode existir em um sistema social onde não existiram limitações e regras impostas por valores que são exteriores às pessoas, como os de mercado, no entanto, é totalmente compatível na relação existente entre o artesão e a peça em produção.

Propostas como as apresentadas aqui enfrentarão vários entraves e barreiras levantados pelos interesses corporativos e das pessoas que internalizaram e praticam a racionalidade dominante no mercado. No entanto parece atraente a idéia de um desenvolvimento que primeiramente teria como principal meio de mensuração o desenvolvimento social, seguindo a linha de Sen (2001), Sachs (1993, 1995, 2001, 2003[a] e [b]), Enjolras (2002) e de outros. Neste tipo de desenvolvimento as características da cultura local seriam respeitadas e as “competências” seriam as desenvolvidas a partir do convívio e dos costumes locais.

6.1 IDEALISMO OU UMA VIDA EM SOCIEDADE POSSÍVEL

Esta dissertação inspirou-se e buscou dar continuidade ao trabalho de Guerreiro Ramos, ilustrando a possibilidade de as fenomenias atuarem como catalizadoras do desenvolvimento em nossa sociedade. Este trabalho quando combinado com os anteriores aplicados em Isonomias (Serva, 1996, 1997[a] e [b] e Matta, 1998) e em ambientes produtivos (Fraga, 2000) mostra que o trabalho seminal de Guerreiro Ramos está mais próximo da realidade do que julgam alguns. Vale ressaltar que a importância de uma sociedade com diversos enclaves, ganha reforço na segunda metade da década de noventa com a proposta da economia plural, o que apóia ainda mais

Em uma via crítica não marxista, a proposta defendida nesta dissertação parece mais plausível de tornar-se real em um horizonte de tempo próximo. Cabe ressaltar que esta proposta enfrentará barreiras dado o poder do mercado fundado

na razão instrumental sobre a vida das pessoas. No entanto a dissertação traz evidências, ainda que localizadas, de uma revolução invisível aos olhos do grande capital, já que não compete diretamente por mercados.

É preciso ressaltar que é necessária uma grande dose de coragem por parte destes que se lançam em um projeto de vida não convencional, onde a importância do trabalho não é medida por unidade monetária/tempo, mas sim pela satisfação conseguida e do sustento que esta ocupação proporciona.

6.2 INDICAÇÕES PARA NOVOS ESTUDOS

Este trabalho representa apenas mais uma pequena contribuição para a continuação da obra de Guerreiro Ramos, que demonstrou ser um terreno fértil para estudos acadêmicos. Seguem indicações para novos trabalhos:

- Estudo de novas formas organizacionais;
- Estudo de atividades não consideradas economicamente importantes, por exemplo: o trabalho doméstico, o trabalho artístico-criativo, como o de poetas, escritores ou músicos que podem ser equiparados a categoria do isolado no paradigma paraeconômico;
- Estudos sobre racionalidade e/ou formas organizacionais alternativas utilizando-se métodos quantitativos ou experimentos;
- Ampliação dos estudos sobre as conexões apresentadas aqui entre a sociedade multicêntrica, a economia plural e o desenvolvimento local sustentável.

Estas são apenas algumas sugestões para novos estudos e disseminação desses conceitos, fundamentais para promover uma sociedade diferente da atual.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M. **Régulation et crisis du capitalisme**. Paris: Odile Jacob, 1997.
- AGNEW, J. **From the political economy of regions to regional political economy**. *Progress in Human Geography*, 24, 2000. p. 101-110.
- ALMEIDA, R. Folclore. In: **Cadernos de Folclore**. n.º 3, Brasília: Funarte, 1976.
- AMARAL, A. **Tradições Populares**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.
- AMIN, A.; THRIFT, N. Living in the Global. In: AMIN, A.; THRIFT, N. (orgs.) **Globalisation, Institutions and Regional Development in Europe**. Oxford University Press, 1994. p. 1-22.
- ANDION, C. **O Papel das Redes no Desenvolvimento Sustentável**. In: **Saberes – Revista Interdisciplinar do CETEAD e CIRIEC Brasil**. Salvador – BA: CETEAD/CIRIEC, 2003. p. 51-76.
- ANDRADE, M. Folclore. In: MORAES, R. B.; BERTIEM, W.(orgs.) **Manual bibliográfico brasileiro**. São Paulo: Gráfica e Editora Souza, 1949.
- ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ARATO, A. **Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil**. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n.º 27, ano 10, fevereiro de 1995.
- BARBERO, M. **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- BARRETO, C. “Sobre a racionalidade humana: conceitos, dimensões e tendências”, in: **Anais do XVII ENANPAD**, vol. 9. Salvador, ANPAD, 1993.
- BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (orgs.); **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- BESSA, F. E. H. **O Desenvolvimento Local, a Capacitação e o Paradigma da Gestão Participativa – O Caso dos Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste**. Escola Superior de Guerra: Rio de Janeiro, 1999.

BOBBIO, N. **The future of democracy**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987.

_____. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

BOMBONATTI, R. **A solidariedade no trabalho e nas interações humanas cooperativas**: estudo das relações de produção. VI Semead, Anais Eletrônico, São Paulo: USP, 2003.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRITO, L. **Desenvolvimento Local: O Olhar Sociológico**. [S.l.]: 1999.

CÂMARA CASCUDO, L. da. **Cultura Popular e Folclore**. In: COSTA, A. O.; **Câmara Cascudo**: Seleta. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

CAMARGO, A. L. B. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papyrus, 2003.

CANCLINI, N. G. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, E. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **Evolução dos estudos de folclore no Brasil**. In: **Revista Brasileira de folclore**. Ano II, n. 3, Set/Dez, 1962.

CARVALHO, J. J. O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna. In: **Seminário Folclore e Cultura Popular: As várias faces de um debate**. Série Encontros e Estudos 1. Rio de Janeiro: INF/ CEP/ IBAC/ MEC, p. 23-38,1992.

CARVALHO, R. L. S. A Antropologia e a crise taxonômica da cultura popular. In: **Seminário Folclore e Cultura Popular: As várias faces de um debate**. Série Encontros e Estudos 1. Rio de Janeiro: INF/ CEP/ IBAC/ MEC, p. 13-21,1992.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Atlas, 2001.

CAVALCANTI, et. Al. Os estudos de folclore no Brasil. In: **Seminário Folclore e Cultura Popular: As várias faces de um debate**. Série Encontros e Estudos 1. Rio de Janeiro: INF/ CEP/ IBAC/ MEC, p. 101-112, 1992.

CEDLCS, Declaração de Serpa. **Serpa: Conferência Européia sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social (CEDLCS)**, 1995.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, M. C. P. **Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira**. In: URANI, A.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COELHO, F. D. Reorganização do Território e Desenvolvimento Local. In: **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, Fase, V. 23, n.º 65, Junho 1995.

COELHO, T. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. 2ª ed, São Paulo: Fapesp/ Iluminuras, 1999.

COLARES, M. L. **Notas sobre o popular e o folclore**. Disponível em: <www.funorte.com.br/cursos/pesquisa/culturapopular-pesquisa.doc>. Acesso em: 25 abr. 2003.

CUNHA, M. F. et al. (org.). **Desvendando o artesanato: uma contribuição do programa do artesanato paranaense – PAP**. Curitiba: Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, 1994.

ENJOLRAS, B. Beyond Economics: Social change and general interest. In: **24th International Congress of CIRIEC**. Napoli: Ciriec, 2002.

FERRETTI, S. **Religião e Cultura Popular: estudo de festas populares e do sincretismo religioso**. Comissão Nacional de Folclore, X.º Congresso Brasileiro de Folclore. 18-22 de junho, 2002, São Luis – MA.

FOSSAERT, R. **A sociedade II: as estruturas econômicas. As formações econômicas**. v. 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRAGA, M. L. **A Empresa Produtiva e a Racionalidade Substantiva: A Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas no Ambiente Organizacional integrativo: De Mary Parker Follett a Collins e Porras**. Porto Alegre, 2000. Dissertação de Mestrado,

Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FRANÇA FILHO, G. C. A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. **Anais Eletrônico...** Recife: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002.

FRANCO, A. Por que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. In: **Século XXI- Uma Revista de Futuro-** Instituto de Política, 2000.

FROTA, L. C. **Arte popular.** Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/artepop/apresent/apresen.htm> Acesso em: 10 abr. 2003.

GEERTZ, C. **O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUERREIRO RAMOS, A. Modelos de Homem e Teoria Administrativa. In: **Revista de Administração Pública.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, pp. 3-12, abril/junho de 1984.

_____. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. 2.^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GURISATTI, P. O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

GURVITCH, G. **Os quadros sociais do conhecimento.** Rio de Janeiro: Moraes, 1969.

HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa.** Tomo I: Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 2001 [a].

_____. **Teoría de la Acción Comunicativa.** Tomo II: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 2001 [b].

_____. **O Discurso Filosófico da Modernidade.** Lisboa: Dom Quixote, 1990.

_____. O espaço público trinta anos depois. In: **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. Ano VII, n.º 12, abril, 1999. p. 07-28.

_____. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: **Textos escolhidos - Walter Benjamim, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Jürgen Habermas**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. Lisboa: Relógio d'água, 1986.

_____. **The silent language**. Nova York: Anchor Books, 1959.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **A História do Pensamento Econômico**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOHNSTON, R. A place for everything and everything in its Place. In: **Transactions of the Institute of British Geographers**. n.16, 1991. p.131-147.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARTINS, S. **Arte e artesanato folclóricos**. Coleção: Cadernos de Folclore, n.º 10, Brasília: Funarte, 1976.

MATTA, W. S. **Pesquisa da racionalidade no Sistema Unimed da Bahia**. Salvador, 1998. Dissertação de Mestrado, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

MILLS, W. **A nova classe média**. 3 edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OLIVEIRA, F. B. Razão instrumental versus razão comunicativa. In: **Revista de Administração Pública**. v. 27, n. 03. Rio de Janeiro: FGV, 1993. p. 15-25.

OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 1987.

ORTIZ, R. **A consciência fragmentada: ensaios sobre cultura popular e religião.** São Paulo: Paz e Terra, 1980.

PEDROSA, M. Arte culta e arte popular. In: ARANTES, O. F.(Org.). **Mário Pedrosa - Política das Artes 1995.** São Paulo: Edusp, 1995.

POLANYI, K. **A Grande Transformação.** São Paulo: Campus, 2000.

PORTO ALEGRE, M. S. **Arte e ofício de artesão: história e trajetória de um meio de sobrevivência.** Águas de São Pedro, 1985. Anais... IX Encontro Anual da ANPOCS, 1985.

PUPPI, A. **Desígnios do design: algumas estratégias da semiótica do design.** São Paulo: PUC, 1992.

RAZERA NETO, A. **Artesanato.** Projeto Bolsa Trabalho / Arte, MEC/DAC/DAE, Curitiba: UFPR, 1979.

READ, H. **O sentido da arte:** esboço da história da arte, principalmente da pintura e da escultura e das bases dos julgamentos estéticos. 4. ed. São Paulo: Ibrasa, 1978.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCA, Z.; MOURÃO, J. C. **Identidade Local, Globalização e Desenvolvimento Rural:** à Procura de Verificação Empírica. In: **Anais... 1.º Congresso de Estudos Rurais:** Mundo Rural e Patrimônio. Portugal: Vila Real, 16-18 de setembro 2001.

SACHS, I. **Espaços, Tempos e Estratégias de Desenvolvimento.** São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **À la Recherche de Nouvelles Stratégies de Développement Enjeux du Sommet Social.** Paris: Unesco, 1995.

_____. **Estratégias de Transição para o Século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. **Inclusão Social pelo Trabalho:** desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003[a].

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável:** idéias

sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2003 [b].

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAUVAGE, P. Synthese. In: OCDE. **Réconcilier l'économique et le social vers une économie plurielle**. Paris: OCDE, 1996.

SEBRAE. Artesanato brasileiro. Disponível em: <www.sebraepr.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2003.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN L. S. E.; COOK, S. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: E.P.U, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVA, M. **O Fenômeno das Organizações Substantivas**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV, v. 33, n. 2, pp. 36-43, mar./abr. 1993.

_____. **Racionalidade e Organizações: O fenômeno das organizações substantivas**. Volumes I e II. São Paulo: FGV, 1996. Tese de Doutorado em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV, v. 37, n. 3, pp. 18-30, abr./jun.1997 [a].

_____. **Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitos para a teoria das organizações**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v. 31, n. 2, pp. 108-134, mar/abr.1997 [b].

SOMMER R. **Espaço pessoal**. São Paulo: USP/EPU, 1973.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TONET, R. S. **O cancionero organizacional: a ideologia capitalista e seus refrões repetidos à exaustão**. Revista da II Semana Científica Unespar/Fecilcam – Universidade Estadual do Paraná – Campus de C. Mourão, 2002.

VALENTI, G. D. **Ética do Discurso**: A Emancipação do Homem no Trabalho e a Teoria Social Crítica de Jürgen Habermas. São Paulo: FGV, 1995. Tese de Doutorado em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1995.

WEBER Max. (1980) “História geral da economia”, in: **Textos selecionados** - Max Weber. São Paulo, Abril Cultural.

WOLFE, M. **Desenvolvimento Para Que, e Para Quem?** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

8 ANEXO

Roteiro de Entrevistas: Feira do Largo da Ordem.

Nome: _____

Classificação: (Mad) (Pint) (Arg) (Vid) (Cou) (Fio) (_____)

Há quanto tempo na feira: _____

1 - Como começou na atividade?

2 – Como você descreveria seu trabalho?

Perguntas relacionadas:

- Trabalha sozinho? Com quem? (Família?)
- Divide o trabalho? Como?(mesmo sozinho)
- Você percebe que o trabalho evolui/melhora com o tempo?
- Como se relaciona com os colegas? Outros Feirantes?

- Como você se organiza para o trabalho?
- Você traça metas de produção? (10 peças por semana, p. Ex.)
- Você planeja a compra de materiais ou manutenção de ferramentas?

3 – Como descreveria o processo de criação das peças?

Perguntas relacionadas:

- O tempo para pensar/projetar é importante? Ou as idéias “simplesmente aparecem”?
- A criação ocorre ao mesmo tempo que trabalha?
- Enquanto trabalha em uma peça surgem idéias para outras peças?

4 – Qual é o objetivo de seu trabalho?

Perguntas relacionadas:

- O principal objetivo é monetário? (ou sustento) Qual seria a importância do aspecto econômico no processo?
- Você sente realização com seu trabalho? Você fica satisfeito com o resultado de seu trabalho?
- Você fica satisfeito com a reação das pessoas ao verem/comprarem seus trabalhos?

5 - Esta atividade traz “satisfação pessoal”?

Perguntas relacionadas:

- Qual a sensação do trabalho terminado? Ou quando cria algo novo?
- As pessoas fazem comentários/elogios sobre seu trabalho? Como se sente?
- Como se sente ao fim de um BOM dia de trabalho (ou ao fim de uma feira)?

6 – Quais as dificuldades que encontra no dia-a-dia?

- Os artesãos estão organizados?
- Você faz parte destas
- Existe mais competição ou cooperação?

7 – O artesanato é a sua única ou principal atividade?

- É a principal fonte de recursos?
- Quais são as outras?
- Já trabalhou (ou trabalha) em “empresas” ou como “assalariado” (empregado)? Como foi esta experiência? Como compararia as duas situações?
- Qual das atividades lhe dá maior prazer?

8 – Você diria que o seu trabalho é “livre”?

- por exemplo por não ter patrão? Ou por não ter horários rígidos?
- Como se sente no dia-a-dia trabalhando como artesão?
- Você realiza o que deseja?
- Como descreveria satisfação proporcionada pelo trabalho?

Quadro de Análise

Categoria analítica	Elementos	Características
Racionalidade substantiva	Satisfação individual	Autorealização Autonomia
	Valores e objetivos	Autorealização Valores emancipatórios Julgamento ético
Fenonomias	Tecnologia: Oficina (Ateliê)	Ambiente para liberação da criatividade Empenho dos participantes em obras automotivadas Consciência social dos participantes Resultado econômico como efeito colateral
	Tamanho: até 5 elementos	
	Cognição: Personalístico	
	Tempo: de salto	
	Espaço: sócio-aproximador	
Desenvolvimento local	Social	Produtores como atores sociais Correspondência com a cultura local Geração de emprego e renda
	Ecológico	Processos não agressivos ao meio ambiente
	Econômico	Importância econômica do empreendimento (feira) Geração de emprego e renda